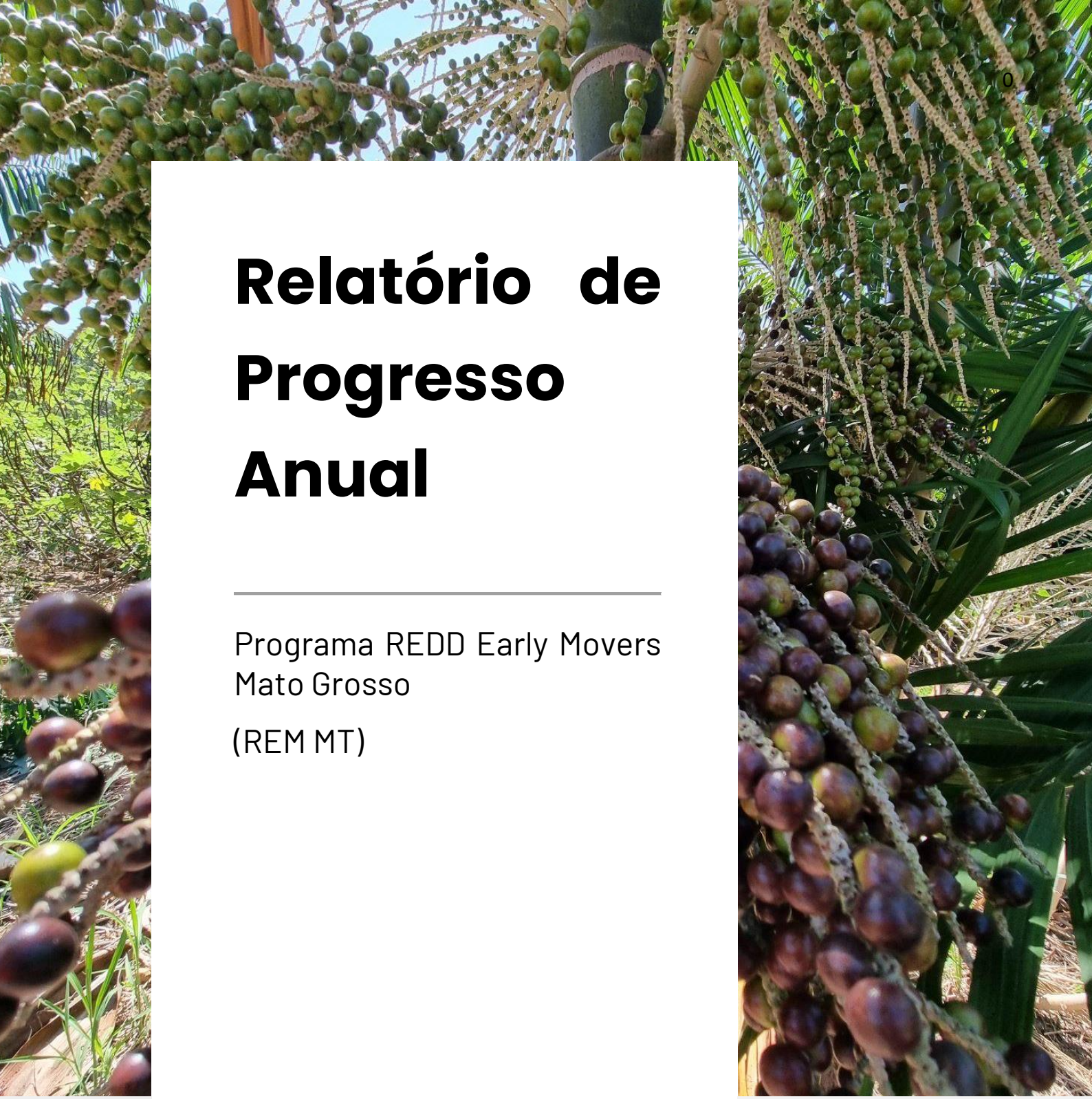


Relatório de Progresso Anual

Programa REDD Early Movers Mato Grosso

(REM MT)

Julho de 2023 a Junho de 2024

RELATÓRIO DE PROGRESSO ANUAL DO PROGRAMA REDD EARLY MOVERS (REM) MATO GROSSO

Título do Programa: REDD *Early Movers* Mato Grosso	
Instituição responsável: FUNBIO / Parceria executiva SEMA-MT	
Gerente do Programa (FUNBIO): Dante Coppi Novaes Telefone: (21) 2123-5324 E-mail: dante.novaes@funbio.org.br	
Coordenadora do Programa (UPPI – SEMA MT): Ligia Nara Vendramin Telefone: +55 65 98153 0341 E-mail: ligiavendramin@sema.mt.gov.br	
Período de abrangência do relatório: De 01/07/2023 a 30/06/2024	Data de envio do relatório: 30/09/2024 Versão final:

Relatório de Atividades Realizadas no âmbito do Programa REDD Early Movers Mato Grosso

Período julho de 2023 a junho de 2024

Índice

1. Resumo Executivo 10
2. Contexto Institucional e Ambiental de MT 11
2.1. Dinâmica de Desmatamento no MT 12
3. Desafios identificados na implementação do Programa e estratégias de superação adotadas 17
4. Execução dos Subprogramas 18
4.1. Subprograma 1 – Agricultura Familiar e de Povos e Comunidades Tradicionais 20
4.1.1 Contextualização 20
4.1.2 Aplicação dos recursos e andamento das atividades 22
4.1.3 Área de atuação e perfil dos beneficiários 24
4.2. Subprograma 2 – Territórios Indígenas 37
4.2.1 Fortalecimento Institucional 39
4.2.1.1 Capacitações 41
4.2.2 Governança Indígena 42
4.2.3.1 Monitoramento 48
4.2.3.1.1. Monitoramento de Campo 49
4.2.3.1.2 Monitoramento Participativo 53
4.3. Subprograma 3 – Produção Sustentável 57
4.3.1 Contextualização 57
4.3.2 Aplicação dos recursos e andamento das atividades 58
4.3.3 Área de atuação e perfil dos beneficiários 61
4.3.4 Resultados 66
4.3.4.1 Eixo Pecuária Sustentável 67
4.3.4.2 Eixo Soja Responsável 68
4.3.4.2 Eixo Manejo Florestal Madeireiro Sustentável 70
4.3.4.3 Eixo Inovação nas cadeias de commodities 72
4.3.4.4 Restauração ecológica 74
4.4. Subprograma 4 – Fortalecimento Institucional e Políticas Públicas Estruturantes 83
4.4.1. Sistema Estadual de REDD+ da Política Estadual de Mudanças Climáticas do estado de Mato Grosso 83
4.4.2. Monitoramento e controle do desmatamento, queimadas e incêndios florestais 83

4.4.2.1 Estudo Contrafactual para a Fase I do Programa REM 83
4.4.2.2 Avanços do Mapa de Vegetação do Estado de Mato Grosso 86
4.4.2.3 Obra de Reforma do Batalhão de Polícia Militar de Proteção Ambiental (BPMPA) 87
4.4.2.4 Obras de construção de Alojamentos para a Fiscalização no Interior do Estado de Mato Grosso 88
4.4.3. Fortalecimento de Políticas Públicas 89
4.4.3.1 Obra de Implantação de Sistema de Geração de Energia Elétrica Fotovoltaica 89
4.4.3.2 Livro sobre a Primeira Fase do Programa REM MT 89
4.4.3.3 Aquisições de bens para parceiros do Comando e Controle e Políticas Públicas 90
4.4.3.4 Capacitações, Seminários e Eventos realizados com apoio do FIPPE. 90
4.4.3.5 Apoio a Elaboração de Programa Estadual de Educação Ambiental de Mato Grosso 91
4.4.4. Macro-estratégia para o desenvolvimento sustentável em MT 92
4.4.4.1. Principais avanços na gestão operacional do Programa REM MT 92
4.4.4.1.1. Governança 92
4.4.4.1.2. Coordenação geral do Programa 93
4.4.4.1.2. Gestão de Riscos Sociais e Ambientais 95
4.4.4.1.3. Consultoria Internacional / Nacional 96
4.4.4.1.4. Comunicação 97
4.4.4.2. Apoiar a Estruturação e Implementação da Estratégia Produzir, Conservar e Incluir - PCI 100
4.4.4.3 Monitoramento, Avaliação e Aprendizagem (MEL) 102
4.4.4.3.1 Monitoramento 102

Lista de Figuras

Figura 1: Gráfico do valor anual executado pelo Programa REM MT de 2019 a 2024.

Figura 2. Mapa com a demonstração da intensidade da presença de fiscalização no período de 2023 e 2024 em Mato Grosso.

Figura 3. Distribuição espacial dos pontos fiscalizados no período de 2023 e 2024.

Figura 4. Número de Projetos e investimento nos biomas, e distribuição do investimento por subprograma e nos biomas.

Figura 5. Distribuição de beneficiários em comparação às áreas prioritárias do Programa REM MT.

Figura 6. Percentuais de recursos aplicados e saldo atual do Subprograma AFPCT.

Figura 7. Progresso do Subprograma AFPCT, dados obtidos do GPWeb.

Figura 8: Progresso do Subprograma AFPCT por eixo de atuação.

Figura 9. Distribuição de projetos e PGdCV por bioma.

Figura 10. Distribuição do percentual de agricultores familiares do estado (IBGE, 2017) e localização dos beneficiários do Subprograma PS.

Figura 11. Distribuição dos beneficiários do Subprograma PS e concentração percentual de bovinos de corte (IBGE, 2017).

Figura 12. Grau de escolaridade dos beneficiários do Subprograma PS.

Figura 13. Principais resultados das cadeias da fruticultura e do leite.

Figura 14. Principais resultados do elo de beneficiamento de transformação da cadeia de valor.

Figura 15. Principais resultados do elo da distribuição, comercialização e consumo da cadeia de valor.

Figura 16. Resultados em destaque do Subprograma AFPCT.

Figura 17. Imagens de projetos e beneficiários do subprograma em destaque do Subprograma AFPCT.

Figura 18. Número de projetos geridos por organizações indígenas, povos, territórios e aldeias alcançados, além do número de organizações indígenas apoiadas por editais e plano emergencial do REM MT.

Figura 19. Progresso do Subprograma TI, dados obtidos do GPWeb.

Figura 20. Cartilhas publicadas em 2024, construídas a partir de capacitações realizadas pelo Programa REM MT.

Figura 21. Representantes da Governança Indígena do Programa REM MT em intercâmbio no Acre para conhecer a formação de Agentes Agroflorestais Indígenas.

Figura 22. Recursos aplicados pelo plano emergencial pelo subprograma T.I.

Figura 23. Recursos contabilizados por regional e número de projetos estruturantes alcançados pelo Subprograma TI.

Figura 24. Instituto Raoni - Formação Apícola e Encontro de Mulheres.

Figura 25. Indígena Kuikuro participando de gravação no Projeto AIKAX com foco no registro cultural.

Figura 26. Distâncias percorridas pela equipe STI para monitoramento dos projetos.

Figura 27. Projetos apoiados pelo Subprograma Territórios Indígenas.

Figura 28. Monitoramento em projetos apoiados pelo Subprograma Territórios Indígenas.

Figura 29 Visitas de monitoramento realizadas em projetos apoiados pelo Subprograma Territórios Indígenas.

Figura 30. Relatório de resultado final do Monitoramento Participativo - TNC.

Figura 31. Relatório de resultado final do Monitoramento Participativo - TNC.

Figura 32. Questionário demonstrando o alcance do Plano Emergencial de Enfrentamento ao Covid. Fonte: Relatório de Monitoramento Participativo - TNC.

Figura 33. Número de organizações indígenas geridas por mulheres. Fonte: Relatório de Monitoramento Participativo - TNC.

Figura 34. Percentuais de recursos aplicados e saldo atual do Subprograma PS.

Figura 35. Progresso do Subprograma PS, dados obtidos do GPWeb.

Figura 36. Distribuição de recursos por eixo de atuação (%).

Figura 37. Área de atuação do Subprograma PS.

Figura 38. Distribuição do percentual de agricultores familiares do estado (IBGE,2017) e localização dos beneficiários do Subprograma PS.

Figura 39. Distribuição dos beneficiários do Subprograma PS e concentração percentual de bovinos de corte (IBGE, 2017).

Figura 40. Grau de escolaridade dos beneficiários do Subprograma PS.

Figura 41. Distribuição percentual dos beneficiários do Subprograma PS por faixa etária.

Figura 42. Áreas de Preservação Permanente em processo de restauração.

Figura 43. Resultados dos indicadores do Subprograma PS e sua contribuição aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da ONU.

Figura 44: Desmatamento relativo de Mato Grosso e Mato Grosso Sintético.

Figura 45: Evolução dos recursos disponibilizados pelo FIPPE/REM, por classe de atividades (em R$ milhões).

Figura 46: Valor investimento X desmatamento evitado MT.

Figura 47. Mapa de Vegetação Primária do Estado de Mato Grosso.

Figura 48. Obra do Batalhão de Polícia Militar de Proteção Ambiental.

Figura 49. Implantação do Sistema de Geração de Energia Elétrica Fotovoltaica para a Secretaria de Estado de Meio Ambiente MT.

Figura 50. Seminário: Políticas Públicas Inovadoras, Comando e Controle e Mudanças Climáticas.

Figura 51. Oficina de Educação Ambiental não Escolarizada nas Políticas de Mudanças Climáticas, para elaboração do Plano Estadual de Educação Ambiental (Relatório do Produto 05 da Consultoria).

Figura 52. Distribuição geográfica de veiculação sobre o Programa REM MT na mídia em 2024 (até o momento).

Figura 53. Segundo trecho do plano de viagem de produção dos episódios da websérie. Ao todo foram rodados 2.549km pela equipe de filmagem.

Figura 54. Equipe da Sema MT com exemplares do 1º Sumário de Informações do Cumprimento de Salvaguardas do Programa REDD Early Movers Mato Grosso (REM MT).

Lista de Tabelas

Tabela 1. Relação dos parceiros e valores dos bens/mobiliários adquiridos pelo Programa REM.

Tabela 2. Interações e alcance das publicações nas redes sociais do Programa REM MT.

Tabela 3. Matriz de indicadores do Subprograma Agricultura Familiar, Povos e Comunidades Tradicionais.

Tabela 4. Matriz de indicadores do Subprograma Territórios Indígenas.

Tabela 5. Matriz de indicadores do Subprograma Produção Sustentável.

Tabela 6. Matriz de indicadores do Subprograma Fortalecimento Institucional e Políticas Públicas Estruturantes.

LISTA DE ABREVIAÇÕES E SIGLAS

BEA – Batalhão de Emergências Ambientais
BPMPA – Batalhão de Polícia Militar e Proteção Ambiental
CMCR+ - Coordenadoria de Mudanças Climáticas e REDD+
DEMA – Delegacia Especializada do Meio Ambiente
DUD's – Diretoria de Unidades Desconcentradas
EMPAER – Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural de Mato Grosso
FAS – Fundação Amazônia Sustentável
FUNAI – Fundação Nacional do Índio
FUNBIO – Fundo Brasileiro para a Biodiversidade
FEPOIMT – Federação dos Povos Indígenas de Mato Grosso
GCP REM – Grupo de Coordenação do Programa REM
GIZ - Gesellschaft für Internationale Zusammenarbeit
IBAMA – Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e Recursos Renováveis
ICV – Instituto Centro de Vida
IMAC – Instituto Mato Grossense da Carne
INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
INPE – Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais
INTERMAT – Instituto de Terras de Mato Grosso
MMA – Ministério do Meio Ambiente
MPE – Ministério Público Estadual
MT – Mato Grosso
PCI – Estratégia Produzir, Conservar, Incluir
PDI – Plano de Investimento
REDD – Reduced Emissions from Deforestation and Degradation
SAD – Sistema de Alerta de Desmatamento
SEAF – Secretaria de Estado de Agricultura Familiar
SEDEC – Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico
SEMA/MT – Secretaria de Estado de Meio Ambiente de Mato Grosso
SEPLAG – Secretaria Estadual de Planejamento e Gestão
TdR – Termo de Referência
AFPCTs – Subprograma Agricultura Familiar e de Povos e Comunidades Tradicionais
TI – Subprograma Territórios Indígenas
PS – Subprograma Produção Sustentável
FIPPE – Subprograma Fortalecimento Institucional e Políticas Públicas Estruturantes

1. Resumo Executivo

Este relatório abrange o período de 1º de julho de 2023 a 30 de junho de 2024, que foi marcado pelo monitoramento dos projetos em execução vinculados aos Subprogramas de Agricultura Familiar e Povos e Comunidades Tradicionais (AFPCT), Território Indígena (TI) e Produção Sustentável (PS).

Ao longo da Fase I, foi alcançado um total de 90 contratos, que juntos alcançaram 145 projetos, dos quais 80% foram firmados diretamente com associações ou cooperativas, e 20% com organizações não governamentais (ONGs) ou instituições de ensino e pesquisa. Os desembolsos destinados aos projetos de apoio somam um montante de R$ 110 milhões, com uma execução total de R$ 95.37 milhões até o momento, sendo R$ 59,33 milhões no Subprograma AFPCT, R$ 22,75 milhões no Subprograma Territórios Indígenas e R$ 12,77 milhões no PIMS. Abrangeram as Chamadas 12/2022, 03/2020 e 08/2020, o Plano Emergencial de Combate à COVID-19, as Chamadas 01 e 02/2022 do Subprograma Territórios Indígenas.

O monitoramento físico, realizado através do sistema GPWeb, indica um total de mais de 34.000 mil beneficiários diretos, dos quais aproximadamente 18 mil são indígenas.

No âmbito do combate ao desmatamento, a Secretaria de Meio Ambiente (SEMA) finalizou a digitalização do processo de responsabilização de infratores ambientais e encontra-se na etapa final de desenvolvimento de uma plataforma própria de monitoramento via satélite para o Estado.

Quanto ao financeiro foram executados R$226.850.468,36, dos quais R$201.491.960,46 investidos diretamente na ponta e R$25.358.481,90 como custeio do gestor financeiro. Abaixo o gráfico com a consolidação dos valores executados desde julho de 2019.

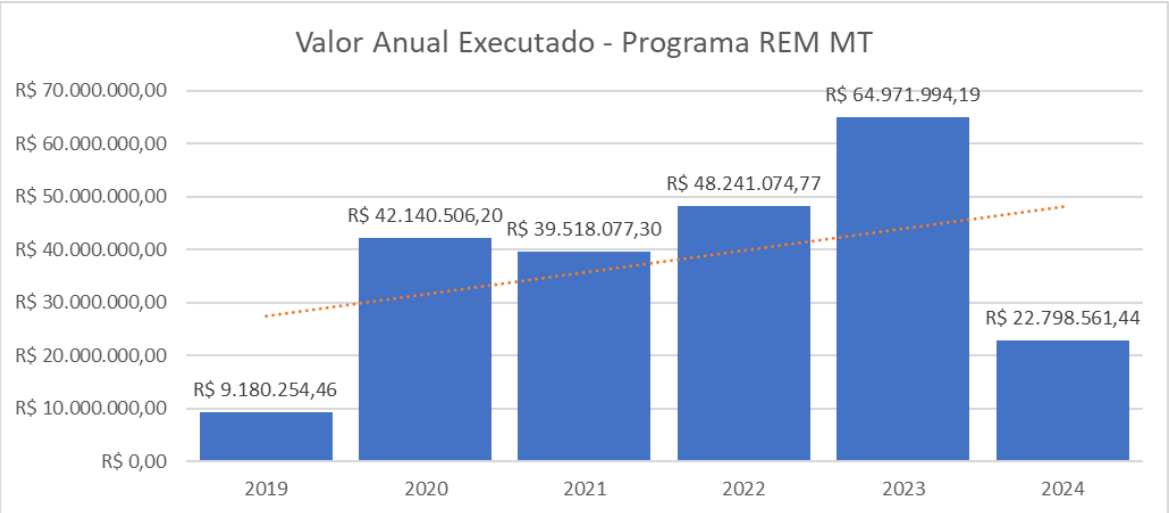


Figura 1: Gráfico do valor anual executado pelo Programa REM MT de 2019 a 2024.

2. Contexto Institucional e Ambiental de MT

Mato Grosso tem avançado ano a ano na integração das agendas produtiva, ambiental e social, prova disso é a continuidade da Estratégia Produzir, Conservar, Incluir ao longo dos diferentes governos desde 2015, e sua oficialização como Instituto PCI em 2023.

As metas estabelecidas pela Estratégia têm sido monitoradas pelo Comitê de Monitoramento do Instituto PCI e apontam para evolução principalmente em todas as metas do eixo “Produzir” mas também em metas específicas dos eixos “Conservar” e “Incluir”. As metas com maior progresso foram a de recuperação de pastagens degradadas; aumento de produtividade de pecuária bovina; expansão da área e produção de grãos em áreas já abertas; manejo de florestas nativas e expansão da produção de biocombustíveis. Vale destacar aqui que grande parte da expansão de biocombustíveis no estado se deu apenas nos últimos anos com os avanços tecnológicos do setor que viabilizaram a produção de etanol de milho no estado.

Sob a ótica da agenda produtiva, Mato Grosso continuou a avançar como protagonista na produção de grãos e carne, reforçando sua liderança no cenário agropecuário nacional. A SEDEC em parceria com a FAMATO e Sindicatos Rurais, no âmbito do Plano de Agricultura de Baixa Emissão de Carbono (Plano ABC+) têm se mobilizado através de caravanas, percorrendo todo o Estado para difundir as tecnologias de baixo carbono.

A produção agrícola avança, ao mesmo tempo em que há uma mudança importante na característica do desmatamento no Estado, em valor absoluto o desmatamento na amazônia diminuiu e aumentou no cerrado e pantanal, entretanto houve uma migração da prática para condições de legalidade, sendo que neste período a legalidade foi de 30% do total da área do desmatamento, mantendo o percentual do período anterior. Conforme tratado no subtópico dinâmica de desmatamento no MT a seguir.

Especificamente ao eixo “Conservar” houve uma expressiva redução do desmatamento no Cerrado e avanços na agenda de regularização ambiental (muito embora a validação do CAR ainda se encontre baixa). Também houveram avanços das áreas com excedente de vegetação nativa recebendo incentivos econômicos para conservação.

Importante considerar também que na agenda ambiental, a Secretaria de Estado de Meio Ambiente investiu de próprio orçamento recursos para a modernização do SIMCAR, criando uma versão que automatiza a análise das principais feições do CAR, direcionando a

atuação dos analistas para os casos em que os proprietários não concordam com a análise automática. Ainda no SIMCAR entrou em fase de testes o módulo do SIMCAR Assentamento, e iniciou-se a elaboração do módulo de monitoramento do PRA.

Por fim, no âmbito de “Incluir”, o maior progresso se deu na meta de acesso às linhas de crédito do Pronaf, sendo essa superada em quase 50%. Também houve adesão de todos os municípios ao Sistema Estadual de Informações da Agricultura Familiar (SEIAF). Especificamente aos mercados institucionais houve progresso de 13% para 25% dos produtos da agricultura familiar comercializados nos mercados institucionais e portanto avançando rumo a meta de 30% até 2030.

A inclusão social também pode ser percebida pelos esforços na captação de recursos para impulsionar a Agricultura Familiar, a exemplo o Programa MT Produtivo construído com a liderança da SEAF e a disponibilização de crédito rural para os pequenos proprietários por meio do Fundo de Apoio à Agricultura Familiar - FUNDAAF criado pela Lei n° 12.386 de 08 de Janeiro de 2024. Ademais, o estado está reformulando a estratégia de assistência técnica e extensão rural, por meio de uma nova diretoria da EMPAER.

Ademais, houve a reestruturação da SETASC, com a reunião de todos os conselhos estaduais e a criação de programas específicos como: SER Mulher, SER Indígena, que atuam ainda de forma assistencialista, mas que apontam para a inclusão das pautas nas discussões do Estado. O programa SER Indígena inclui ações de transferência de renda, distribuição de alimentos, ações de cidadania e acesso a diversos serviços públicos, atendendo 4.313 famílias de diversas etnias em 53 municípios.

2.1. Dinâmica de Desmatamento no MT

Conforme aponta o Relatório Anual de Desmatamento – RAD 2023, principal diagnóstico sobre desmatamento no Brasil, produzido pelo MapBiomas Alerta. Nos últimos cinco anos, o Brasil perdeu cerca de 8,56 milhões de hectares de vegetação nativa, sendo mais de 85% na Amazônia e no Cerrado. Em 2023, o desmatamento no Brasil comparado ao ano de 2022 reduziu em 11,6%, sendo que na Amazônia diminuiu 62,2%, enquanto no Cerrado aumentou 67,7%, impulsionado pela região do MATOPIBA (engloba parcialmente os estados do Maranhão, Tocantins, Piauí e Bahia). Pela primeira vez, o Cerrado ultrapassou a Amazônia. O Pantanal apresentou aumento no desmatamento de 59,2%, e Caatinga de 43,4%. Mata Atlântica e Pampa apresentaram redução em desmatamento, 59,6% e 50,4%, respectivamente. A agropecuária é o principal vetor da pressão, com mais de 97% da perda de vegetação nativa nos últimos cinco anos. Outros vetores incluem garimpo, eventos climáticos extremos, expansão urbana e, na Caatinga, projetos de energia solar e eólica. Destaca-se positivamente a redução de desmatamento em áreas protegidas: em Unidades de Conservação, diminuiu 53,5% em relação a 2022 e Terras Indígenas redução de 27%.

Ainda de acordo com o RAD 2023, Pará e Mato Grosso se mantiveram entre os cinco estados que mais desmataram, porém apresentaram queda: redução de mais de 60% no PA e redução de mais de 30% no MT. Mato Grosso manteve suas taxas de área desmatada autorizada ou fiscalizada acima de 60% nos últimos anos. Sendo a média nacional de 42% em 2023 e 35% em 2022. Mato Grosso se destaca entre os cinco estados de maior resposta com ações de fiscalização sobre área desmatada: 54%. Se considerar a quantidade de áreas com autorização ou ação de fiscalização até maio de 2024, Mato Grosso atinge 77,1%. A média nacional é 41.7%.

Com o objetivo de disponibilizar resultados preliminares ao PRODES sobre a dinâmica do desmatamento, a Secretaria de Estado de Meio Ambiente – SEMA MT, produz boletim informativo sobre alertas de desmatamento, com a periodicidade trimestral e anual. A análise é baseada nos alertas Planet fornecidos semanalmente. Tecnologia de ponta que pode ser considerada como o divisor de águas na etapa de monitoramento de desmatamento em Mato Grosso, adquirida pelo Programa REM, entre meados de 2019 a início de 2022, desde então mantida pelo governo com recursos próprios do Estado. O boletim traz informações da intensidade, distribuição do desmatamento por bioma, município e tipo de área, percentual de atendimento de alertas ou legalidade. Na sequência são apresentadas de forma sintetizada as principais informações sobre a dinâmica do desmatamento em MT, baseado na análise compiladas dos quatro últimos boletins trimestrais, compreendendo o período de 01/07/2023 a 30/06/2024:

- Entre o período de 01/07/2023 a 30/06/2024 a constelação Planet emitiu 34.017 alertas de desmatamento. Totalizando 1.348,34 km² desmatados no referido período [1], sendo que 29,9% foi realizado com autorização da SEMA/MT e 70,10% de forma ilegal.

- A maior parte da área desmatada ocorreu no bioma Amazônia com 59,50%, seguida pelo bioma cerrado com 29,50% e no pantanal com 11%.

- A distribuição percentual dos 1.348,34 km² de desmatamento ilegal por categoria fundiária ocorreu da seguinte forma: 60,43% em área cadastrada no SIMCAR, seguida pelas áreas não cadastradas com 24,23%. Nos assentamentos rurais ocorreram 8,21% dos desmatamentos, 5,05% ocorreram nas terras indígenas, 4,50% em Unidade de Conservação e 0,02% em territórios quilombolas.

- Dos desmates mapeados dentro de áreas cadastradas no Cadastro Ambiental Rural, 47,19% ocorreram com autorização da SEMA e 52,80% são ilegais.

- Os polígonos de desmatamento ilegal do referido período possuem majoritariamente áreas pequenas, 62,25% dos polígonos possuem área menor

que 10 ha. As áreas entre 10 e 50 ha correspondem a 18,1%. E 19,63% dos polígonos com área maior de 50 hectares.

- Referente a distribuição dos alertas de desmatamento por tamanho de imóvel rural[2] , a maioria (63,16%) localizando-se em grandes propriedades; seguindo das médias propriedades (20,21%) e em menor percentual nas pequenas propriedades (16,63 % da área total de alertas).

- As terras indígenas com maiores índices de desmatamento e consecutivamente necessidade de maior fortalecimento referente às ações de fiscalização são: Sararé, Wedezé, Parabubure, Kayabi, Enawenê-nawê, Sete de Setembro, Parque Indígena do Xingu, Arara do Rio Branco, Zoró, Batelão e Vale do Guaporé.

Os municípios com maior incidência de desmatamento foram: Colniza, Brasnorte, Juara, Paranatinga, Aripuanã, Cocalinho, Nova Maringá, São José do Rio Claro e Marcelândia. Consequentemente estes municípios e entorno receberam maior quantidade de operações de fiscalização, conforme representado no mapa abaixo, elaborado pela Gerência de Planejamento de Fiscalização e Combate ao Desmatamento – GPFD/SEMA.

No período de 01/07/2023 a 30/06/2024, a SEMA e Polícia Ambiental realizaram 301 operações “in loco”, sendo que dos pontos distribuídos para fiscalizar 2973 foram informados pelas equipes como fiscalizados, conforme representado no mapa a seguir. Este período totalizou aplicação de R$ 4.807.144.091,69 em multas referente a infrações contra a flora. Resultou na lavratura de 4.608 autos de infração: sendo 342,59 Mil hectares de área desmatada, 17,64 Mil hectares de área por uso de fogo e 30,02 Mil hectares por exploração de madeira.

Sobre a arrecadação de multas, no referido período a SEMA MT recebeu o equivalente a R$ 11.796.856,22 (relativo à infrações contra a flora, pesca, e lançamento de resíduos poluidores /licenciamento ambiental).

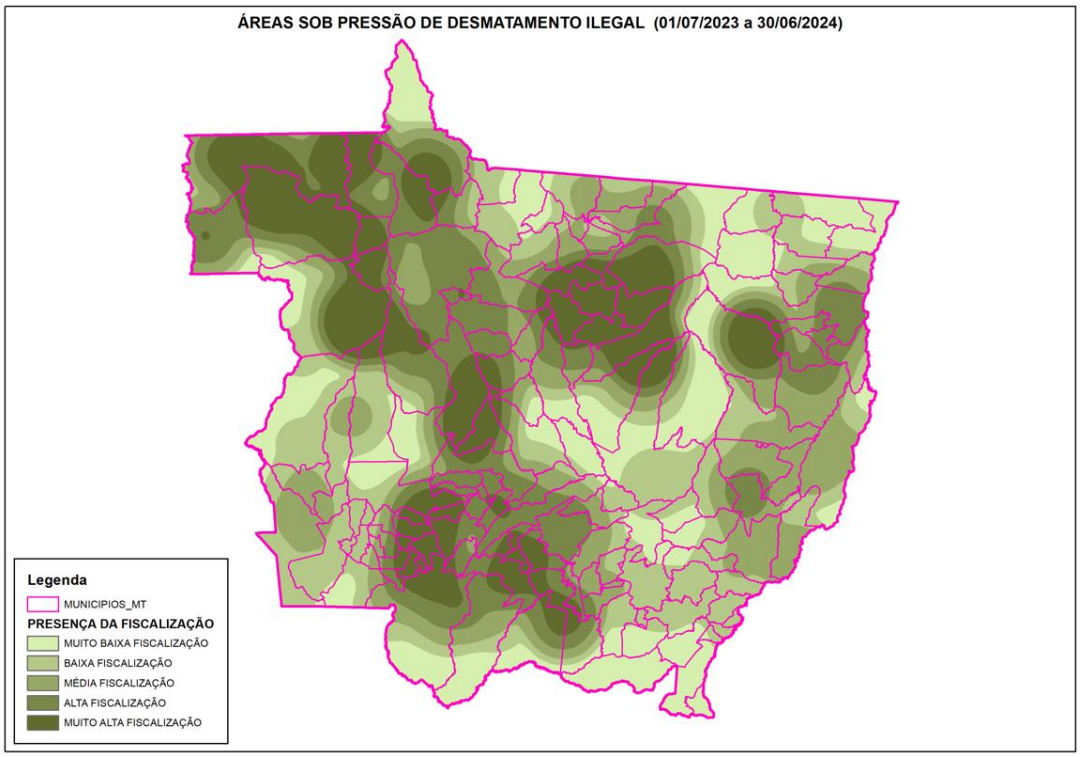


Figura 2. Mapa com a demonstração da intensidade da presença de fiscalização no período de 2023 e 2024 em Mato Grosso.

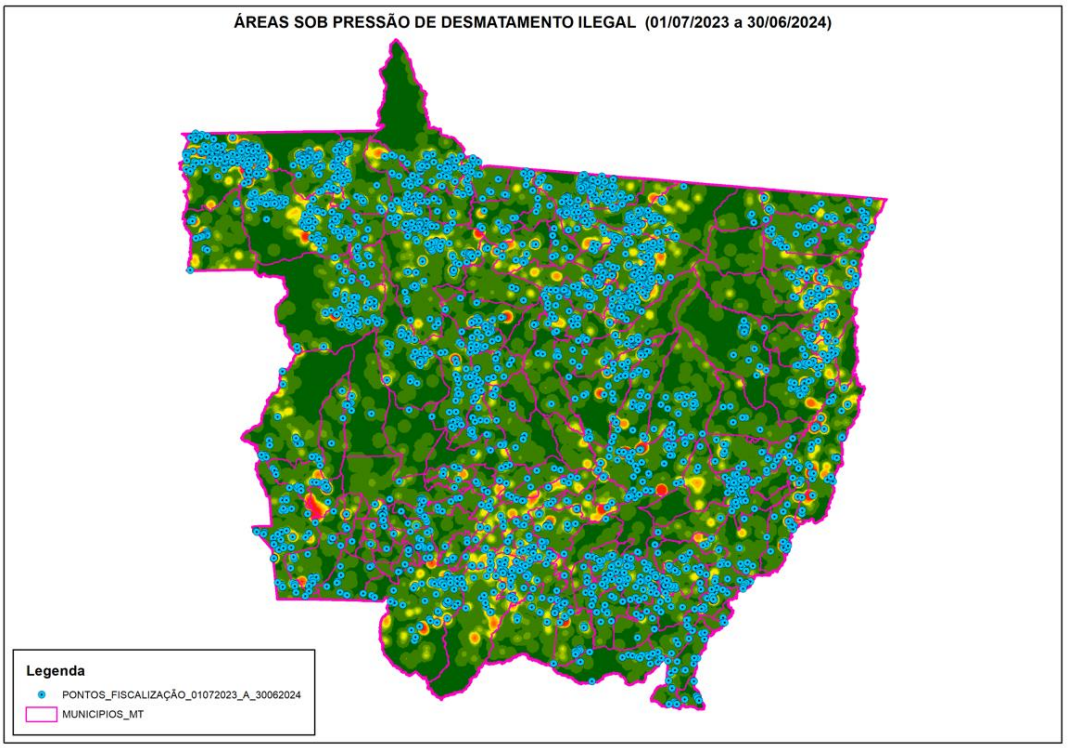


Figura 3. Distribuição espacial dos pontos fiscalizados no período de 2023 e 2024.

Sobre a situação de queimadas, a situação é mais preocupante ainda que o desmatamento, visto que neste ano os focos de calor aumentaram 224% em relação ao mesmo período do ano passado, conforme informação do Programa de Queimadas do INPE. Alcançando recordes, atingindo principalmente o Bioma Amazônia e Pantanal. O combate a incêndios florestais é um grande desafio para os órgãos responsáveis, devido à alta demanda, complexidade e risco no trabalho de extinção, baixíssima responsabilização devido a atual legislação, facilidade e rapidez no uso de fogo para limpeza de área rural e urbana, renovação de pastagens e destruição da vegetação nativa de grande porte com o uso recorrente do fogo, método mais barato e menor chance de multa ambiental. Com a mudança climática a intensidade e recorrência de incêndios florestais tem aumentado consideravelmente. Sendo que o tema deve ter maior atenção nos programas de governo e políticas públicas, prevendo estratégias para prevenir e atuação rápida e precisa em situações de emergência, que tem se repetido ao longo dos últimos quatro anos.

---

[1] Trata-se de um tipo de dado que gera indicadores sobre o desmatamento, mas que não passa por uma validação, e desse modo, não devem ser entendidos como a taxa anual de desmatamento. A taxa oficial de desmatamento a corte raso na Amazônia é calculada e divulgada anualmente pelo INPE/PRODES.

[2] A Lei 8.629 de 25 de fevereiro de 1993 estabelece como Pequena Propriedade o imóvel de área de até 4 (quatro) módulos fiscais, a Média Propriedade o imóvel rural de área superior a 4 (quatro) e até 15 (quinze) módulos fiscais e a Grande Propriedade o imóvel rural de área superior a 15 (quinze) módulos fiscais.

3. Desafios identificados na implementação do Programa e estratégias de superação adotadas

As ações e projetos do Programa REM MT foram iniciadas de fato a partir de 2021, considerando que houve um tempo de preparo do FUNBIO para o início da execução financeira, dos editais e do momento pandêmico. Até a data deste relatório somam-se três anos de implementação, nos quais observamos os seguintes desafios:

O primeiro desafio foi conciliar os instrumentos administrativos disponíveis para a execução financeira com o planejamento territorial, considerando as informações disponíveis sobre o público alvo na época. Em outras palavras, elaborar as chamadas de projetos com as pouquíssimas informações existentes sobre o público e sobre as cadeias produtivas do estado, de forma a alcançar as áreas prioritárias do Programa.

As primeiras chamadas serviram de base para a organização de informações mínimas sobre a distribuição e atividades produtivas dos beneficiários do programa, permitindo que no segundo momento o recrutamento de projetos fosse realizado de forma mais inclusiva e assertiva. Entretanto, a questão de gênero não foi tratada de forma específica ao longo do processo, e as atividades de inclusão de gênero aconteceram ao longo dos projetos de forma complementar.

Outra dificuldade identificada ainda em relação a implementação do Programa foi a baixa familiaridade das organizações sociais com processos de gestão, fossem de projetos ou de negócios. Sobre isso, a alternativa encontrada foi oferecer suporte técnico e administrativo especializado ao longo da execução dos projetos, e como lição aprendida exigir a previsão orçamentária para pagamento de um profissional com experiência nessas áreas na equipe de coordenação dos projetos.

A análise e monitoramento dos projetos ao longo desses três anos, mostrou também que o edital de chamamento precisa ser mais detalhado e apresentar quais as metas estão sendo perseguidas pelo Programa, assim como as propostas precisam apresentar os indicadores que serão perseguidos, isso vislumbra direcionar os investimentos para os principais objetivos do programa.

Já no âmbito estratégico observou-se que a oferta de assistência técnica, isolada do acesso a crédito rural, via de regra não alcança os resultados possíveis, uma vez que o público do programa, raramente tem recursos disponíveis para investimentos. Por sua vez, apoiar a abertura de crédito para esse público exige a inserção dos mesmos no processo de regularização ambiental, que por sua vez, em MT não tem até a data de fechamento desse relatório o SIMCAR Assentamento em operação, o que impossibilita para a grande maioria dos beneficiários do Programa. Tal situação conduziu a alocação de recursos de rendimentos para apoiar a fase de testes do módulo do assentamento, bem como impactou o

planejamento da Fase II, que absorveu o investimento para a regularização ambiental de assentamentos beneficiários do Programa.

De modo complementar, reflexões a partir do diagnóstico sobre a idade dos agricultores familiares, reforçou a necessidade de buscar soluções sobre como promover a fixação dos jovens no campo. As alternativas encontradas, por hora, trazem para o cenário parcerias, como por exemplo, o Instituto Federal de Educação e as Universidades Federal e Estadual.

Para além da questão da fixação dos jovens no campo, a emergência climática instalada aponta para a necessidade de construção de múltiplas parcerias que vislumbre o ganho de escala das ações do programa na zona rural. Tais articulações estão sendo construídas a partir da manifestação de organizações públicas e privadas, por meio de memorandos de entendimento, a ser detalhado nos subprogramas.

No âmbito operacional, o aperfeiçoamento da governança tem um destaque, frente a necessidade de estabelecer um fluxo de comunicação entre instâncias consultivas com a instância deliberativa, o Conselho Gestor de REDD+. Importante também, avaliar os espaços consultivos para observar as lacunas, como por exemplo a participação de entidades indigenistas na Governança Imdígena, e internalização das discussões do Conselho de Desenvolvimento Rural Sustentável, pelo CGREDD+.

4. Execução dos Subprogramas

Ao longo da Fase I, 90 contratos foram efetivados com organizações da sociedade civil, alcançando 145 projetos, abrangendo 119 municípios e fortalecendo aproximadamente 144 organizações sociais, além do custeio de ações de 16 organizações governamentais. Essas iniciativas envolveram ações como assistência técnica, extensão rural, aumento da produtividade, acesso a tecnologias, regularização de associações e cooperativas, estruturação de cadeias de valor, apoio a negócios sustentáveis, segurança alimentar e promoção da saúde de povos indígenas. Os projetos contemplaram tanto as chamadas de 2020 quanto as mais recentes, como a Chamada 12/2022 da AFPCT e as Chamadas 01 e 02/2022 do Subprograma Territórios Indígenas.

O Programa REM MT já beneficiou diretamente mais de 34 mil pessoas, sendo possível acompanhar os avanços de cada subprograma por meio dos dados de monitoramento, com foco especial nos indicadores de impacto. Segundo estimativas da base da Funai são 614 aldeias em MT, o programa cadastrou mais 314 aldeias que não estavam inseridas na base de dados Funai até junho de 2024.

Em termos de distribuição dos projetos por bioma, a porção do bioma Amazônico no estado recebeu aproximadamente R$53 milhões de investimento, distribuído em 42 projetos, já projetos que desenvolvidos entre os biomas Cerrado/Amazônia contou com R$38 milhões destinados a 25 projetos. No total a Amazônia representa 47,8% dos projetos, o Cerrado/Amazônia 34,3%, o Cerrado 9,8% e a Amazônia/Cerrado/Pantanal 2,7% (Figura 04).

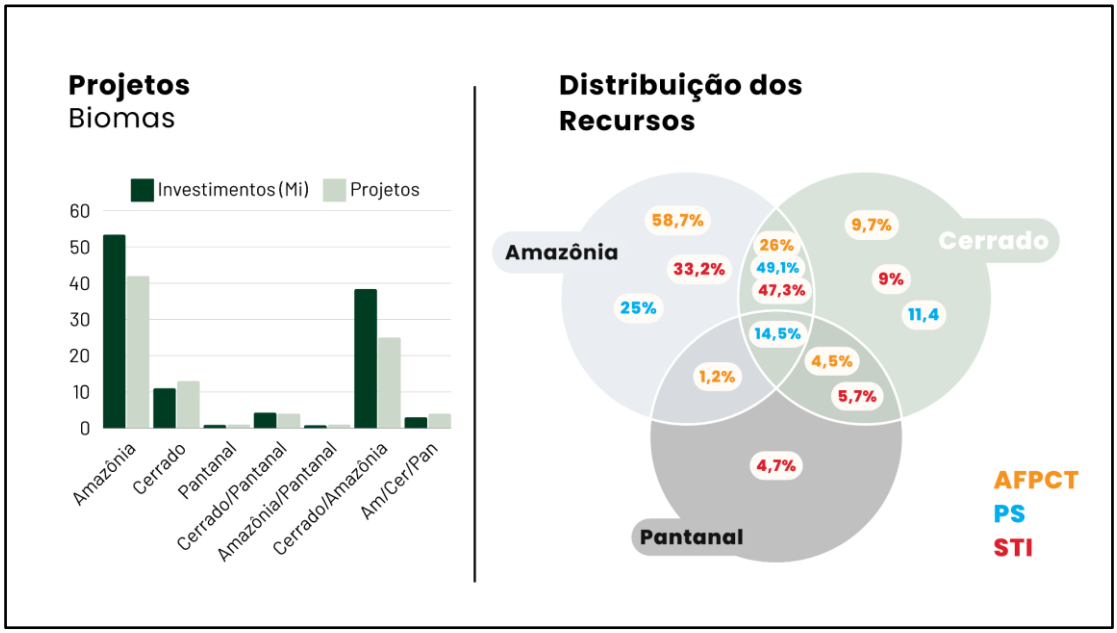


Figura 4. Número de Projetos e investimento nos biomas, e distribuição do investimento por subprograma e nos biomas.

Ao todo, o Programa REM MT já ultrapassou a marca de 34 mil beneficiários diretos, dos quais aproximadamente 18 mil são indígenas. Além disso, houve progresso nas estruturas governamentais, impulsionado pelo fortalecimento das políticas públicas por meio do Subprograma D - Fortalecimento Institucional e Políticas Públicas Estruturantes.

Ao analisar a distribuição dos beneficiários do Programa da Fase I, comparativamente às áreas prioritárias definidas na fase de planejamento do programa, observa-se que dos 25 municípios prioritários, o REM esteve presente em 22, e mesmo havendo uma pulverização, atuando no total de 104 municípios dos 141 de MT, a média de beneficiários nas áreas prioritárias foi quase duas vezes mais alta que nos demais municípios, concentrando mais de 33% dos beneficiários (Figura 5).

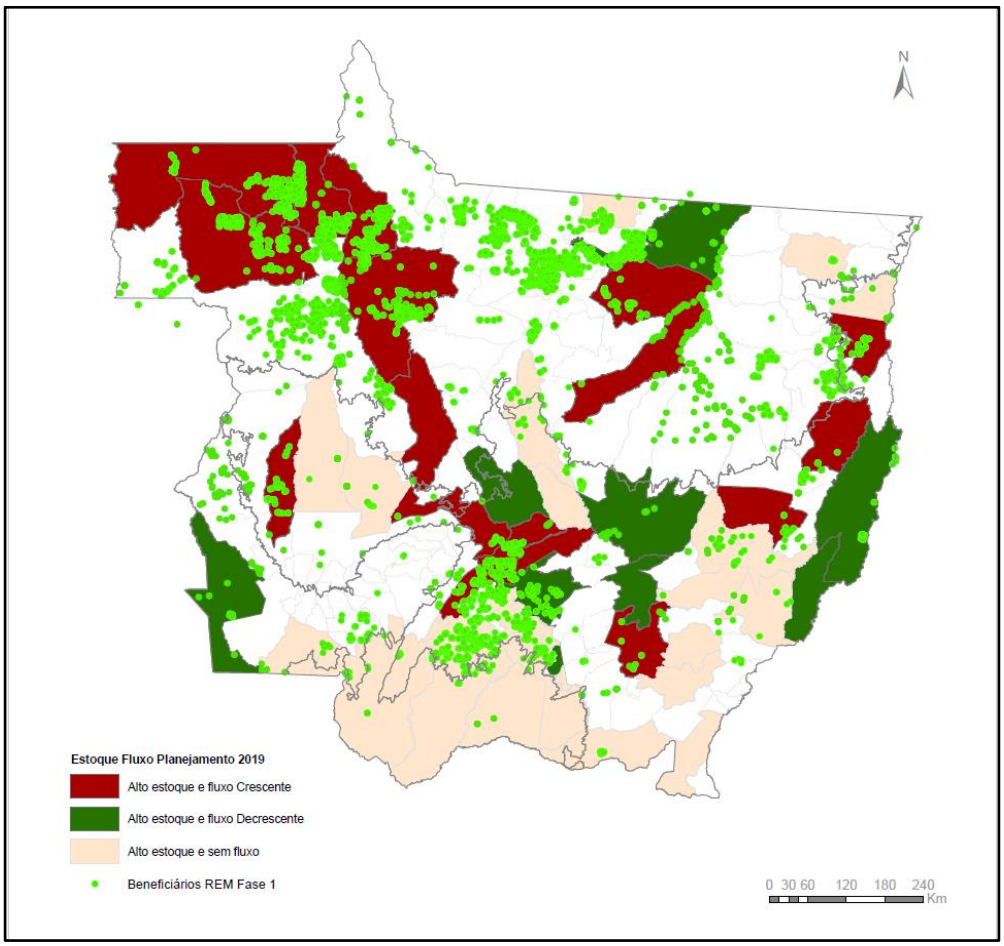


Figura 5. Distribuição de beneficiários em comparação às áreas prioritárias do Programa REM MT.

4.1. Subprograma 1 – Agricultura Familiar e de Povos e Comunidades Tradicionais

4.1.1 Contextualização

De acordo com a Lei nº 11.326/2006, agricultores familiares são definidos por quatro critérios: (1) possuir ou utilizar áreas de até quatro módulos fiscais, (2) ter mão de obra predominantemente familiar, (3) obter a maior parte da renda da própria exploração da terra e (4) gerir o estabelecimento diretamente pela família. A lei também abrange empreendimentos familiares rurais, comunidades tradicionais e reformados agrários.

No contexto estadual, a agricultura familiar é regulada e incentivada por diversas leis e políticas estaduais. Alguns dos principais marcos legislativos que promovem a agricultura familiar no estado incluem:

i. Lei nº 10.445, de 03 de outubro de 2016, estabelece a obrigatoriedade de utilização de alimentos e produtos alimentares provenientes da agricultura familiar de Mato Grosso nas escolas da rede estadual de ensino. O objetivo é garantir que os produtos da agricultura familiar sejam adquiridos e utilizados na alimentação escolar, promovendo a saúde dos estudantes e incentivando o desenvolvimento econômico local. Além disso, a lei busca fortalecer a agricultura familiar e estimular a comercialização dos produtos em programas públicos, contribuindo para a geração de renda dos pequenos produtores no estado;

ii. Lei nº 10.516, de 02 de fevereiro de 2017, institui a Política Estadual de Desenvolvimento Rural Sustentável da Agricultura Familiar, seu objetivo é promover o desenvolvimento sustentável da agricultura familiar, oferecendo apoio técnico, crédito e infraestrutura, incentivando práticas sustentáveis e facilitando a comercialização dos produtos. A lei visa melhorar a viabilidade econômica e social dos agricultores familiares, integrando-os em programas de desenvolvimento rural;

iii. Lei nº 11.145, de 25 de maio de 2020, que estabelece a Política Estadual de Apoio ao Cooperativismo da Agricultura Familiar no Estado de Mato Grosso. O objetivo é fomentar e fortalecer as cooperativas de agricultores familiares, promovendo a organização e a participação desses produtores no mercado. A lei busca melhorar a capacidade produtiva e comercial das cooperativas por meio de apoio técnico, financeiro e logístico, além de incentivar a integração e o desenvolvimento sustentável das atividades ligadas à agricultura familiar no estado e

iv. Lei nº 12.386, de 08 de janeiro de 2024, que institui o Fundo de Apoio à Agricultura Familiar (FUNDAAF). O objetivo é fornecer apoio financeiro e estrutural aos agricultores familiares, com ênfase no desenvolvimento sustentável e no fortalecimento da produção local. O fundo visa promover o acesso a recursos para os agricultores familiares e melhorar a infraestrutura e as condições de produção e comercialização.

O conceito de povo refere-se a grupo de indivíduos que compartilham certos elementos comuns, tais como cultura, história, território e organização social. As comunidades tradicionais referem-se a grupos humanos que possuem formas de organização social, econômica e cultural diferenciadas, em geral fortemente ligadas à terra e ao ambiente em que vivem.

A Constituição Federal de 1988 protege os povos e comunidades tradicionais, assegurando seus direitos culturais, territoriais e sociais. Complementando isso, o Decreto nº 6.040/2007 é um marco legal que reconhece esses direitos e promove o desenvolvimento sustentável, com foco na preservação cultural e no respeito aos territórios ocupados. O decreto também reforça a importância de políticas públicas que garantam a inclusão social e a proteção ambiental dessas comunidades.

O Programa REM MT contribui diretamente para a implementação das legislações vigentes, ao viabilizar o uso de práticas agrícolas sustentáveis e promover a proteção dos direitos territoriais, culturais e sociais dos povos e comunidades tradicionais. Ademais, ao incentivar o desenvolvimento sustentável e garantir a participação social, o programa reflete os princípios constitucionais, reforçando a importância da preservação ambiental e da inclusão social dessas comunidades.

Neste contexto, o objetivo central do Subprograma Agricultura Familiar e de Povos e Comunidades Tradicionais (AFPCT) é fortalecer as cadeias de valor que valorizam a floresta em pé e incentivar a práticas agroecológicas e de baixa emissão de carbono, promovendo a transformação socioprodutiva e aumento da geração de renda com foco na sustentabilidade.

4.1.2 Aplicação dos recursos e andamento das atividades

Até o momento, o Subprograma AFPCT destinou R$ 70.6 milhões para Chamada de projetos e Planos de Gestão de Cadeias de Valor (PGdCV) e R$ 12.8 milhões para execução direta (consultorias, serviços, bens e outros insumos), com saldo atual de 3.5 milhões. O percentual desses valores é apresentado na Figura 6.

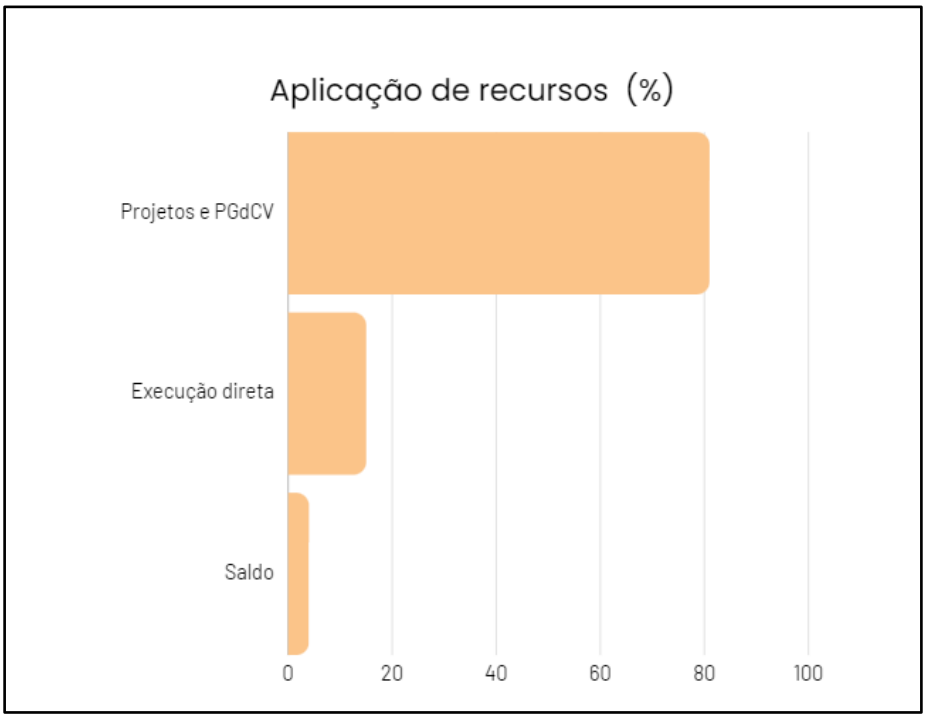


Figura 6. Percentuais de recursos aplicados e saldo atual do Subprograma AFPCT.

Ao longo da Fase I, o Subprograma AFPCT lançou dois editais, um em 2020 e outro em 2022. No primeiro edital, foram selecionados 22 projetos, dos quais 13 já foram finalizados. Além disso, cerca de 90% dos objetivos desse edital foram concluídos. No edital de 2022, foram selecionados 21 Planos de Gestão de Cadeias de Valor (PGdCV), com 46% dos objetivos finalizados até o momento.

Em relação à execução direta, o percentual de atividades concluídas é de 65,7%, conforme demonstrado pela velocidade do andamento físico, ilustrado na Figura 7.

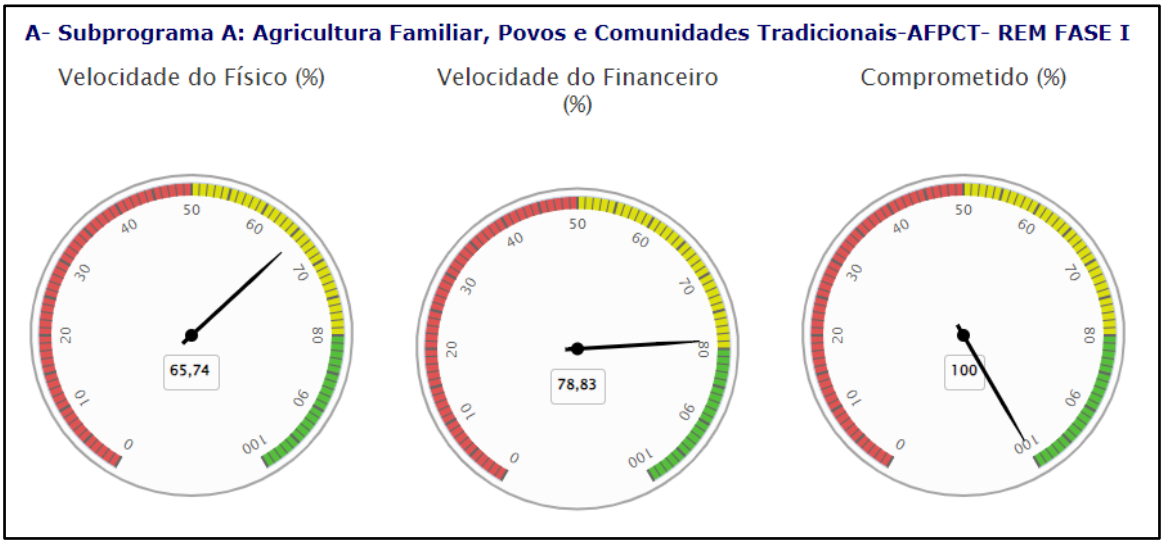


Figura 7. Progresso do Subprograma AFPCT, dados obtidos do GPWeb.

Ao analisar o andamento da execução por eixo de atuação, é possível observar que o eixo de Extrativismo de Produtos Florestais Não madeireiros (PFNM) é o que recebe a maior parcela de recursos, aproximadamente 50%, seguido do eixo de Fruticultura, Apicultura e Cultivos Perenes, com cerca de 18% dos recursos, essa área foca na diversificação agrícola por meio da produção de frutas, mel e outros cultivos de longo prazo, promovendo a sustentabilidade e a geração de renda para comunidades rurais.

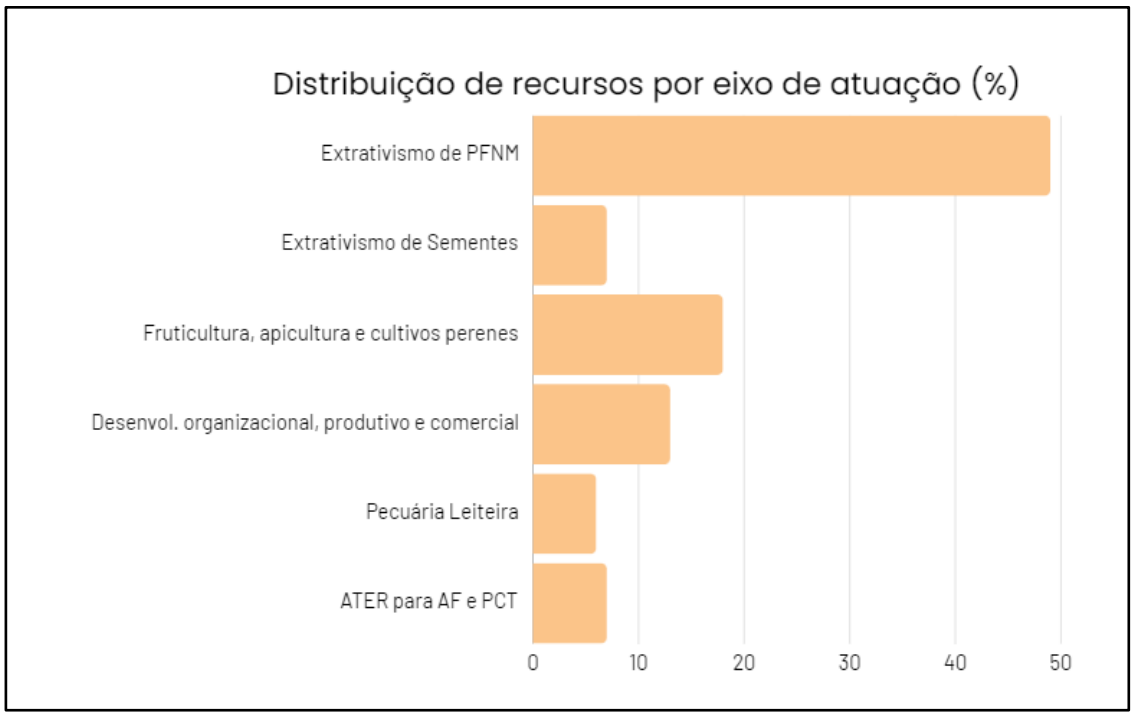


Figura 8. Progresso do Subprograma AFPCT por eixo de atuação. Onde: PFNM corresponde ao extrativismo de produtos florestais não madeireiros

4.1.3 Área de atuação e perfil dos beneficiários

O Subprograma AFPCT está presente em todos os biomas do estado, com maior concentração de projetos na Amazônia, embora muitos projetos atuem em áreas de transição entre biomas. Nessas regiões, o subprograma apoia o desenvolvimento de 20 cadeias produtivas, que incluem: Açaí, Babaçu, Banana, Bocaiúva, Borracha, Café, Castanha, Cumaru, Cumbaru, Favela, Fruticultura, Jatobá, Leite, Macaúba, Mandioca, Mel, Pequi, Pupunha, Sementes e Sucupira. Essas cadeias representam uma diversidade de produtos que refletem a riqueza e o potencial econômico das áreas atendidas pelo programa.

Os projetos e os PGdCV estão distribuídos nos três biomas de Mato Grosso, com a seguinte proporção: 57,4% localizados na Amazônia, 36,1% no Cerrado, e 6,6% no Pantanal, conforme ilustrado na Figura 10. Essa distribuição reflete a predominância de iniciativas na Amazônia, mas também mostra a presença significativa de projetos no Cerrado.

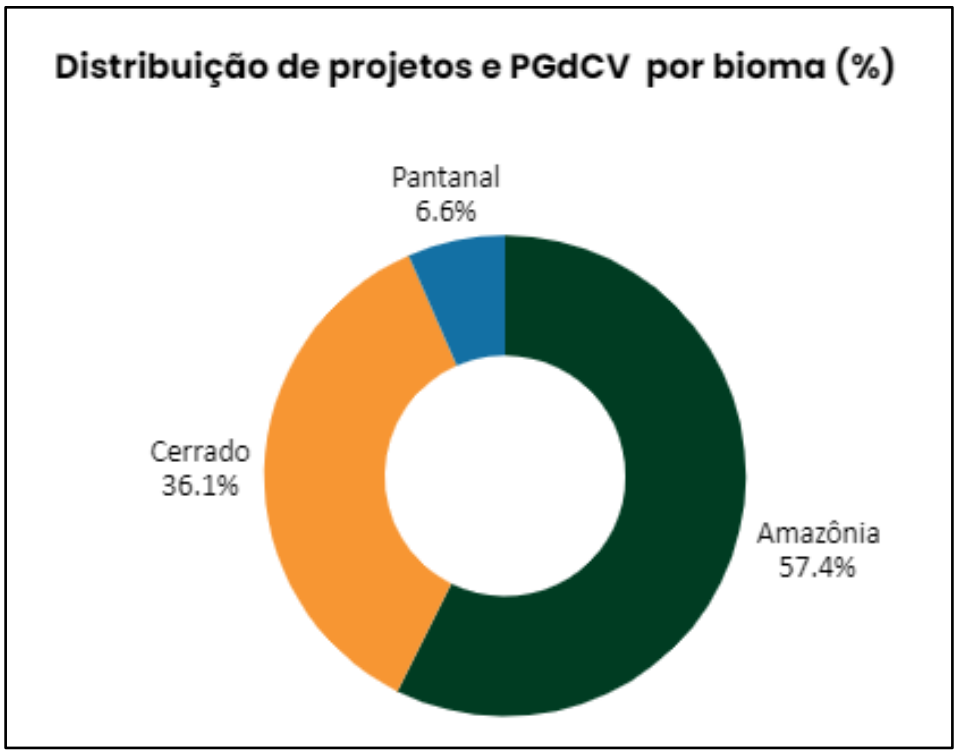


Figura 9. Distribuição de projetos e PGdCV por bioma. PGdCV corresponde aos planos de gestão de cadeias de valor.

Segundo o Censo Agropecuário (IBGE, 2017)[1], o estado de Mato Grosso conta com 118,7 mil estabelecimentos agropecuários ocupados por 422.5 mil pessoas. A figura 11 apresenta a distribuição dos beneficiários do Subprograma AFPCT, bem como os percentuais de estabelecimentos agropecuários classificados como agricultura familiar em relação ao total de estabelecimentos agropecuários de cada município, conforme os dados do IBGE (2017).

É possível observar uma correlação positiva entre o percentual de estabelecimentos agropecuários classificados como agricultura familiar e a quantidade de beneficiários do AFPCT. As áreas com maior percentual de agricultura familiar, representadas pelas cores mais escuras, tendem a concentrar um maior número de beneficiários. Isso reforça a ideia de que os programas de apoio à agricultura familiar, como o REM MT, têm maior impacto em regiões com maior dependência da agricultura familiar, ajudando a fortalecer essas comunidades.

[1] IBGE, 2017. Disponível em: <https://censoagro2017.ibge.gov.br/templates/censo_agro/resultadosagro/index.html>. Acesso em: 18 set.2024.

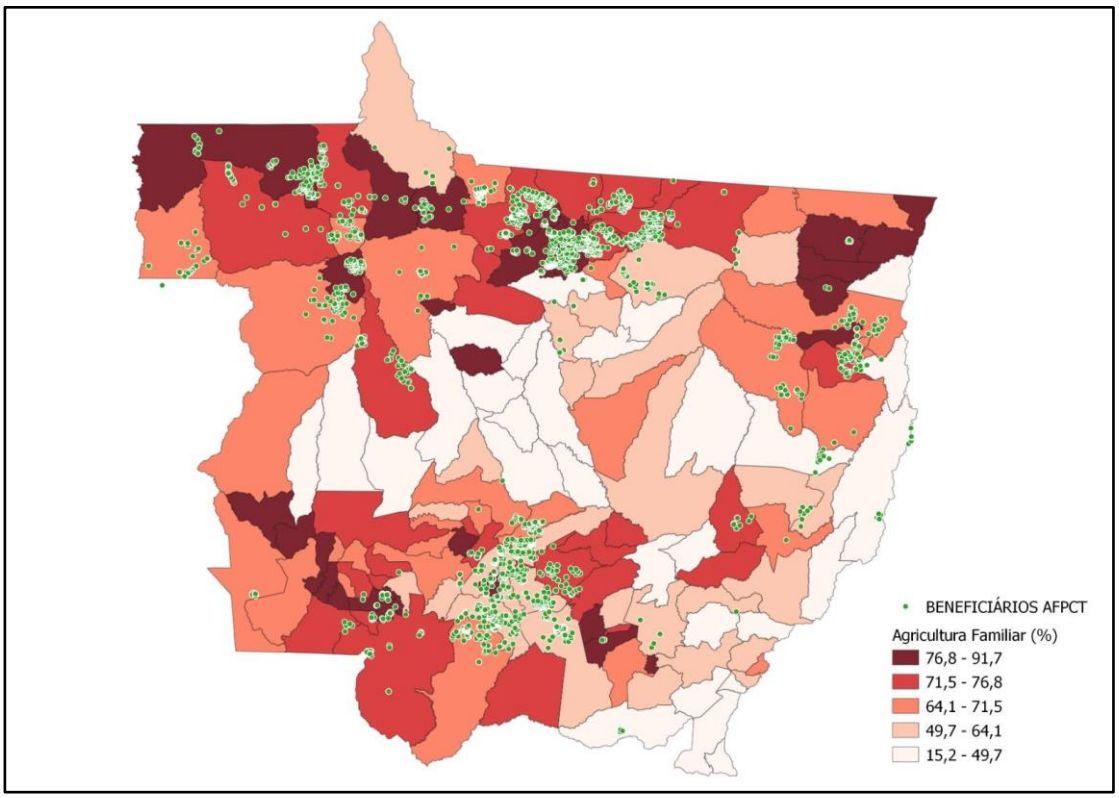


Figura 10. Distribuição do percentual de agricultores familiares do estado (IBGE,2017) e localização dos beneficiários do Subprograma AFPCT.

Em relação a quantidade de beneficiários do Subprograma AFPCT e o percentual de propriedades classificadas com agricultura familiar no estado (IBGE, 2017), é possível observar que quanto maior o percentual de estabelecimentos classificados como agricultura familiar em um município, maior é o número de beneficiários do AFPCT. Isso indica uma correlação entre a presença da agricultura familiar e o acesso ao programa. A faixa de percentual entre 64,1% a 71,5% de estabelecimentos de agricultura familiar apresenta o maior número de beneficiários do AFPCT, com cerca de 1.200 beneficiários (Figura 11).

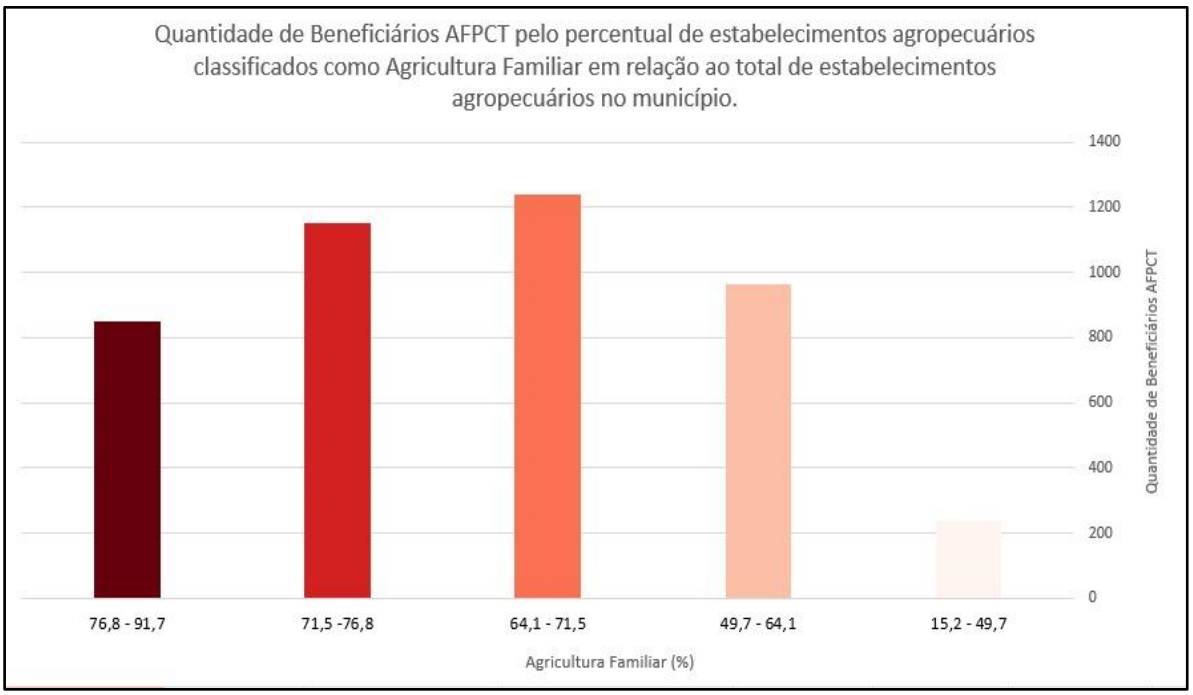


Figura 11. Distribuição do percentual de agricultores familiares nos municípios do estado (IBGE,2017) e quantidade beneficiários do Subprograma AFPCT.

Das 11.686 pessoas alcançadas pelas ações do Subprograma AFPCT, cerca de 41% são mulheres, o que evidencia uma presença feminina significativa. No entanto, o baixo percentual de jovens no campo, apenas 9%, indica que a sucessão familiar está fortemente comprometida. Para que esse processo seja viável, é necessário promover o aumento da renda, o acesso a tecnologias inovadoras e a redução da carga horária de trabalho, garantindo assim a permanência das novas gerações no campo.

Em relação à escolaridade, em uma amostra de 45% dos beneficiários (5.305 pessoas), observou-se que 36% (1.898) concluíram o ensino primário, indicando uma base educacional inicial sólida. Além disso, 31% (1.641) completaram o ensino médio, o que pode aumentar a participação desses beneficiários em atividades econômicas mais qualificadas e complexas.

A maioria dos beneficiários possui habilidades básicas de leitura e escrita, com apenas 8% (442) sendo analfabetos, facilitando a disseminação de informações e a implementação de programas que requerem algum nível de letramento. Contudo, a baixa porcentagem de beneficiários com ensino superior (7% – 356) pode limitar a capacidade do grupo de adotar e desenvolver tecnologias avançadas ou de inovar em suas práticas. Esse cenário reforça a importância de manter o pilar de capacitação sempre presente nos projetos, ajustado ao público-alvo, para promover o desenvolvimento contínuo e sustentável das comunidades.

4.1.3 Resultados

Os resultados do Subprograma AFPCT serão apresentados por elo da cadeia de valor: produção (coleta e extrativismo, cultivo e manejo), beneficiamento e transformação (processamento e industrialização) e distribuição, comercialização e consumo (logística, mercado/consumidor final).

Toda a cadeia de valor começa no elo de produção, que abrange atividades como extrativismo, coleta, cultivo e manejo. No âmbito do Subprograma, o extrativismo foi realizado em uma área total de 1.930.150 hectares, distribuída em vegetação nativa de todo o estado de Mato Grosso, incluindo terras indígenas, reservas legais de propriedades privadas e 605.950 hectares com planos de manejo. As sementes também fazem parte do extrativismo, e a preparação de "muvuca" foi realizada em seis dos projetos beneficiados. No total, 133 toneladas de sementes foram comercializadas pelas redes envolvidas. Além disso, 20 projetos apoiados utilizam Sistemas Agroflorestais (SAF) como um dos métodos de produção em suas propriedades, sendo essa técnica fundamental para a restauração produtiva (Figura 12).

Foram realizadas 296 capacitações, envolvendo 4.855 pessoas, abordando temas como manejo do solo, sistemas de irrigação, manejo de pastagens, boas práticas agrícolas e sistemas agroflorestais, entre outros. Além disso, estão previstas mais 48 capacitações focadas no elo de produção, fortalecendo ainda mais as práticas sustentáveis e produtivas nessas comunidades (Figura 12).

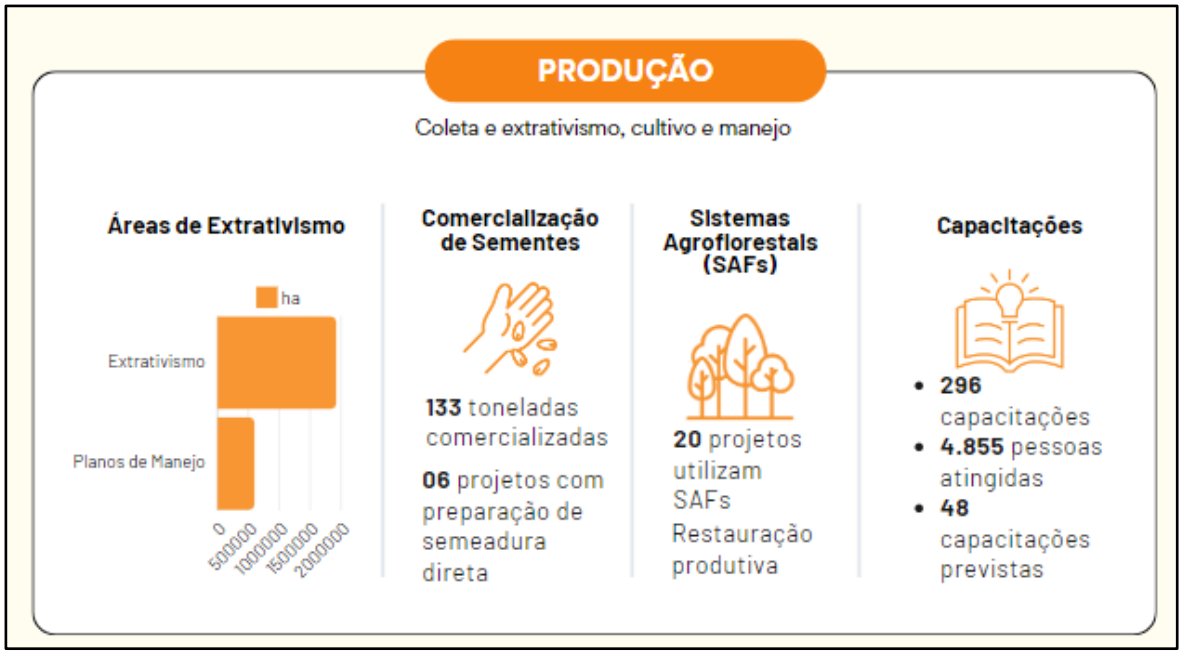


Figura 12. Principais resultados do elo de produção (coleta e extrativismo, cultivo e manejo).

Em relação às cadeias produtivas de fruticultura e leite, a EMPAER desempenhou um papel fundamental nas cadeias produtivas de leite e fruticultura. No eixo da fruticultura foram registradas 15 variedades de frutas, incluindo abacaxi, acerola, banana, cacau, café, caju, coco, goiaba, laranja, limão, manga, maracujá, melancia, melão, mexerica, entre outras. A área total dedicada a essas culturas soma 1.655,97 hectares, com a banana ocupando a maior parcela (860,92 ha), seguida pelo café (530,4 ha), limão (125,68 ha) e cacau (73 ha) (Figura 13).

Foram desenvolvidas cinco Unidades de Referência Tecnológica (URTs) de fruticultura em cinco municípios. Os investimentos foram direcionados para ações como a implementação de sistemas de irrigação, aplicação de corretivos de solo e fertilizantes, e o plantio de mudas. A URT de maior destaque foi a de Colniza, que obteve uma produção de 126 sacas de café por hectare, quase cinco vezes superior à média estadual (29 sacas/ha) (Figura 13).

Na bovinocultura de leite, a área para a atividade foi de 13.794,52 hectares, com um rebanho total de 15.713 cabeças. Foram implementadas 14 URTs de bovinocultura de leite em 12 municípios, empregando diversas tecnologias de baixo carbono, como técnicas de conservação do solo, sistemas de pastejo rotacionado, adubação orgânica, implantação de capineiras, consórcio de culturas, uso de biodigestores e melhoramento genético. Os recursos foram principalmente aplicados em pastagens, calcário, fertilizantes, sistemas de irrigação, cercas elétricas e inseminação artificial. A URT de Juruena foi a que mais se destacou, aumentando a produção de 6 para 83 litros/dia durante o período chuvoso (Figura 13).

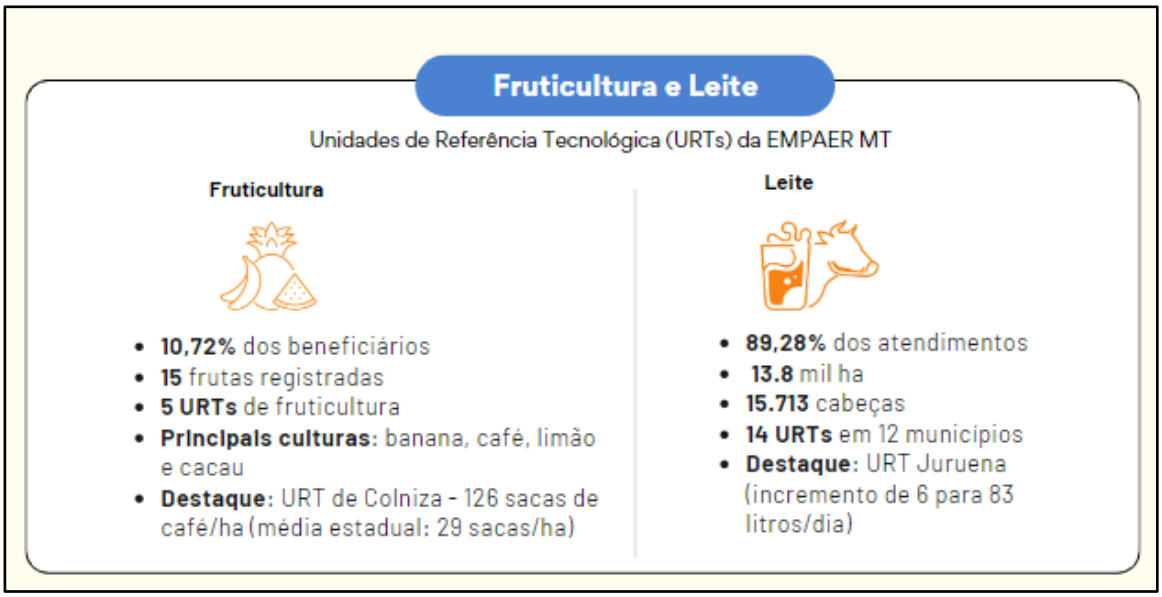


Figura 13. Principais resultados das cadeias da fruticultura e do leite.

No elo de beneficiamento e transformação da cadeia de valor, a atuação do REM MT foi marcada pelo financiamento de 85 tipos de construções, abrangendo diversas áreas de estruturação física (Figura 14). As ações incluem:

a) Construção, reformas e adequação de agroindústrias, meliponários e casas de farinha – com 13 obras concluídas e 27 em andamento.

b) Construção, reforma e adequação de estruturas menores de pré-produção e beneficiamento, como núcleos ou barracões de armazenamento, pré-beneficiamento, pré-secagem, pontos de apoio de distribuição, casas de sementes, pré-armazenamento e entrepostos – com 8 estruturas concluídas e 27 em andamento.

c) Estruturação de sedes e escritórios, incluindo alojamentos, sedes administrativas, cozinhas comuns, banheiros, espaços infantis e varandas – com 3 obras concluídas e 7 em andamento.

Essas iniciativas visam fortalecer a infraestrutura necessária para o desenvolvimento sustentável das cadeias produtivas apoiadas pelo programa.

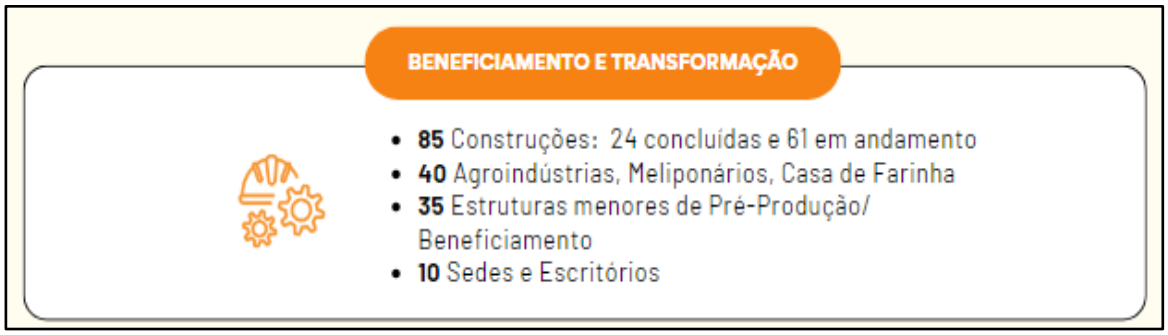


Figura 14. Principais resultados do elo de beneficiamento de transformação da cadeia de valor.

Os 43 projetos de chamada apoiados pelo programa abrangem uma ampla variedade de modalidades de comercialização, demonstrando a flexibilidade e abrangência dos mercados atendidos pelos produtos da sociobiodiversidade.

Em 19 projetos, os produtos são comercializados por meio de políticas públicas, como o PNAE (Programa Nacional de Alimentação Escolar) e o PAA (Programa de Aquisição de Alimentos) estaduais e municipais. Essas políticas garantem a inclusão dos produtos em escolas e programas sociais, promovendo segurança alimentar e apoio aos agricultores familiares. Para participar dessas chamadas públicas, é necessária a comprovação de agricultor familiar (CAF), uma ação que deverá ser incorporada na Fase II para os projetos apoiados.

A comercialização também ocorre em mercados locais e regionais, como feiras livres, padarias, pizzarias, e por meio de vendas diretas ao consumidor final, como barracas à beira de estradas, representando canais importantes para o escoamento dos produtos, proporcionando acesso direto e imediato ao mercado.

Além disso, o REM financiou a compra de 62 veículos (carros, motos, barcos, tratores e caminhões), o que possibilitou às organizações reduzir sua dependência de atravessadores, aumentando a autonomia na comercialização de seus produtos.

Na perspectiva de cadeia de valor, foram previstas consultorias estratégicas de mercado para o desenvolvimento de planos de negócios, planejamentos estratégicos e estudos locais em 25 projetos. Um aspecto crucial desse processo é a forma como os produtos são apresentados ao consumidor final. Em 35 projetos, foram planejados o desenvolvimento de planos de comunicação, a criação de sites e redes sociais, além de estudos de marca, produção de marca, desenvolvimento de rótulos, embalagens e fichas técnicas. Essas ações visam melhorar a visibilidade e o posicionamento dos produtos no mercado, fortalecendo sua competitividade.



Figura 15. Principais resultados do elo da distribuição, comercialização e consumo da cadeia de valor.

Outro resultado relevante é que 63% da renda dos agricultores familiares do Subprograma AFPCT que atuam na bovinocultura (equivalente a R$ 43 milhões por ano) provém dessa atividade. Mais da metade desse percentual (55%) está relacionada à pecuária de corte, gerando um total de R$ 24.070.593 por ano. Embora os projetos também incentivem o desenvolvimento de outras cadeias produtivas da sociobiodiversidade, a bovinocultura se destaca como uma importante fonte de capital de giro rápido, uma vez que

permite ciclos de comercialização mais curtos, garantindo uma receita regular e previsível que sustenta as famílias ao longo do ano.

Na esfera da gestão e governança, já foram realizadas 371 capacitações, envolvendo cerca de 7 mil pessoas. Os temas abordados incluem manejo, produção, tecnologias de baixa emissão, boas práticas de manipulação de alimentos, finanças, tecnologias digitais, segurança no trabalho, comercialização, gestão e governança, além de tópicos como inclusão social e equidade de gênero, associativismo e cooperativismo.

Adicionalmente, 72% dos projetos contemplam a realização de reuniões de governança, assembleias, encontros institucionais e a participação em intercâmbios nacionais e estaduais. Ao todo, foram previstos 102 intercâmbios entre os projetos, com destaque para as cadeias do Babaçu (ARPEP e COOPAMSAL), que buscaram inspiração em casos de sucesso no Maranhão, estado com a maior produção de babaçu no Brasil.

Vale ressaltar que as organizações de base estabeleceram parcerias com 112 instituições, incluindo associações, cooperativas, ONGs, fundações, institutos, empresas privadas e universidades. Além disso, parcerias com prefeituras, cooperativas, secretarias estaduais e municipais foram fundamentais para fornecer maquinário, assistência técnica, apoio logístico e capacitação.

Para dar maior visibilidade às cadeias de sociobiodiversidade, foram produzidas cartilhas sobre as principais cadeias apoiadas, como Babaçu, Cumbaru, Castanha da Amazônia e Pequi. Essas cartilhas têm o objetivo de fornecer informações valiosas e orientações práticas sobre essas cadeias de valor, que promovem a preservação florestal ao mesmo tempo em que geram renda para as comunidades.

Os principais resultados mencionados estão destacados na figura 16.



Figura 16. Resultados em destaque do Subprograma AFPCT.

Visando fortalecer a participação dos povos e comunidades tradicionais (PCTs) na Fase 2 do Programa REM MT, diversas ações foram realizadas ainda na Fase 1, com o objetivo de caracterizar os 12 segmentos oficialmente reconhecidos no estado e incorporar suas ideias e propostas para valorizar suas culturas e fortalecer suas comunidades. Foram promovidos 7 eventos, incluindo um seminário preparatório, 5 oficinas regionais em diferentes municípios para mobilizar e articular instituições e PCTs localmente, e um seminário estadual de fechamento das propostas coletadas.

Esses encontros proporcionaram um ambiente de intercâmbio, diálogo e reflexão sobre a organização social dos PCTs, promovendo o empoderamento dessas comunidades e fortalecendo as políticas públicas específicas para elas. Os 12 segmentos participantes incluíram: povos indígenas, quilombolas, pantaneiros, ribeirinhos, pescadores artesanais, retireiros do Araguaia, povos ciganos, raizeiros, extrativistas, seringueiros, morroquianos e povos de matriz africana e povos de terreiros.

Como resultado do seminário, foram sistematizadas propostas de ação de cada segmento, agrupadas em três áreas principais para o apoio do REM: eventos e encontros culturais; Chamada de projetos e Apoio Técnico. Essas iniciativas visam a inclusão e valorização dos PCTs nas políticas de desenvolvimento sustentável do Programa REM MT.

Em relação aos resultados dos indicadores do Subprograma AFPCT, é possível verificar que seus impactos e resultados têm como foco o desenvolvimento sustentável, a inclusão de práticas de baixo carbono e o fortalecimento de cadeias produtivas relacionadas a produtos florestais não madeireiros e à agricultura familiar. O programa promove tanto o crescimento econômico (como o aumento de faturamento) quanto o uso de práticas sustentáveis (como o manejo de baixo carbono), beneficiando milhares de famílias e associações/cooperativas. Além disso, contribui para o cumprimento de vários ODS estabelecidos pela ONU, visando a sustentabilidade e a igualdade social (Figura 17).




A GENTE É REDE.
É EM REDE QUE FAZEMOS FLORESTA!


SISCOS
Produtos da Agricultura Familiar na sua mesa!


COMOV
Cooperativa Agropecuária Mista Ouro Verde
99248-5319




QUILOMBOS DE MATO GROSSO
REM
KFW giz


REM
KFW

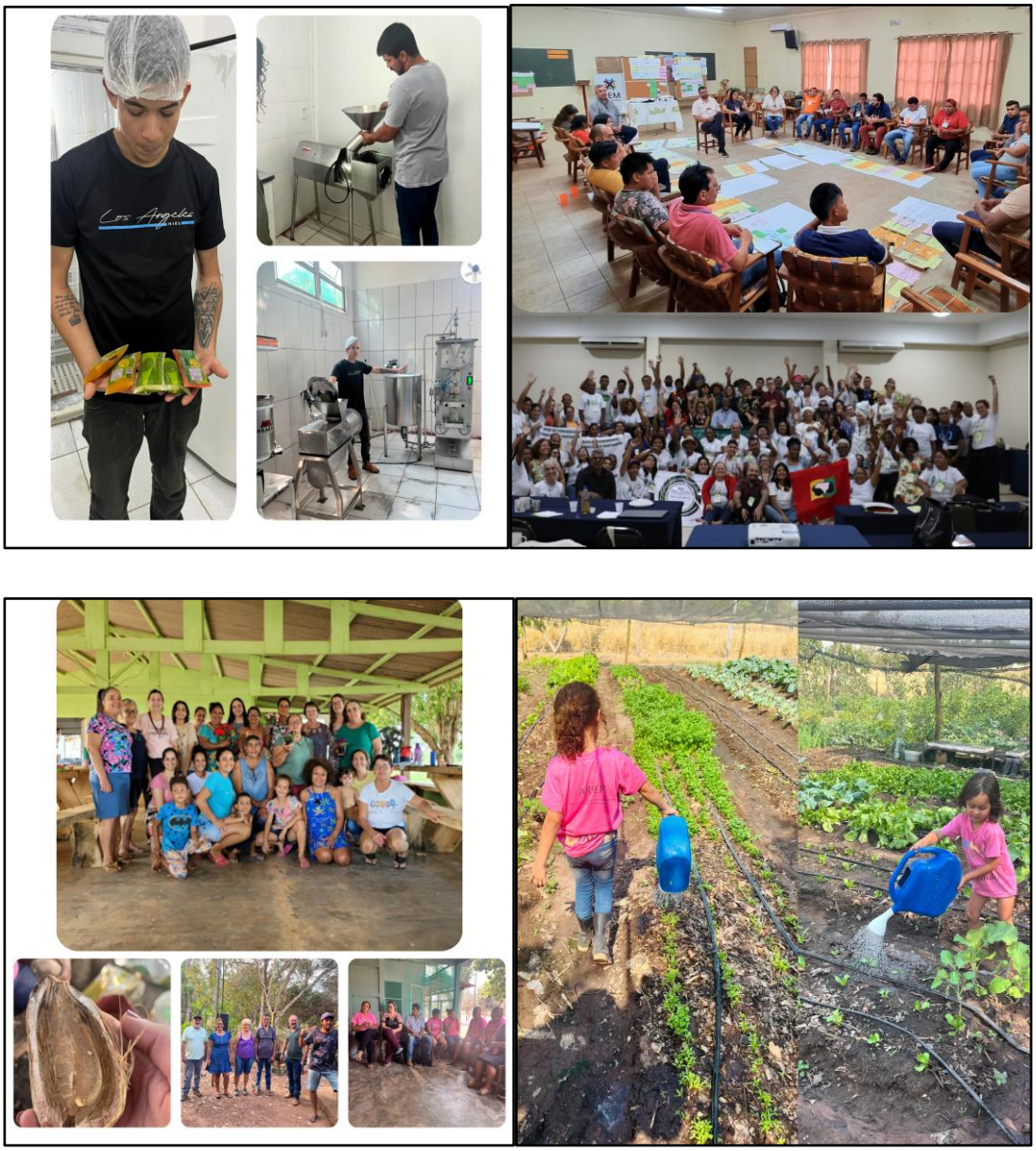


Figura 17. Destaque de projetos e beneficiários do Subprograma AFPCT.

4.2. Subprograma 2 – Territórios Indígenas

Entre julho de 2023 a junho de 2024 houve a continuidade das ações estabelecidas para o STI como: o encerramento dos projetos contratados ainda pelo Plano Emergencial de Combate ao COVID-19 e também dos editais 01 e 02/2022; a finalização das etapas de capacitações em andamento; a realização das reuniões de governança; o intercâmbio para o estado do Acre; as viagens de monitoramento de campo e ações voltadas às articulações e/ou representação do STI em espaços e fóruns de interesses com o tema do Subprograma, que serão melhor descritos em seus campos específicos abaixo.

Vale enfatizar que o STI alcançou os 43 povos indígenas do estado, tendo atuação em 62 Terras Indígenas, com ações distribuídas em 602 aldeias. Deu apoio, através dos projetos tanto do Plano Emergencial como dos editais 01 e 02/2022, a 46 organizações indígenas, que executaram, às vezes, mais de um projeto. Destas 46 organizações, 10 novas associações indígenas participaram dos editais 01 e 02/2022, totalizando 17 organizações indígenas que acessaram recursos do Plano Emergencial e dos dois editais. Também é importante destacar que 03 dessas organizações, executaram projetos estruturantes, cujo valor foi de R$ 1.000.000,00 (ATIX, Instituto Raoni e ACAIM), sendo que as duas primeiras executaram também Projetos estruturantes para o Plano Emergencial, em suas regionais. Do total de 104 projetos executados, 60 foram implementados por organizações indígenas, sendo que os 44 projetos restantes, tiveram como gestores técnicos e financeiros, 08 organizações não indígenas, a saber: ICV, TNC, OPAN, Instituto Kuradomodo, Instituto Flor de Ibez, I9SOL, Instituto Amazonas e Pacto das Águas.

Participação das Organizações Indígenas e Não Indígenas na Gestão de Projetos

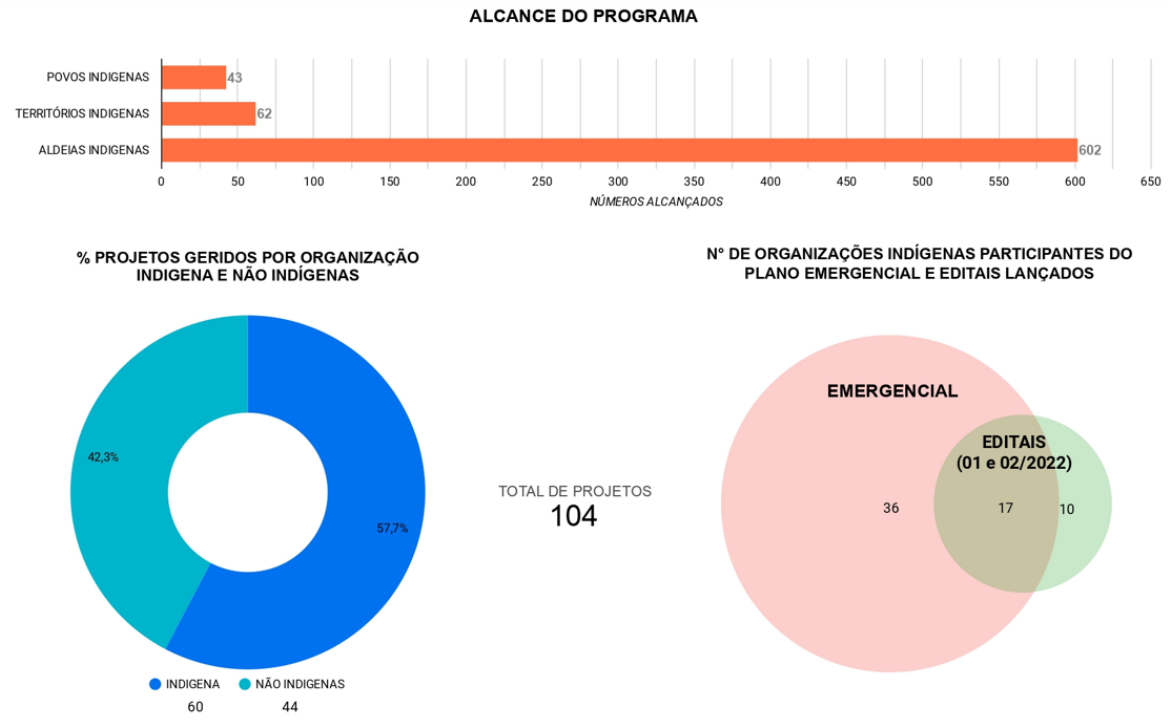


Figura 18. Número de projetos geridos por organizações indígenas, povos, territórios e aldeias alcançadas e número de organizações indígenas apoiadas por editais e plano emergencial do REM MT.

Conforme demonstrado no Dashboard do GPWeb, a execução física dos projetos, bem como a financeira, estão em fase final para seu encerramento, alcançando um percentual de 98,6% para os registros e relatos da parte operacional e técnica e 95,37% para a execução financeira.

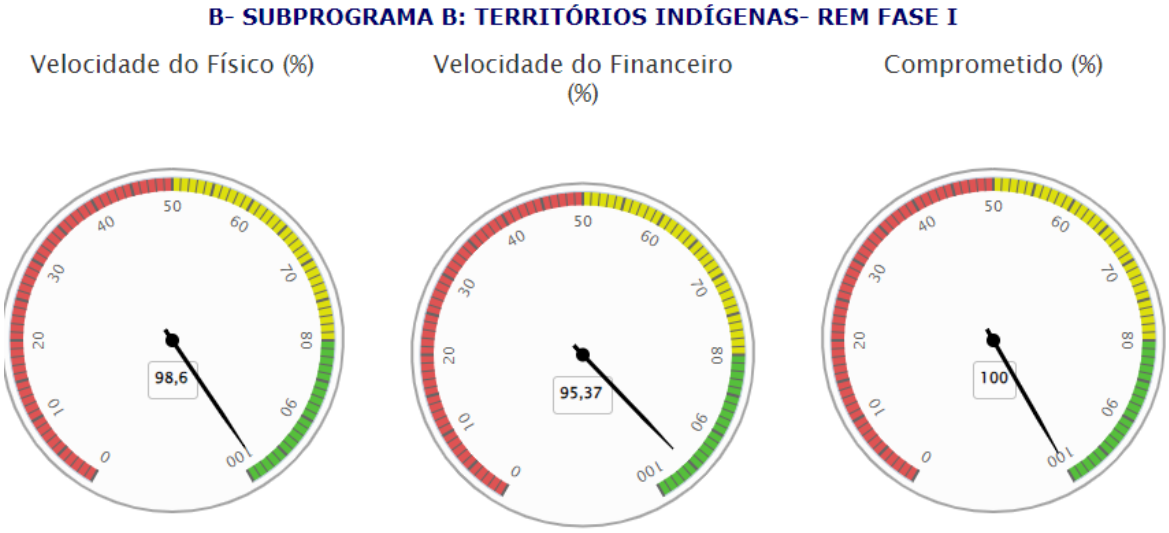


Figura 19. Progresso do Subprograma TI, dados obtidos do GPWeb.

A velocidade física-financeira do Subprograma T.I está ilustrada na Figura a seguir, onde no presente momento 97,95% das atividades foram executadas em relação ao planejado. O que concerne ao financeiro, dos R$31.823 milhões estimados para execução, na presente data deste relatório, alcançamos a execução de R$30.347 milhões do planejamento total de R$32.684 milhões. A diferença apresentada diz respeito ao montante dos recursos da FEPOIMT a serem executados, que totalizam R$1.800.000,00 aproximadamente e o curso de AAFIS, ainda em construção com os parceiros.

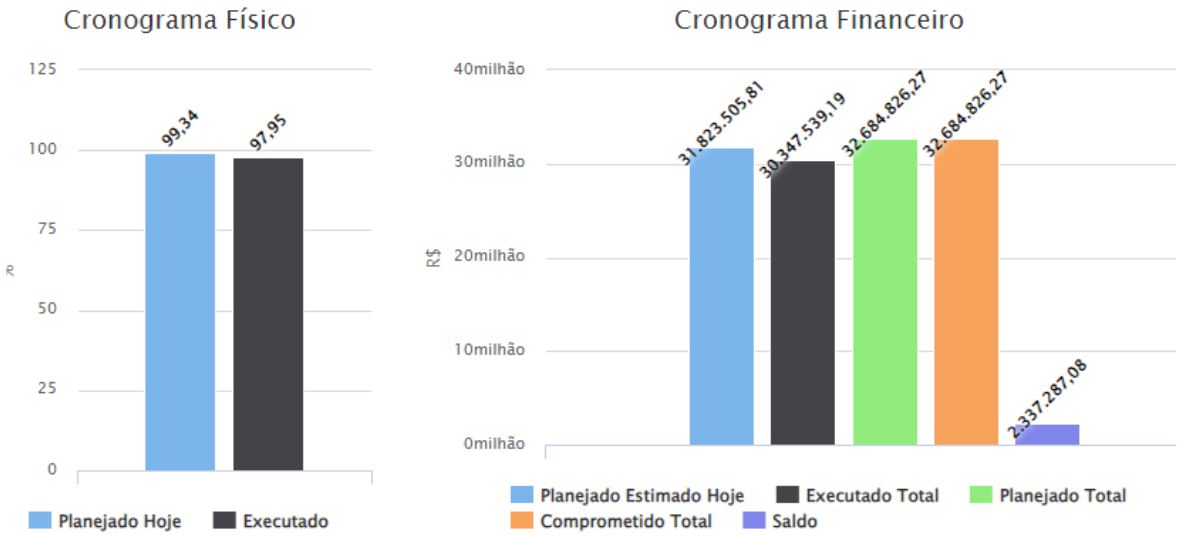


Figura 19. Execução física-financeira do Subprograma T.I. Fonte: GPWeb

Para além da execução das ações previstas, o Subprograma Territórios Indígenas concorreu, nesse período, ao "Prêmio Espírito Público", considerada a maior premiação dedicada ao setor público brasileiro, na categoria "Meio Ambiente e Emergência Climática". O STI ficou entre os três finalistas, concorrendo com o Projeto Biomas BR do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE) e o Projeto Reflora do Jardim Botânico do RJ, que foi o vencedor da categoria.

4.2.1 Fortalecimento Institucional

O fortalecimento Institucional da FEPOIMT, ao longo desse período, teve prosseguimento com o apoio de sua participação em diferentes espaços estratégicos de articulação e representação, como em fóruns nacionais e internacionais, dando continuidade à garantia da defesa dos interesses indígenas e do seu protagonismo. Neste período a FEPOIMT esteve presente na COP e Pré-COP; Acampamento Terra Livre, Cuiabá e DF; reuniões intersetoriais de governo na esfera federal e estadual; entre outros. Também foi dado o devido apoio para a realização de sua 7º Assembleia e para a realização do Encontro de Mulheres.

Vale destacar que a FEPOIMT, desde a finalização de seu primeiro projeto em 2022, que contou com o apoio do Instituto Centro e Vida, como instituição âncora para a gestão administrativa e financeira, não apresentou um projeto final para execução dos recursos ainda previstos e destinados à mesma.

Tendo como perspectiva o percentual de 30% dos recursos do STI, na primeira fase do REM, que totalizou R$7.024.000,00, a FEPOIMT executou R$1.824.000,00, através de seu primeiro projeto, cuja organização âncora era o ICV, conforme relato acima. O montante de

R$5.200.000,00 restantes, ficou no aguardo da apresentação de um novo projeto para sua execução. Em 2022 uma proposta foi apresentada, mas não teve convalidação das equipes do STI/GOPA/FUNBIO, sendo-lhes solicitado uma revisão e ajustes para aprovação final, em julho de 2022.

Enquanto se aguardava a apresentação dos reajustes da nova proposta, mas sem querer prejudicar o apoio à FEPOIMT, o FUNBIO e o STI passaram a operar seus recursos, mediante demandas apresentadas, sem contudo, perderem a perspectiva de que essa era uma estratégia circunstancial e de exceção. Desde então, a FEPOIMT vem operando dentro dessa exceção, sem apresentar uma proposta final de projeto que detalhe suas metas, e por consequência ações e gastos, ainda que seja cobrada em todas as reuniões de Governança.

Se por um lado essa forma de gerir os recursos previstos é confortável ao beneficiário, colocando-o no papel de solicitante junto ao executor, por outro lado, essa estratégia de gestão coloca-se na contramão do grande objetivo e propósito do "Fortalecimento Institucional da FEPOIMT", já que ela não cria as condições adequadas para o exercício de sua autonomia financeira com capacidade técnica e operacional instaladas.

É importante enfatizar que a condição excepcional da FEPOIMT, gera uma condição de desigualdade com os demais beneficiários do STI, que cumprem com todas as regras para acessar seus recursos, que são de ordem de valores muito inferiores daqueles destinados à ela. É importante destacar que outras 46 Associações Indígenas de Mato Grosso acessaram e geriram recursos do REM, cumprindo com todas as etapas exigidas, desde: a apresentação de um projeto, a elaboração de relatórios, a gestão das compras e aquisições, a prestação de contas, a inserção de dados nos sistemas exigidos (GPWEB e Cérebro), entre outros.

Entendemos que o objetivo previsto no Fortalecimento Institucional da FEPOIMT foi parcialmente alcançado, visto que houve a consolidação da Federação, sua visibilização frente a atores governamentais e não governamentais, aumento dos associados junto à Federação, reconhecimento da Federação enquanto espaço de representação, entre outros. No entanto, ainda se faz necessário que a FEPOIMT constitua sua autonomia e protagonismo para uma gestão administrativo-financeira independente, para além de todo o apoio e oportunidades ofertadas.

Considerando o momento final de execução da Fase I, e o saldo atual de aproximadamente R$1.800.000,00, definiu-se que o apoio a estruturação da Federação continua ao longo da Fase II, mediante apresentação de projeto e pro forma estabelecidos para as demais organizações.

4.2.1.1 Capacitações

Neste período foram finalizadas algumas capacitações iniciadas no primeiro semestre de 2023, a exemplo das Oficinas de “Elaboração e Gestão de Projetos” dividida em três módulos, cujos dois últimos foram executados no período deste relatório (junho e agosto de 2023), que alcançou 14 organizações sociais, totalizando 30 pessoas. Foi também concluído o trabalho de consultoria para “Apoio às Organizações Indígenas de Base”, composto por um diagnóstico da situação fiscal, jurídica e contábil das associações indígenas do estado, entregue em junho de 2023 e da realização de uma capacitação para as associações indígenas realizada em agosto de 2023.

Nos meses de julho e agosto de 2023 foram realizadas as capacitações, de “Comunicação e Mídias Sociais”, junto a 30 mulheres e jovens mulheres indígenas de Mato Grosso.

Em novembro desse mesmo ano, foi realizada uma Oficina para orientar a Construção de Protocolos de Consulta Livre, Prévia e Informada para os territórios indígenas de Mato Grosso. A oficina alcançou 30 representantes indígenas de 15 povos distintos . Os Protocolos Consulta tem destaque entre as pautas indígenas, pois esse é o mecanismo de participação indígena quando há o interesse de instalar algum empreendimento impactante no entorno dos territórios. Sendo assim, a oficina foi precedida por um diagnóstico dos impactos de empreendimentos que afetam as Terras Indígenas de Mato Grosso, a partir de dados secundários e também de dados primários coletados em visitas à duas terras indígenas: Jarudore (Bororo) e Arara do Rio Branco (Arara).

Essas capacitações geraram três cartilhas, publicadas entre os meses de maio a julho de 2024. Vale ressaltar que o material elaborado para a cartilha de “Elaboração e Gestão de Projetos”, foi produzido conjuntamente com os alunos indígenas participantes da capacitação, bem como foram elaborados 24 pequenos projetos como exercício dessa formação, alguns escritos em duplas e 03 projetinhos (Karajá, Balotiponé, Yawalapiti), foram apresentados para fundos de financiamento e alcançando resultados no caso Karajá.



Figura 20. Cartilhas publicadas em 2024, construídas a partir de capacitações realizadas pelo Programa REM MT.

O tópico Capacitação/ Formação alcançou os seguintes resultados: 5 cursos com temas de interesse e estabelecidos pelos povos, sendo eles: Orientações Técnicas e de Assessoramento na Construção de Protocolos de Consultas, Livres, Prévias e Informadas - CLPI; Capacitação para Regularização das Organizações Indígenas de Base; Capacitação em Comunicação e Mídias Sociais Para Mulheres Indígenas; Capacitação na Gestão e Elaboração de Projetos e; Capacitação para operacionalização dos Sistemas GPWeb e Cérebro, que ao todo somaram 12 módulos de capacitação. Além disso, foi realizado um Seminário de Gestão Ambiental e Territorial, que contou com a participação de 300 participantes e um Intercâmbio com o estado do Acre para compreensão do Processo de formação de Agentes Agroflorestais Indígenas, mencionado abaixo.

4.2.2 Governança Indígena

Entre o segundo semestre de 2023 e o primeiro semestre 2024, foram realizadas duas reuniões da Comissão de Governança do Subprograma Territórios Indígenas, do Programa REM Mato Grosso: a 11ª Reunião, nos dias 29 de fevereiro a 1º de março, e a 12ª Reunião, nos dias 27 e 28 de junho, ambas presenciais em Cuiabá. Nos encontros estiveram reunidos representantes indígenas das regionais, membros do governo e parceiros institucionais. Também os representantes indígenas, no período de 20 a 24 de maio de 2024, participaram de um intercâmbio no estado do Acre, para conhecerem a proposta de formação de Agentes Agroflorestais Indígenas, desenvolvida no estado, tendo em vista que esta é uma demanda que também está sendo construída para o estado de Mato Grosso, cuja a perspectiva é de sua implementação a partir do REM Fase II.



Curso de Formação -Escola da Floresta, CPI AC



Reunião Secretaria de Povos Indígenas, Rio Branco, AC.

Figura 21. Representantes da Governança Indígena do Programa REM MT em intercâmbio no Acre.

Na 11ª Reunião, o foco foi apresentar os resultados da Fase 1 do Subprograma e discutir a implementação da Fase II. A pauta incluiu a execução financeira, o monitoramento de projetos, a avaliação das consultorias e debates sobre o modelo de governança. As lições aprendidas na Fase I foram destacadas, junto com propostas para aprimorar a governança na Fase II, especialmente no que diz respeito à comunicação com as bases. Também foi discutido o alinhamento do subprograma com a criação da Unidade de Programas e Projetos Internacionais (UPPI) e a participação de novos gestores financeiros. Entre as propostas apresentadas, estavam a ampliação do número de representantes indígenas e institucionais, a realização de reuniões virtuais e presenciais, mandatos de dois anos sem renovação e reuniões de governança rotativas nas regionais.

A 12ª Reunião, teve como principais objetivos avaliar a execução da Fase I e propor ações para a Fase II do REM. A pauta incluiu a avaliação financeira do período, a evolução na execução dos projetos, incluindo uma avaliação do Subprograma TI- Fase I e Apresentação da Matriz Lógica da Fase II. Além disso, foram compartilhadas as lições do intercâmbio realizado entre 19 e 25 de maio de 2024, em Rio Branco e Cruzeiro do Sul, no Acre, onde representantes indígenas de Mato Grosso conheceram a experiência dos Agentes Agroflorestais Indígenas (AAFI-AC) e estabeleceram diálogo com instituições responsáveis pela implementação dessas práticas.

Durante essa reunião, também foram discutidos os desafios da Fase I, como a complexidade na gestão dos projetos e a necessidade de capacitação contínua das organizações indígenas. Para a Fase II, foram apresentadas propostas como a criação de mecanismos de apoio para ações emergenciais, capacitação contínua, melhoria dos prazos e processos de execução dos projetos, fortalecimento da comunicação entre as bases e as instâncias de governança, e aprovação de um modelo de governança mais participativo.

Cinco tópicos foram apresentados para uma avaliação junto aos representantes da governança, que nos revelam de uma forma sintética a percepção da execução do Subprograma sob a perspectiva desses representantes, vejamos:

TEMAS	POSITIVO	DESAFIOS
Plano Emergencial	Compra de equipamentos e apoio à soberania alimentar	Identificação de aglutinadoras; morosidade na aprovação e avaliação dos impactos nas aldeias
Gestão	Transparência e eficiência	Desburocratizar chamada de projetos; contratação técnica indígena no STI; melhorar a gestão interna das associações indígenas
Capacitação	Realização de vários eventos	Capacitação continuada para as associações
FEPOIMT	Pagamento de consultorias; Apoio em eventos nacionais e internacionais e Realização de 7 assembleias	Apresentar projeto estruturado; Se fortalecer para além do REM
Projetos	Cadeias produtivas; brigadistas voluntários; povos apoiados; org. fortalecidas; roças apoiadas; mulheres beneficiadas	Pouco tempo para execução; valores altos para associações pequenas; dificuldades nas prestações de contas

Fonte: Relatório 12ª Reunião de Governança

No que concerne a avaliação da própria Governança, discutidas na 12ª reunião, uma nova proposição de participação e funcionamento da mesma foi aprovada tendo destaque: o aumento de dois representantes titulares e suplentes por regional; a ampliação da divulgação para composição da nova Governança, incluídas as associações indígenas de base levantadas pelo trabalho da consultoria de apoio às organizações indígenas de base e o levantamento feito pela equipe do STI, que totalizou um número de 74 associações adimplentes distribuídas nas regionais; o apoio do Subprograma na realização de reuniões virtuais com todos esses atores para iniciar o processo de escolha dos representantes; a melhoria da comunicação, com a publicação de boletins informativos das deliberações das reuniões.

4.2.3 Apoio aos Projetos

De 78 Terras Indígenas em diferentes fases de regularização, no estado de MT, alcançamos com as nossas ações para o Plano Emergencial, 62 Terras de 40 povos onde foram implementadas 369 ações de apoio ao combate do COVID 19. Entre os meses de setembro de 2023 a junho de 2024, a execução técnica de todos os projetos do Plano Emergencial foi concluída, restando apenas a entrega de três "*Termos de Encerramento*", por parte do Funbio (Instituto Kuradomodo, Cerrado Pantanal e Noroeste, sendo esses dois últimos geridos pelo Instituto Centro de Vida - ICV), que ainda encontram-se com algumas pendências na prestação de contas.

Os investimentos para o Plano Emergencial são demonstrados no quadro abaixo por regional:



REGIONAL	PROJETOS LOCAIS	ORGANIZAÇÃO	VALORES R$
Noroeste	14	ICV	**1.400.000,00**
Xingu	13	Associação Terra Indígena Xingu - ATIX	**1.150.000,00**
Cerrado Pantanal	8	ICV	**1.000.000,00**
	1	Instituto Kuradomodo	**600.000,00**
Vale do Guaporé	9	ICV	**800.000,00**
Norte Kayapó	7	Instituto Raoni	**850.000,00**
Médio Araguaia	6	TNC	**720.000,00**
Xavante	13	TNC	**2.000.000,00**
	2	Instituto Kuradomodo	**1.000.000,00**

TOTAL: R$ 7.239.295,88

Figura 22. Recursos aplicados pelo plano emergencial pelo subprograma T.I.

No que concerne aos projetos dos editais 01 e 02/2022, alcançamos 43 povos, com projetos distribuídos em 30 Terras Indígenas. Tecnicamente encerramos a gestão física de 24 projetos, mas temos ainda, até a presente data, três projetos (IPEAX, CIT e Inhá-Apiaká) que faltam ainda prestar contas, atualizar cérebro e GPWeb para o seu encerramento formal, sendo que os dois últimos faltam também apresentar seus relatórios técnicos. A gestão e o monitoramento conjunto entre STI e Funbio, tem sido sistemática para a superação desses desafios apresentados pelos projetos, surtindo resultados, ainda que algumas vezes, mais demorados.

Os investimentos por regionais, incluídos os recursos restantes da FEPOIMT, estão demonstrados no quadro abaixo:

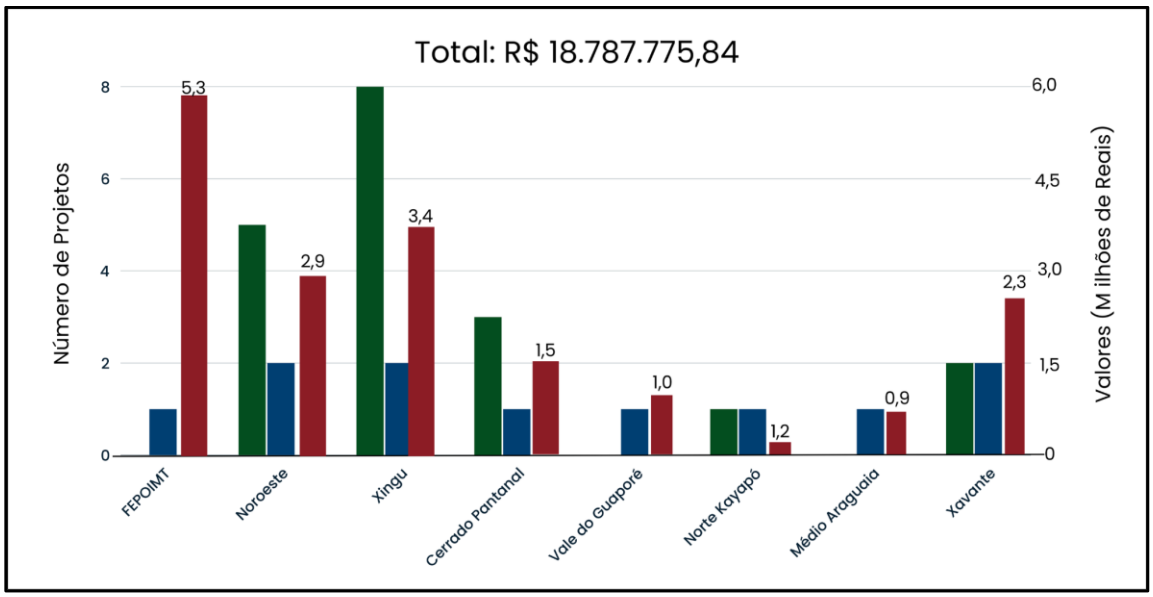


Figura 23. Recursos contabilizados por regional e número de projetos alcançados pelo Subprograma TI nos editais 01 e 02/2022. Projetos Locais em verde; Projetos Estruturantes em azul; e Valores em milhões de reais em vermelho.

O quadro acima resume a distribuição de recursos do no edital 02/2022, que se distribui entre projetos estruturantes, havendo ao menos um por regional, bem como projetos mais pontuais, executados com alcance local. Excepcionalmente, o Projeto do Instituto I9SOL alcançou três regionais (Xavante, Xingu e Cerrado), sendo que seu principal público está na regional Xavante.

Dos resultados consolidados que alcançamos nesse período, trabalhando com as linhas temáticas estabelecidas pelos editais, temos:

- 10 projetos que atuaram na linha temática de Fortalecimento Sociocultural;
- 09 projetos que atuaram na linha temática de Sustentabilidade e Meio ambiente;
- 09 projetos que atuaram na linha temática de Vigilância e Monitoramento Territorial;
- 05 projetos que atuaram na linha temática de Incêndios Florestais;
- 14 projetos que atuaram na linha temática Geração de Renda e Comercialização;
- 11 projetos que atuaram na linha temática Infraestrutura nas Aldeias;
- 11 projetos que atuaram na linha temática de Mulheres;
- 12 projetos que atuaram na linha temática Segurança Alimentar e Nutricional;
- 1 projeto que atuou na linha temática Gestão Territorial e Ambiental.




Figura 24. Instituto Raoni - Formação Apícola e Encontro de Mulheres.

Dentre os projetos temos 04 que apresentaram em seu resultados, a confecção de pequenos documentários, vídeos e gravações de cantos dos processos financiados a partir das linhas temáticas escolhidas. A título de exemplo temos o projeto da Associação Indígena Kuikuro do Alto Xingu - AIKAX, cujo foco esteve na linha temática de Fortalecimento Sociocultural, onde implementaram, entre outras ações, o resgate e registro de cantos e festas, para constituírem um banco de dados para as gerações futuras. Seguem os links de acesso abaixo:

1. Ö ihöibaré, abhu tsima ‘wara – água viva, cerrado em pé. Instituto Flor de Ibez - Vídeo do Projeto Xavante, aldeia São Brás, TI São Marcos. https://www.youtube.com/watch?v=nGK8kgPAE6A&list=PLGfFkfXdbCGWZHlHYK7O1zQiDtJjjnGvQ&index=2

2. Roça agroflorestal na aldeia Wederã , Instituto Flor de Ibez, TI Pimentel Barbosa Povo Xavante
https://www.youtube.com/watch?v=tM2-Zxcx3Qk&list=PLGfFkfXdbCGWZHlHYK7O1zQiDtJjjnGvQ&index=1

3. Projeto Agrofloresta 2. IPEAX. Povo Kawaiwete e Waurá, TI Xingu
https://drive.google.com/file/d/1j_tRa_dxOHJ6QYss2ZibYngjxCc9gDmR/view

4. Projeto Egi Oto, AIKAX, povo Kuikuro TI XIngu - Gravações dos Cantos
https://drive.google.com/drive/folders/1xa_y5OJT6lJHzRbE2ZJLEwWC_vBvG7OU



Figura 25. Indígena Kuikuro participando de gravação no Projeto AIKAX com foco no registro cultural.

4.2.3.1 Monitoramento

O Monitoramento do Programa REM MT, pactuado entre todos os subprogramas, é uma estratégia que busca identificar os avanços e dificuldades enfrentados pelos projetos, a partir do diálogo com proponentes, parceiros e beneficiários. Para tanto, são adotados diferentes procedimentos para o alcance dos resultados: a) Reuniões Online - reuniões conjuntas com Funbio e Projetos para orientação de execução; b) Relatórios - Leitura e análise dos relatórios trimestrais, semestrais e finais dos projetos; c) Acompanhamento do GPWEB que geram registros de ocorrência com realizações de notificações e encaminhamentos; d) Monitoramento de Campo - Visitas aos projetos, para verificação da execução das atividades, discussão dos problemas apresentados e reorientação dos trabalhos.

Junto a estes instrumentos, o Subprograma Territórios Indígenas adotou mais uma estratégia, que apontaremos em detalhes mais abaixo, que foi o Monitoramento Participativo. Vale destacar que o Monitoramento Participativo, trouxe uma inovação à coleta de dados, possibilitando a capacitação e a contratação de 17 monitores indígenas, para a pesquisa, colocando esses representantes em uma posição de destaque junto aos povos indígenas beneficiários.

4.2.3.1.1. Monitoramento de Campo

O monitoramento de campo é um instrumento fundamental para o acompanhamento da gestão e avaliação da execução das ações e recursos na ponta. Entretanto, quando se tem como público beneficiário os povos indígenas, esse monitoramento torna-se desafiador. A rica diversidade sociocultural, linguística e de contato, que exige minimamente do interlocutor, um olhar sensível a esta diversidade, a logística necessária de ser estruturada para que o monitoramento ocorra, as longas distâncias percorridas até os territórios e aldeias, apresentam alguns dos desafios a serem superados na adoção deste instrumento. Para sua realização, são adotadas variadas ferramentas de apoio (formulários técnicos, entrevistas, reuniões e análise documental) que são aplicadas no levantamento de campo.

Ao longo desse período foram monitorados em campo 07 projetos, contemplando 06 povos, distribuídos em 13 aldeias de 07 Terras indígenas. Em todas as Terras Indígenas e aldeias visitadas, eram feitas reuniões com as comunidades, ouvindo-as sobre o desenvolvimento das ações executadas, das dificuldades encontradas e debatido, quando necessário, a reorientação para o alcance dos resultados almejados. Foi possível também acompanhar algumas atividades já programadas, a exemplo da “Feira de Sementes” realizada na TI São Marcos pelo povo Xavante. Em alguns projetos o foco esteve na reorientação orçamentária e de atividades, discussão de processos e de prestação de contas para a conclusão da proposta, como foi o caso do Instituto Raoni ou até mesmo para mudança de entidade proponente como foi o caso dos Xavante da TI Pimentel Barbosa, da aldeia Wederã.

O projeto da aldeia Wederã, teve inicialmente como instituição proponente, uma organização de base da própria comunidade, que com pouca experiência em gestão de projetos e sem um apoio técnico adequado, encontrou muitas dificuldades para gerir e executar as ações e recursos previstos. A intermediação do STI para encontrar outra organização capaz de gerir e dar conta da proposta apresentada, se deu mediante a articulação junto a outra proponente, beneficiária dos recursos do edital e executora de um projeto semelhante, junto a outra comunidade Xavante da TI São Marcos.

A dificuldade de gestão e os desafios que se apresentam para a operacionalização das propostas, especialmente de instituições proponentes indígenas, é uma constante, que reafirma a importância do fortalecimento institucional dessas organizações. Vale destacar que dos sete projetos monitorados no período, três proponentes eram instituições indígenas.

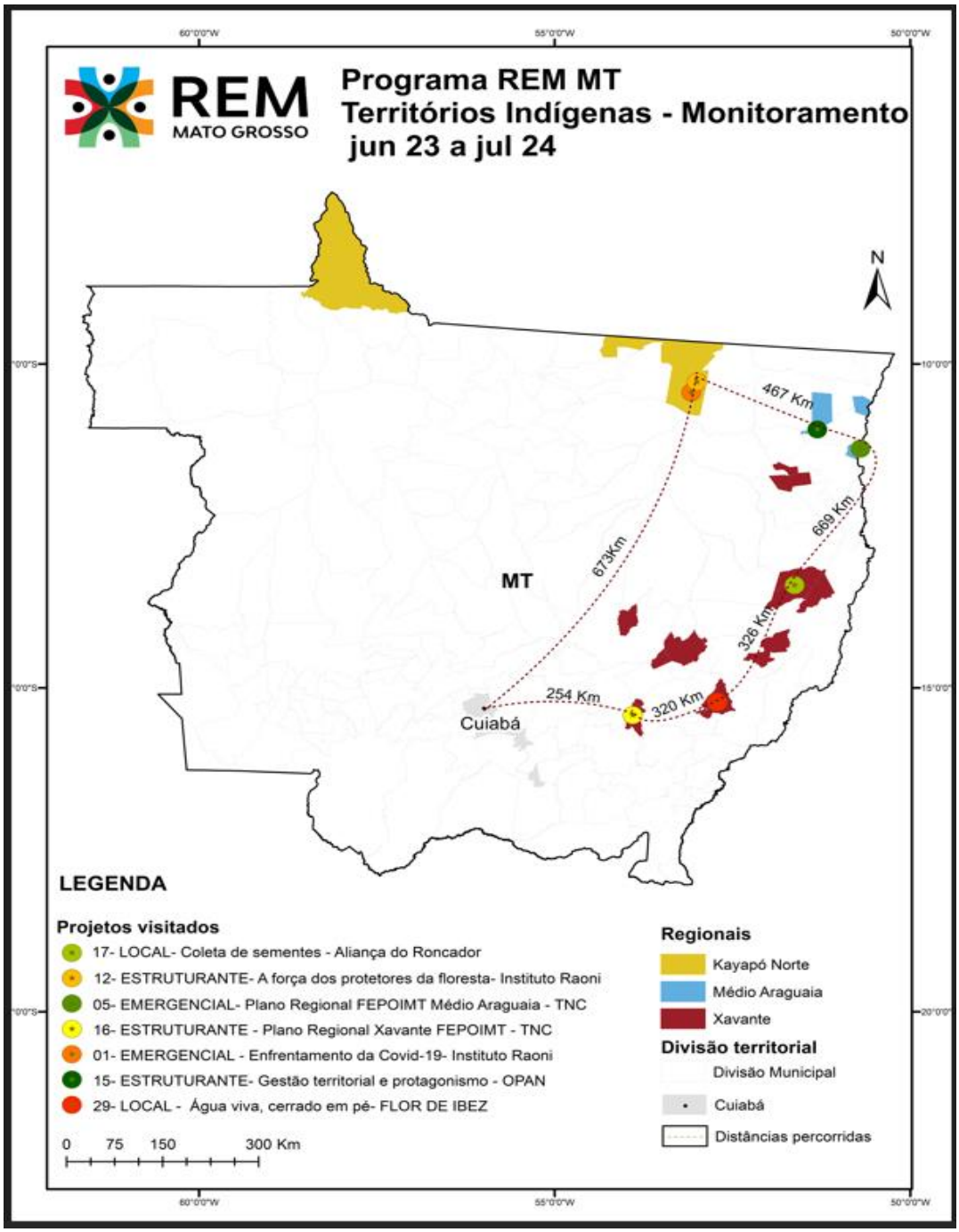


Figura 26. Distâncias percorridas pela equipe STI para monitoramento dos projetos.

O mapa acima ilustra as distâncias percorridas durante as viagens de monitoramento dos projetos durante o período do relatório. Tal trajeto foi completado em duas viagens, somando mais de 5.400km A demanda pelas visitas em campo estão acima da capacidade da equipe, uma vez que os povos beneficiados estão distribuídos em todo território de MT.

As visitas de monitoramento dos projetos, estão detalhadas abaixo.

<u>Regional Xavante</u>

1. *Coleta de sementes e produção de mudas de espécies nativas do Cerrado para o estabelecimento de um sistema agro-florestal e recuperação de áreas alteradas nos entornos da Aldeia Wederã.* Aliança Povos do Roncador/ Flor de Ibez - Aldeia Wederã - TI Pimentel Barbosa.

Discussão do andamento dos trabalhos e da perspectiva de mudança da instituição proponente; verificação das atividades planejadas e executadas; encaminhamentos para consolidação da mudança da instituição proponente (Aliança Povos do roncador, para a Flor de Ibez) e adequação de atividades.

2. *Ö ihöibaré, abhu tsima 'wara – água viva, cerrado em pé*. Flor de Ibez - Aldeia São Brás - TI São Marcos.

Discussão e repasse das atividades planejadas junto à comunidade; Verificação das atividades executadas e em andamento; visita aos locais de implementação.

3. *Plano Regional Xavante FEPOIMT para a gestão territorial e ambiental sustentável das Terras Indígenas A'uwen.* TNC, aldeia São Marcos, TI São Marcos.

Acompanhamento das discussões e atividades planejadas; reunião e acompanhamento da Feira de Sementes; participação no encontro para troca de sementes; apresentação do Subprograma Territórios Indígenas junto aos participantes como o encontro para troca de sementes.



Viveiro Aldeia São Braz, TI São Marcos



Feira de Sementes, aldeia Namunkurá, TI São Marcos

Figura 27. Projetos apoiados pelo Subprograma Territórios Indígenas.

<u>Regional Kayapó Norte</u>

4. *Enfrentamento da Covid-19 pelos povos indígenas do Norte de Mato Grosso*. Instituto Raoni

5. *A força dos protetores da floresta: ações socioambientais e econômicas para o protagonismo, autonomia e o bem viver nos Territórios Capoto/Jarina, Menkragnoti (sul) e Território Indígena do Xingu (norte)*. Instituto Raoni

Terras, aldeias e povos visitados: TI Capoto Jarina (Posto de Vigilância MenKragnotire Sul, aldeia Kororoti, aldeia Kadjnhoro, aldeia Omenkroky) - povo Kayapó; TI Gleba do Iriri (aldeia Kopenoty) povo Terena; TI Panará (aldeia Kotiko e aldeia Kanaã) povo Panará.



Reunião Instituto Raoni **Conversa comunidade Panará** **Conversa comunidade Kayapó**

Figura 28. Monitoramento em projetos apoiados pelo Subprograma Territórios Indígenas.

Reunião com diretoria e equipe sede instituto Raoni, para discussão e reorientação do projeto; levantamento das dificuldades encontradas; avaliação dos processos de compras e contratações. Reunião/visita técnica com as lideranças de cada comunidade; repasse das atividades planejadas; verificação das atividades executadas, problemas e andamento das demais atividades. Reorientação para execução das atividades junto a aglutinadora.

<u>Regional Médio Araguaia</u>

6. *Plano Emergencial: Araguaia Indígena - Plano Regional FEPOIMT Médio Araguaia de Fortalecimento da Gestão Territorial e Ambiental das Terras Indígenas para o Enfrentamento de Pandemias.* TNC. TI Urubu Branco, aldeia Urubu Branco, povo Tapirapé e TI São Domingos, aldeia São Domingos, povo Karajá.

7. *Gestão territorial e protagonismo dos povos indígenas do Médio Araguaia.* OPAN, TI Urubu Branco, aldeia Urubu Branco, povo Tapirapé e TI São Domingos, aldeia São Domingos, povo Karajá.



TI Urubu Branco - Povo Tapirapé TI São Domingos - Povo Karajá

Figura 29 Visitas de monitoramento realizadas em projetos apoiados pelo Subprograma Territórios Indígenas.

Reunião com as lideranças e comunidade; repasse das atividades planejadas; verificação das atividades executadas, levantamento de problemas e andamento das demais atividades; reorientação para execução das atividades junto a aglutinada.

4.2.3.1.2 Monitoramento Participativo

A Estruturação de um Monitoramento Participativo, dos Projetos Estruturantes e Projetos Locais correspondeu à primeira etapa para a construção do sistema de monitoramento, avaliação e aprendizagem (MEL, do inglês Monitoring, Evaluation and Learning) do Subprograma Territórios Indígenas (STI). Para sua execução e estruturação o Instituto de Conservação Ambiental The Nature Conservancy Brasil - TNC, foi contratado.

A percepção indígena sobre a implementação e impactos do Subprograma Territórios Indígenas, captada por meio dos representantes e beneficiários dos projetos, foi o que norteou o monitoramento participativo que teve como destaque e desafios, a inclusão da participação indígena nas atividades de produção de conhecimento, com a capacitação e levantamento de campo executado por monitores indígenas, que totalizaram 17, que também foram contratados.

Com base nos 27 projetos, entre locais e estruturantes, selecionados por meio das Chamadas 01 e 02/2022, foi imprescindível desenvolver um sólido arcabouço que viabilizasse a formação de monitores indígenas e a implementação do monitoramento em campo. Esse processo envolveu diversas etapas, sendo a primeira delas a definição da Matriz de Indicadores, seguida pela elaboração de formulários para aplicação em campo e, a realização de um Seminário de Capacitação para os monitores indígenas em Cuiabá, nos dias 17 a 21 de julho de 2023.

Os 17 monitores indígenas foram capacitados, por meio de etapas teóricas e práticas, incluindo atividades presenciais – como seminários e coleta de dados em campo – e atividades nas aldeias e comunidades indígenas, com reuniões em grupo para trocas de experiências, esclarecimento de dúvidas e alinhamentos de próximos passos.

A coleta dos dados foi apresentada em um Seminário de Resultados e Troca de Experiências, que ocorreu em Cuiabá/MT, entre os dias 26 a 28/02/2024. Os dados foram sistematizados e tratados, a partir das planilhas brutas do software KoboToolbox, ponto de partida para constituir um banco de dados repassados ao STI, formando a linha de base dos indicadores de impacto do Programa REM/MT nos territórios contemplados pelos projetos das Chamadas 01 e 02 de 2022.

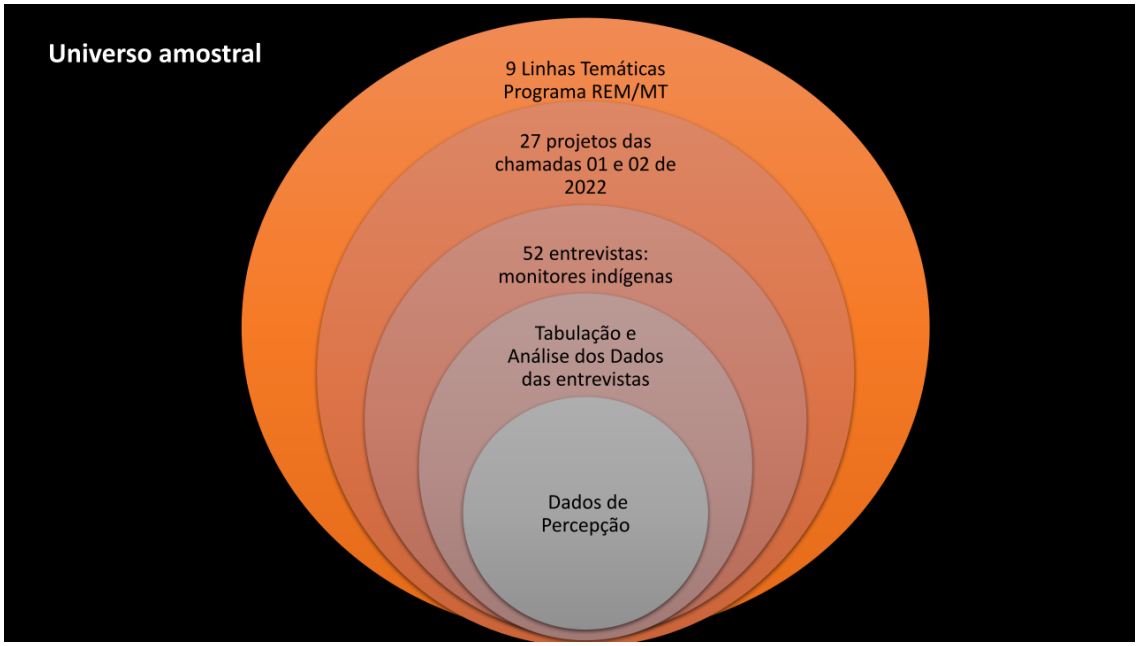


Figura 30. Relatório de Resultado Final do Monitoramento Participativo - TNC

Do total de 27 projetos, o monitoramento participativo alcançou 25 projetos, com a realização de 30 viagens a campo, 52 entrevistas realizadas a 37 aldeias visitadas. O perfil dos entrevistados esteve assim configurado: 13 mulheres e 38 homens, com faixa etária entre 19 a 61 anos. Dentre os entrevistados, 14 pessoas se identificaram como lideranças indígenas e 13 como presidentes de Associações.

Vejamos alguns dados levantados por essa estratégia:

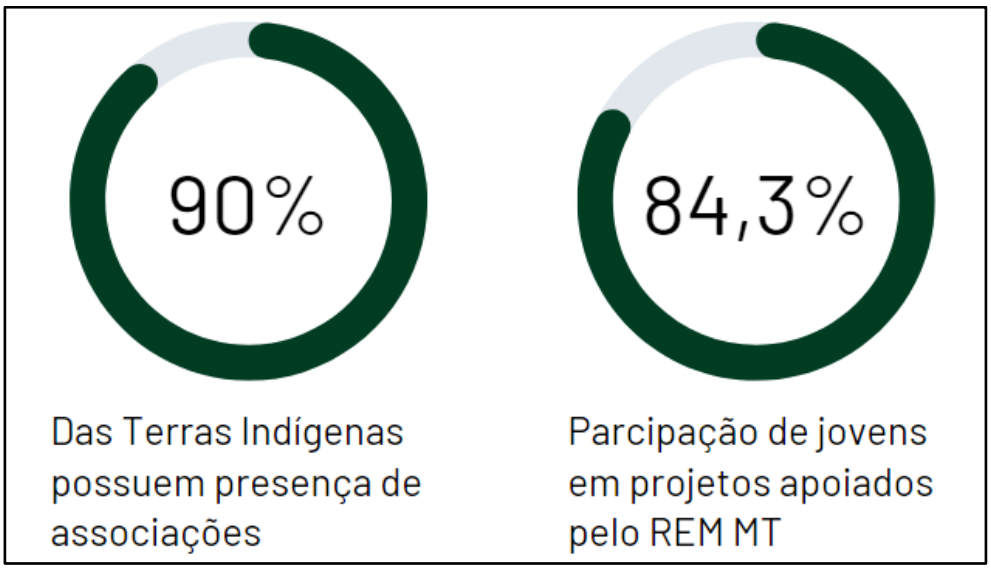


Figura 31. Relatório de Resultado Final do Monitoramento Participativo - TNC

É interessante observar que quando os entrevistados foram questionados se o território indígena havia sido beneficiado com as ações do Plano Emergencial de Enfrentamento ao Covid, 48 respostas foram positivas, demonstrando não só o alcance, como também a percepção da atuação nos territórios, visto que somente 4 dos entrevistados não identificaram ações do Programa.

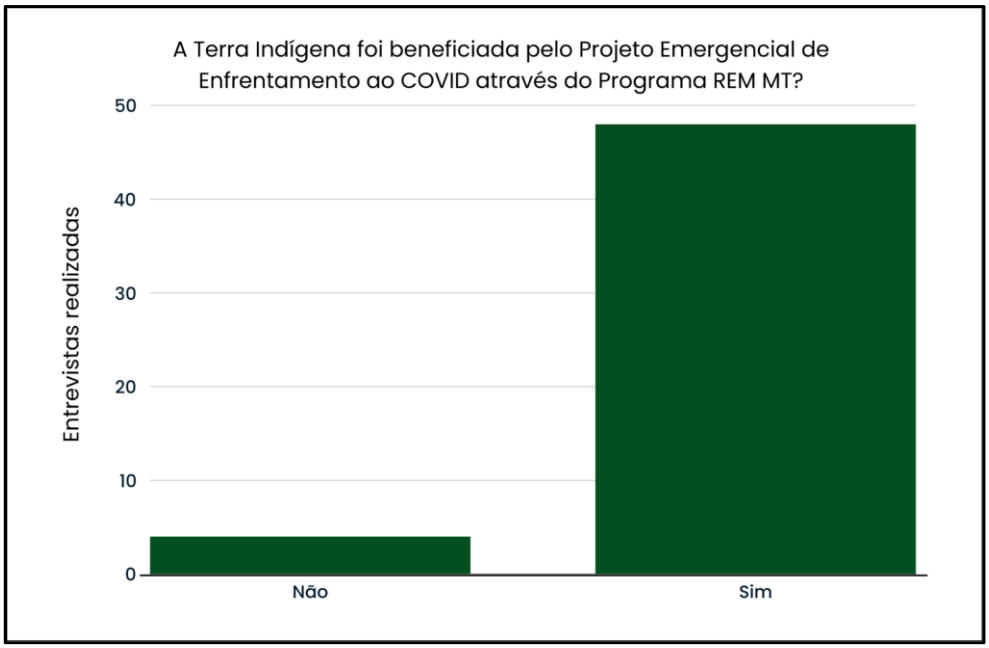


Figura 32. Questionário demonstrando o alcance do Plano Emergencial de Enfrentamento ao Covid. Fonte: Relatório de Monitoramento Participativo - TNC.

Os dados levantados sobre as mulheres e suas organizações, bem como os espaços em que ocupam nas organizações indígenas de base, ainda que dentro de uma coleta acanhada, apesar da coleta ser feita por mulheres, alcançou o número de apenas 13 mulheres entrevistadas. Este é um ponto a ser aprimorado em edições futuras de processos de monitoramento participativo, que deverá não apenas garantir a paridade entre os gêneros entre os monitores, como também dos entrevistados. Vejamos o que os dados apontam a título de exemplo:

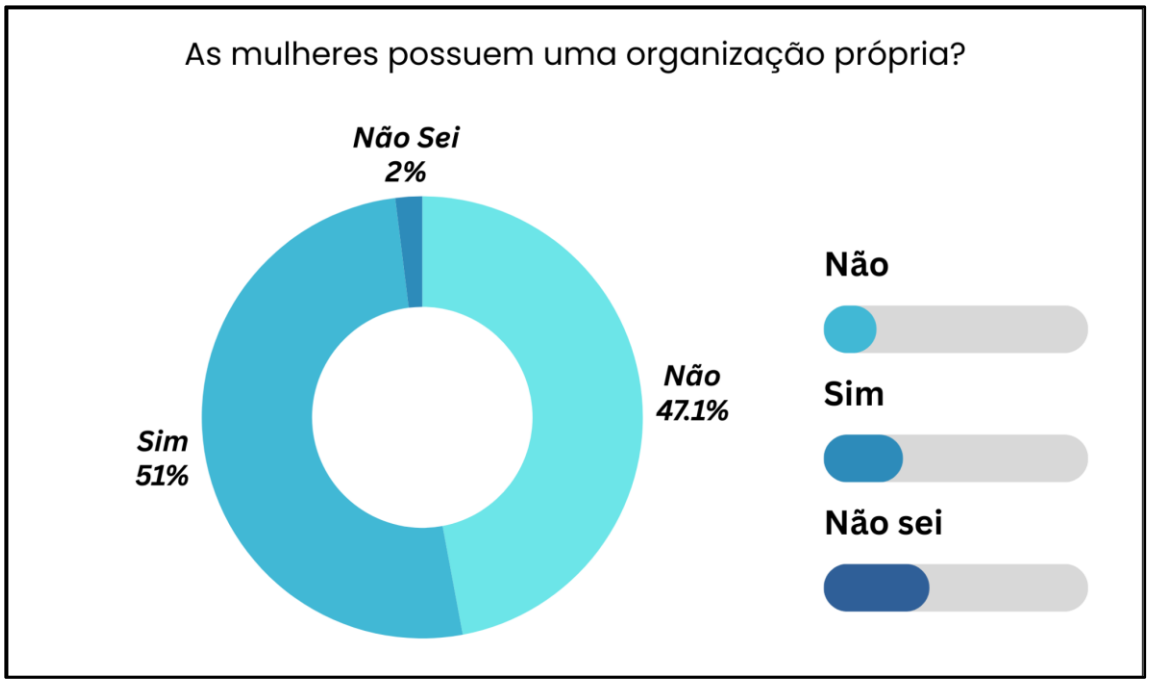


Figura 33. Número de organizações indígenas geridas por mulheres. Fonte: Relatório de Monitoramento Participativo - TNC.

O indicador era "mulheres indígenas ocupando cargos na(s) Associação(ões) existentes na TI", as respostas apresentadas, que foram discursivas, totalizaram o número de 214 mulheres que participam de diretorias e conselhos das Associações existentes nas TIs, excluindo-se as organizações próprias de mulheres. Dentre os cargos que são ocupados, objeto de investigação da pergunta seguinte, verificou-se pela frequência de citações, que predominantemente as mulheres ocupam cargos de Secretária (24% das respostas), seguido dos cargos de Tesoureira e Presidente, respectivamente com 20,00% e 13% das respostas (Figura 52).

Várias lições e recomendações foram tiradas a partir da construção e implementação do monitoramento participativo, aqui sendo enfatizadas algumas, que poderão ser melhor apreciadas no próprio Relatório final da consultoria:

- Para aprofundamento nas questões que tangem o monitoramento participativo, como os mecanismos e estratégias para o REDD+ no Estado, o sistema de informações de salvaguardas (SISREDD) e os conceitos que abrangem as linhas temáticas do Programa REM/MT, é necessária a formação continuada dos monitores indígenas e técnicos envolvidos no processo;
- As entrevistas que foram respondidas em grupos, obtiveram uma melhor interação e propiciou uma riqueza de informações e debates sobre os temas abordados;
- O intercâmbio que propiciou que monitores indígenas fossem para territórios diferentes do seu e/ou de outras etnias, promoveu uma rede de trocas e de conhecimento de outras realidades;
- O envolvimento indígena ativo no processo de monitoramento, desempenhou um papel estratégico ao disseminar informações junto às regionais e fomentou o diálogo entre povos a partir de uma realidade em que o monitor estava sob a condição de pesquisador, sendo este papel muito destacado pelos próprios monitores.
- Foram evidenciadas diretrizes para o Programa REM na sua segunda fase, que reafirmam a importância e a necessidade de apoio para as atividades relativas à construção e implementação dos Planos de Gestão Territorial e Ambiental - PGTAS, preconizados na PNGATI - Política Nacional de Gestão Ambiental e Territorial e.
- O processo do monitoramento participativo e a execução dos projetos com recursos do Programa REM/MT geridos por organizações indígenas, permitiram perceber o protagonismo e empoderamento indígena.

O Monitoramento Participativo, foi um ganho enquanto uma estratégia de empoderamento e protagonismos desses povos. No entanto, é preciso aprimorar a aplicação desses recursos para continuidade desse mecanismo, pensando em estratégias que possibilitem cada vez mais aos representantes indígenas se apropriarem dessas metodologias. Neste sentido, faz-se necessário instituir mecanismos complementares ao adotado até aqui, para que os valores aportados à contratação de terceiros (para a contratação da TNC o valor do monitoramento alcançou R$1.432.809,24), possam ser repassados diretamente aos povos e pesquisadores indígenas.

4.3. Subprograma 3 – Produção Sustentável

4.3.1 Contextualização

A atividade agropecuária desempenha um papel vital na economia do estado de Mato Grosso, consolidando-se como um dos principais motores de geração de emprego e renda. O setor agropecuário contribui significativamente com cerca de 28% do Produto Interno Bruto (PIB) regional, reforçando sua importância tanto em nível estadual quanto nacional.

O estado de Mato Grosso se destaca como o maior produtor de gado do Brasil, abrigando aproximadamente 34,2 milhões de cabeças de gado, o que corresponde a 14,6% do total nacional. Esse número posiciona o estado como um pilar central na produção de carne bovina, essencial não só para o abastecimento do mercado interno, mas também para a exportação, gerando receitas fundamentais para a economia local.

No setor agrícola, o estado é o maior produtor de soja no Brasil, com uma produção estimada em 39,34 milhões de toneladas na safra de 2023/2024 (CONAB). A soja, como uma commodity estratégica, tem gerado um impacto substancial no comércio exterior e na balança comercial brasileira, sendo Mato Grosso um ator fundamental nesse cenário.

Além da pecuária e da agricultura, o setor madeireiro também exerce uma função importante na economia do estado. Mato Grosso é responsável por 7,8% do volume total de madeira comercializada nos Estados Amazônicos, com um volume de 498 mil metros cúbicos de madeira comercializada (IBAMA, 2023). Esse setor, embora menos expressivo em relação aos demais, desempenha um papel relevante no manejo dos recursos florestais, especialmente no contexto de exploração sustentável.

Neste contexto, o Subprograma Produção Sustentável (PS), vinculado à Secretaria de Desenvolvimento Econômico do Estado de Mato Grosso (SEDEC), tem com parâmetros:

- Intensificação e Diversificação da Produção Agropecuária Sustentável: com foco na otimização do uso da terra e na adoção de práticas agrícolas e pecuárias de baixa emissão de carbono em áreas prioritárias. Isso envolve o incentivo a tecnologias que aumentem a produtividade sem ampliar a fronteira agrícola, contribuindo para a preservação das florestas e a mitigação do desmatamento.
- Apoio à Regularização Ambiental: Tem como um de seus pilares o apoio à restauração de áreas de preservação permanente (APPs) degradadas e alteradas, o que está diretamente relacionado ao cumprimento das exigências do Código Florestal e à recomposição de áreas de vegetação nativa.
- Apoio ao manejo florestal madeireiro sustentável em Mato Grosso, promovendo práticas que garantam a exploração controlada e a longo prazo dos recursos florestais, evitando o desmatamento predatório e incentivando a certificação e a legalidade no setor madeireiro.

4.3.2 Aplicação dos recursos e andamento das atividades

Até o momento, o Subprograma Produção Sustentável (PS) destinou R$ 13 milhões para projetos de execução indireta, sendo R$ 11,7 milhões referentes à chamada 08/2020. No âmbito da execução indireta, foram investidos R$ 660 mil no projeto do Instituto Mato-Grossense da Carne (IMAC) e R$ 600 mil no projeto sobre Flora Arbórea de Mato Grosso da

Universidade do Estado de Mato Grosso (UNEMAT). Quanto à execução direta (consultorias, serviços, bens e outros insumos), o total investido foi de R$ 7,2 milhões.

No entanto, em relação ao projeto de Apoio ao IMAC para a implementação do Programa de Reintegração e Monitoramento, surgiram graves problemas de execução. As estratégias adotadas não eram compatíveis com a realidade dos produtores de bezerros, que eram o público-alvo do Subprograma PS. Diante dessas dificuldades, o Programa REM MT solicitou a devolução dos recursos destinados ao projeto.

Outro contratempo enfrentado pelo Subprograma PS ocorreu na execução do contrato de consultoria 202/2023, relacionado ao eixo de manejo florestal madeireiro. A Secretaria de Estado de Meio Ambiente de Mato Grosso (SEMA MT), responsável técnica pelo contrato, observou que o produto entregue apresentava baixa qualidade. O contrato previa a elaboração da dinâmica do desmatamento anual no período de agosto de 2018 a julho de 2022 para o Estado de Mato Grosso, utilizando processamento digital de 169 cenas do Satélite Sentinel-2, bem como a validação dos produtos gerados. Devido às falhas identificadas, a SEMA MT solicitou a rescisão do contrato.

Com a rescisão dos contratos mencionados, os recursos foram devolvidos ao saldo do Subprograma PS, que inicialmente era de R$ 124,8 mil, passando para R$ 1,8 milhão. Considerando os prazos de execução estabelecidos pelo FUNBIO, optou-se por operacionalizar esses valores em parceria com o gestor financeiro da Fase 2 do Programa REM MT (Figura 34).

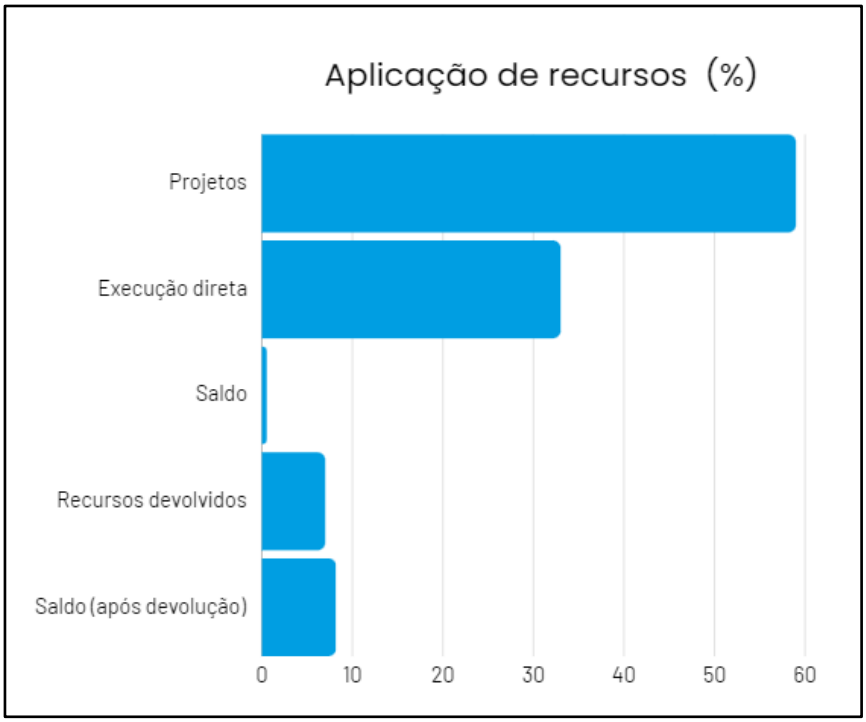


Figura 34. Percentuais de recursos aplicados e saldo atual do Subprograma PS.

Em 2020, o Subprograma Produção Sustentável (PS) lançou um edital no qual foram selecionados sete projetos, dos quais seis já foram finalizados. Atualmente, a média de execução indireta dos projetos selecionados pelo edital de 2020 é de 96%.

No que se refere ao projeto de Flora Arbórea de Mato Grosso, que teve início em 2023 e está alinhado às ações do eixo de manejo florestal madeireiro, a execução atual é de 47,6%.

Quanto à execução direta, o percentual de atividades concluídas é de 83,4%, conforme indicado pela evolução do andamento físico, ilustrado na Figura 35.

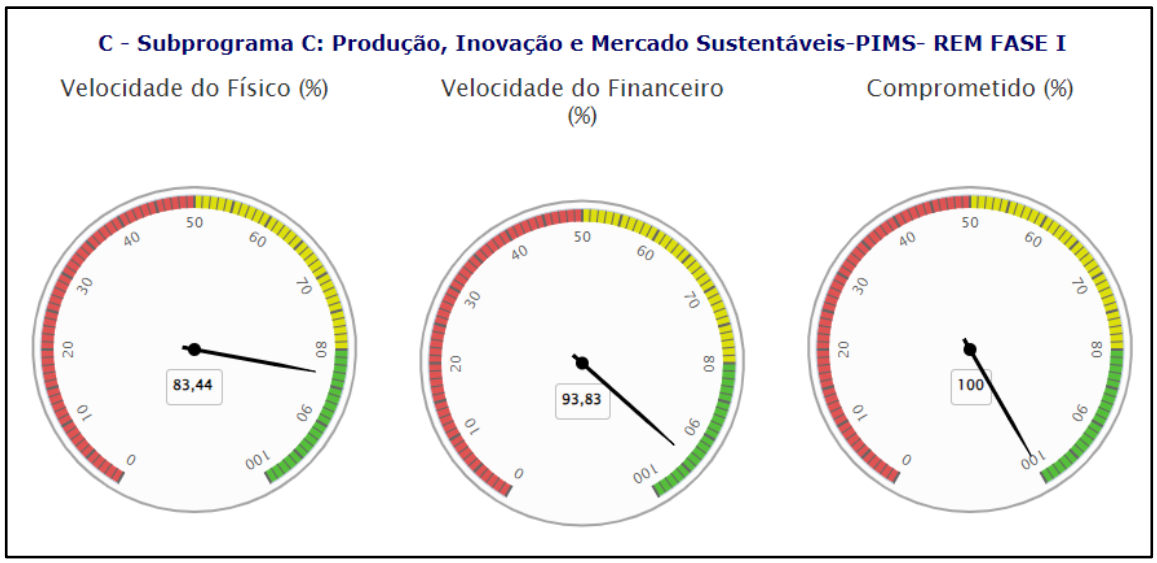


Figura 35. Progresso do Subprograma PS, dados obtidos do GPWeb.

A distribuição de recursos por eixo de atuação (%) no Subprograma PS está representada na Figura 36. Aproximadamente R$ 10,2 milhões foram destinados ao eixo de pecuária sustentável, o que reflete sua prioridade dentro do programa, uma vez que as ações desse eixo são responsáveis por atender a 90,4% do total de beneficiários do Subprograma, sendo estes majoritariamente pecuaristas familiares.

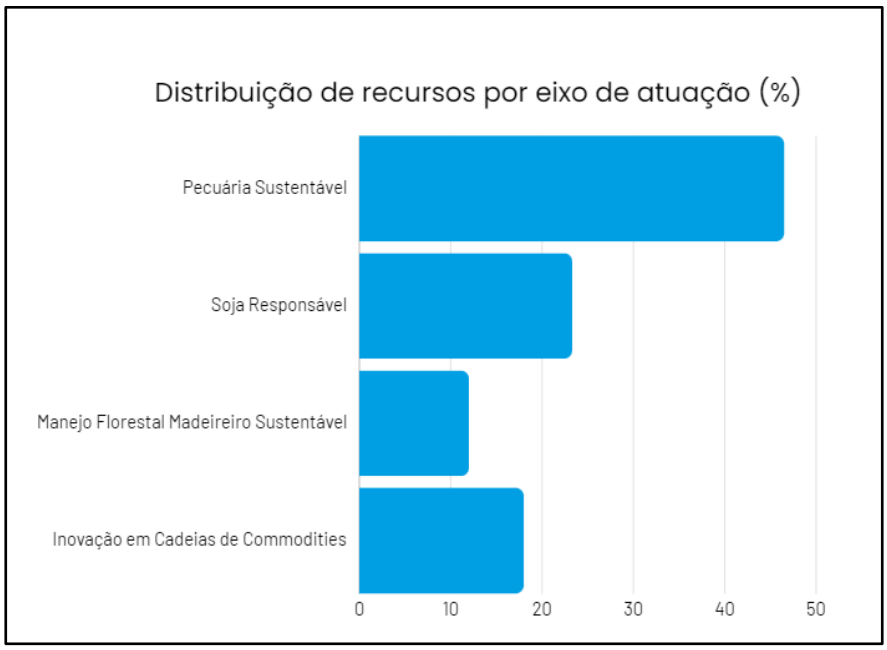


Figura 36. Distribuição de recursos por eixo de atuação (%).

4.3.3 Área de atuação e perfil dos beneficiários

O Subprograma Produção Sustentável (PS) atua nos biomas Amazônia e Cerrado, com maior presença no bioma Amazônia, sua abrangência alcança 48 municípios, o que corresponde a cerca de 217 mil ha. As atividades do subprograma são executadas em 37 assentamentos rurais, além de incluir propriedades particulares, o que demonstra um esforço significativo para integrar diferentes tipos de territórios e propriedades em suas ações de sustentabilidade e conservação (Figura 37).

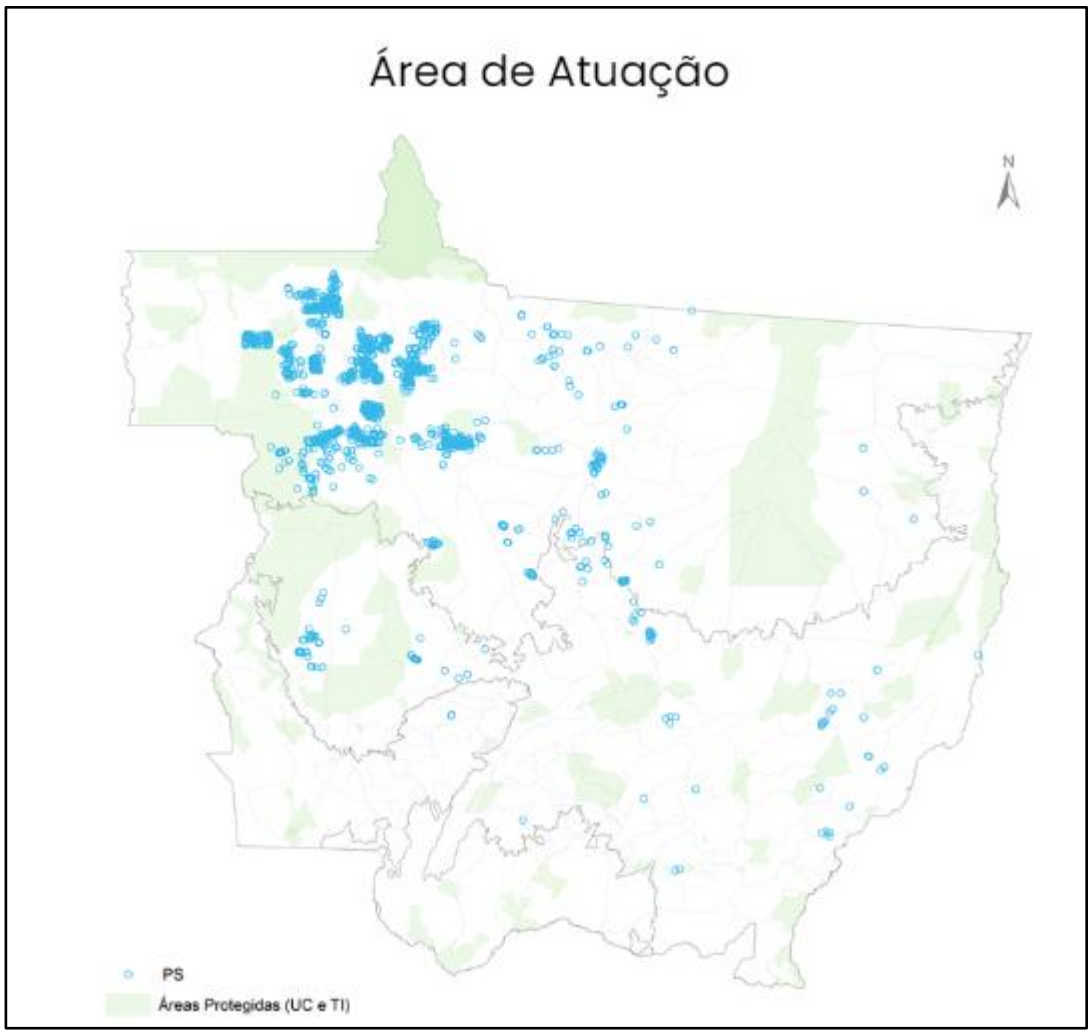


Figura 37. Área de atuação do Subprograma PS.

De maneira geral, 95% dos beneficiários do Subprograma PS possuem propriedades de até 4 módulos fiscais (MF), caracterizando-os como pequenos proprietários rurais. A maioria desses beneficiários está inserida em assentamentos rurais. Apenas 5% dos participantes são médios produtores, com propriedades que variam até 15 MF.

Segregando-se a análise por cadeia de commodity observa-se que:

- Cadeia da Soja: entre as 160 propriedades dedicadas à cadeia produtiva da soja, observa-se que 83,75% das propriedades possuem até 4 MF, enquanto 16,25% possuem de 4 a 15 MF.
- Cadeia da Pecuária: No caso da pecuária, com base em 883 propriedades analisadas, 97% das propriedades possuem até 4 MF, sendo apenas 3% com propriedades entre 4 a 15 MF. O número médio de cabeças de gado por produtor é de 166 cabeças.

Além disso, 99,4% das propriedades analisadas na pecuária destinam-se ao elo da cria, evidenciando o foco dessas unidades na criação e venda de bezerros, um aspecto importante da cadeia produtiva.

Segundo o Censo Agropecuário (IBGE, 2017)[2], o estado de Mato Grosso conta com 118,7 mil estabelecimentos agropecuários ocupados por 422,5 mil pessoas. A figura 38 a distribuição dos beneficiários do Subprograma Produção Sustentável (PS) em diferentes regiões do estado de Mato Grosso, representados pelos pontos azuis, sobrepostos a uma escala de percentual de agricultura familiar (%) por município, conforme os dados do IBGE (2017).

O mapa apresentado (Figura 38) reflete o foco do Subprograma PS em apoiar pequenos produtores e agricultores familiares em Mato Grosso, com uma concentração notável de beneficiários em regiões onde a agricultura familiar é predominante. Nota-se que os beneficiários do Subprograma PS estão majoritariamente concentrados em áreas de maior presença de agricultura familiar, como evidenciado pelas regiões com tons mais escuros. Isso evidencia que o Subprograma PS está voltado para apoiar pequenos produtores, especialmente aqueles que operam sob o modelo de agricultura familiar.

[2] IBGE, 2017. Disponível em: <https://censoagro2017.ibge.gov.br/templates/censo_agro/resultadosagro/index.html>. Acesso em: 18 set.2024.

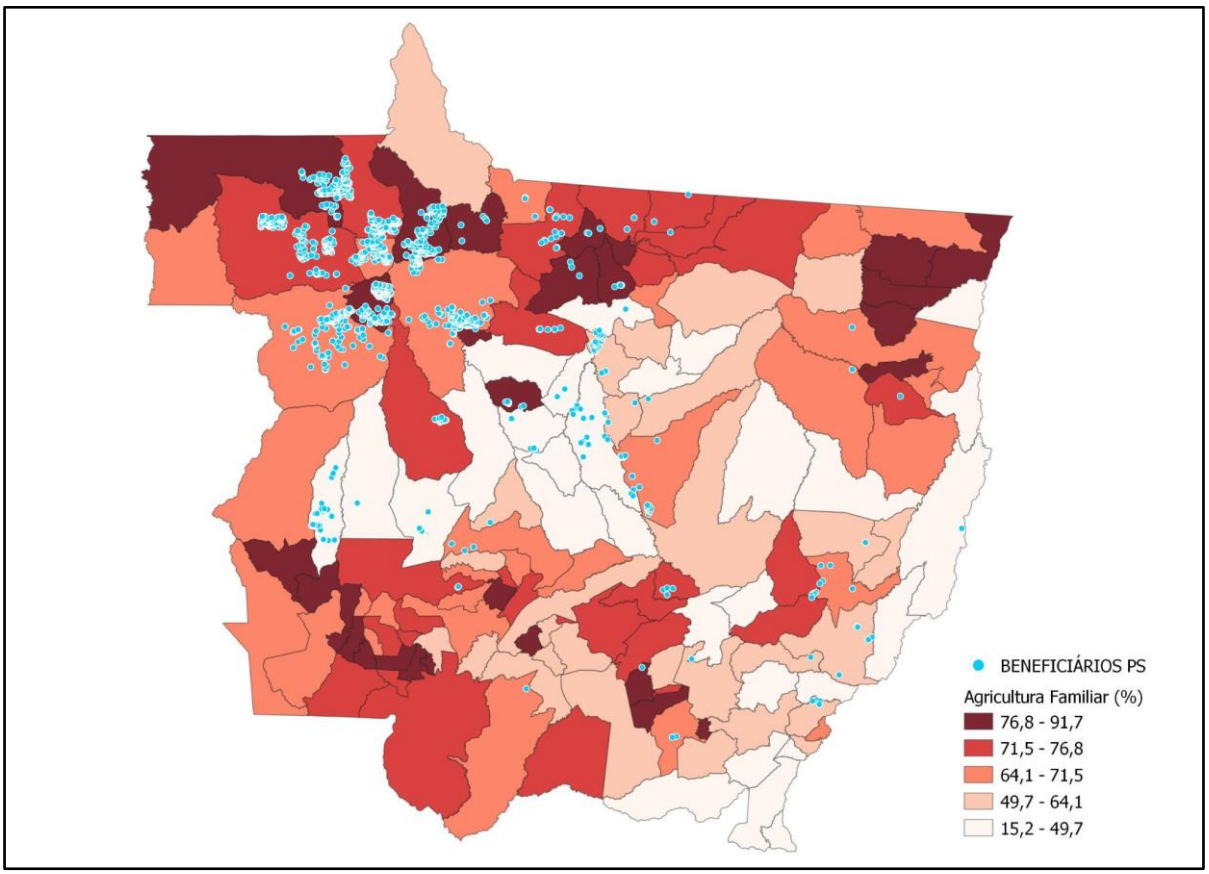


Figura 38. Distribuição do percentual de agricultores familiares do estado (IBGE,2017) e localização dos beneficiários do Subprograma PS.

A distribuição dos beneficiários do Subprograma PS sobrepostos a uma escala que representa a concentração de bovinos de corte (%) por município é ilustrada na Figura 39. Nota-se uma forte correlação entre a distribuição dos beneficiários do Subprograma PS e as regiões com alta concentração de bovinos de corte no estado de Mato Grosso. Isso sugere que o Subprograma desempenha um papel importante no apoio aos pecuaristas, especialmente em áreas com maior atividade na produção de bezerros (elo da cria).

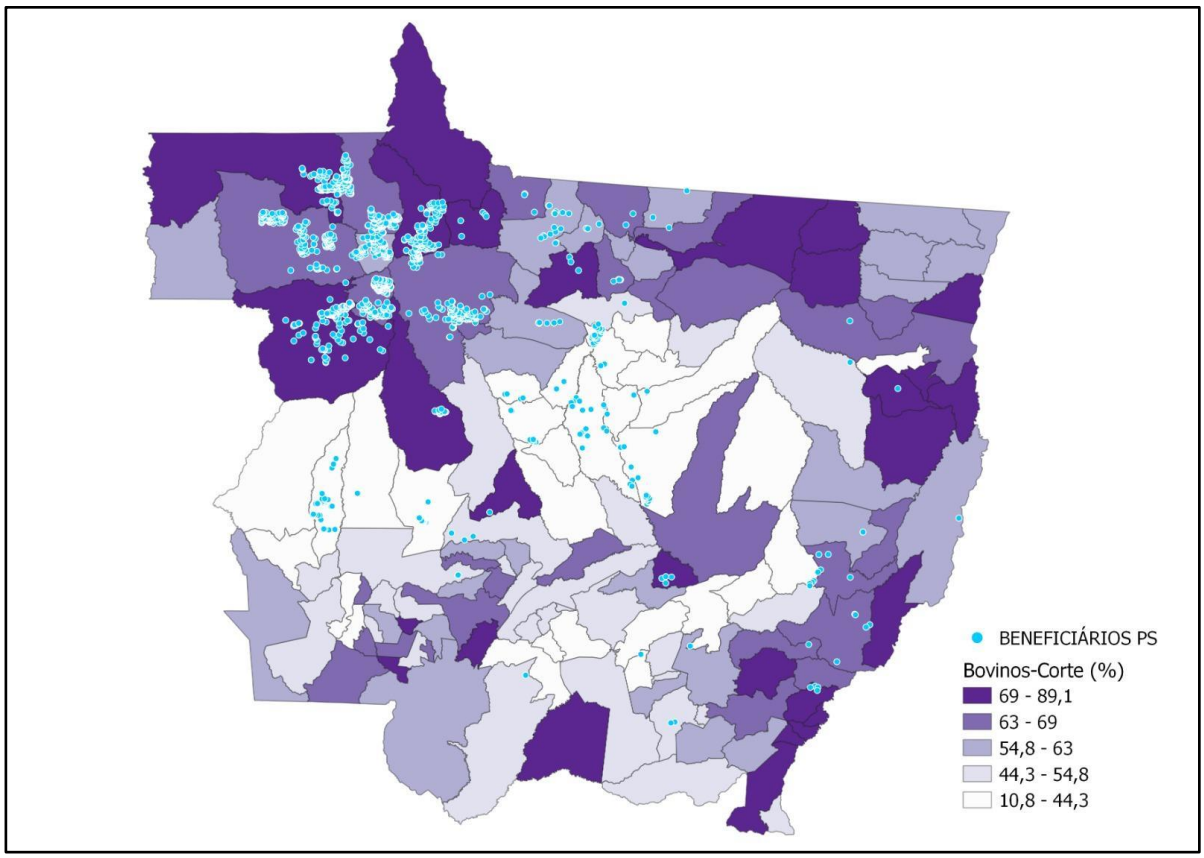


Figura 39. Distribuição dos beneficiários do Subprograma PS e concentração percentual de bovinos de corte (IBGE, 2017).

Em relação ao grau de escolaridade, a maioria dos beneficiários do Subprograma PS tem um nível de escolaridade básico (48,34%), enquanto uma minoria tem o ensino superior completo (5,36%) ou incompleto (0,83%).

Na pecuária, a maioria dos trabalhadores tem ensino básico (49,92%), com uma presença bem menor de pessoas com ensino superior completo (3,46%). Na soja, há uma maior diversificação, com uma quantidade considerável de trabalhadores com ensino médio completo (20,00%) e ensino superior completo (21,43%), mostrando uma maior escolaridade em comparação com a pecuária (Figura 40).

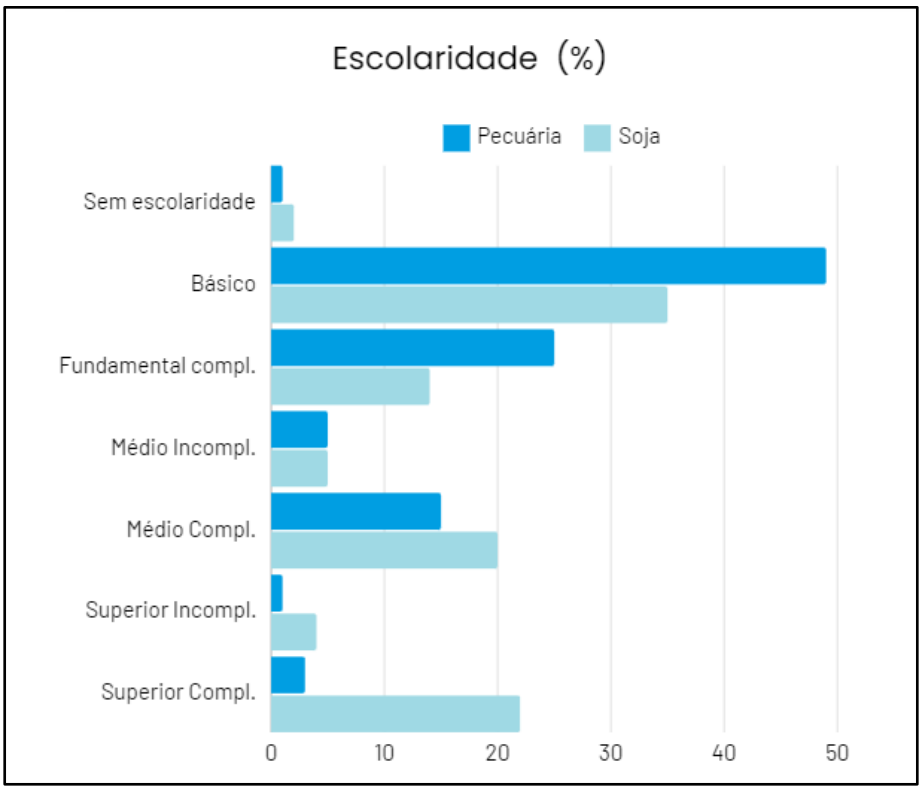


Figura 40. Grau de escolaridade dos beneficiários do Subprograma PS.

Ao analisar a distribuição percentual dos beneficiários do Subprograma PS por faixa etária, tem-se que a maior concentração de beneficiários está nas faixas etárias de 36 a 45 anos (24%) e 46 a 55 anos (23%), representando quase metade do total de beneficiários. Isso indica que a maioria dos participantes está em uma faixa de idade madura, com significativa experiência produtiva. A faixa etária de 56 a 65 anos também representa uma parcela importante dos beneficiários, com 20%, mostrando que um número relevante de participantes está em uma fase mais avançada de suas carreiras. Já os jovens (até 25 anos) são a minoria, com apenas 2%, sugerindo que há uma baixa participação de pessoas mais jovens no programa, o que pode ser um indicativo de desafios em relação à sucessão familiar (Figura 41).

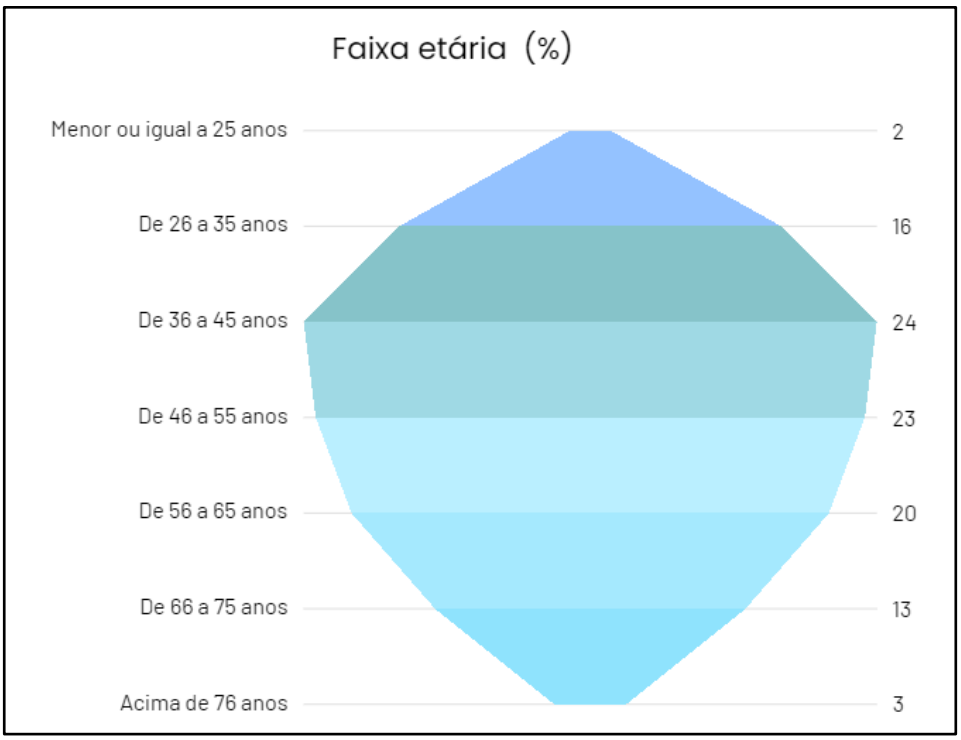


Figura 41. Distribuição percentual dos beneficiários do Subprograma PS por faixa etária.

Ao analisar o gênero dos chefes das 1.665 propriedades beneficiadas pelo Subprograma PS, observa-se que cerca de 10% dessas propriedades são lideradas por mulheres. Na cadeia da pecuária, o percentual de chefes mulheres é de aproximadamente 9%, indicando que a liderança feminina é menos expressiva neste setor, o que reflete uma possível tendência histórica de menor participação das mulheres na pecuária. Por outro lado, entre os beneficiários dos projetos ligados à cadeia da soja responsável, o percentual de chefes mulheres sobe para 20%, mostrando uma presença feminina mais significativa neste setor em comparação à pecuária.

4.3.4 Resultados

O Subprograma alcançou o total de 1.675 propriedades, o que corresponde a 216.883,42 ha. Quanto à pecuária, a maior parte da atuação ocorreu no bioma amazônico – (onde a exigência legal de preservação é de 80% e permissão de 20% de uso). Hoje, aproximadamente 31% do bioma amazônico é destinado ao uso agropecuário, sendo que destes, 88% é utilizado para pastagem e 11% agricultura (MapBiomas).

4.3.4.1 Eixo Pecuária Sustentável

No eixo da Pecuária a área de pastagem das propriedades atendidas é de 104,4 mil hectares, somando todos os municípios.

O projeto de pecuária sustentável, executado pela EMPAER, atuou em 8 municípios do Noroeste e realizou um diagnóstico ambiental de 1.404 propriedades. O diagnóstico consiste na avaliação de parâmetros produtivos, ambientais, sociais e econômicos, bem como recomendações quanto ao que deve ser feito (plano produtivo, ambiental e socioambiental). O projeto se iniciou com uma taxa de lotação em média de 1,06 unidades animais por hectare e se encerrou com uma média de 1,96 UA/ha, isso significa que o número de animais do rebanho desses proprietários praticamente dobrou. O total de área de pastagem das propriedades atendidas é de 104,4 mil hectares, somando todos os municípios.

O projeto da EMPAER apresentou como resultado os Planos Produtivo, Ambiental e Socioestrutural das propriedades atendidas. No âmbito produtivo, os resultados indicaram que a maior necessidade dos 1404 proprietários estava relacionada ao manejo do solo e melhoria das pastagens, praticamente em todos os municípios. O Plano Ambiental apontou como pontos principais de carência: a regularização dos imóveis (CAR e PRA), a disponibilidade hídrica para o rebanho e a destinação do lixo. Já no Plano socioambiental, as maiores necessidades estão relacionadas à melhoria da infraestrutura das fazendas, em primeiro plano e depois o acesso a políticas públicas.

O Subprograma PS visou a instalação de unidades de referência tecnológica, que são modelos físicos de sistemas de produção, visando à validação, demonstração e transferência de tecnologias considerando as peculiaridades de cada região. No total o PS tem 23 URTs na pecuária, sendo 8 em pequenas propriedades (até 4 MF) e 15 em médias propriedades (4 a 15 MF).

Nas médias propriedades atendidas pelo Subprograma verificou-se o nível de sustentabilidade das propriedades. O nível de sustentabilidade observado é maior quando relacionado à cadeia produtiva, tais como manejo da pastagem, fertilidade do solo, nutrição, saúde e rastreabilidade do rebanho; e, segurança do alimento ao consumidor final. Este resultado é esperado, uma vez que observou-se que é onde o beneficiário dedica maior tempo e recurso.

Em contrapartida, os piores resultados de sustentabilidade estão relacionados à melhoria das áreas de vivência, à saúde e segurança no trabalho dos colaboradores, realização de treinamentos para prevenção de acidentes, direitos trabalhistas, etc. São nestes parâmetros que os produtores despendem menor investimento.

Ainda no âmbito da pecuária, o projeto desenvolvido pelo ICV teve como foco a intensificação sustentável da pecuária, envolvendo 42 estagiários que puderam vivenciar a realidade das propriedades rurais. Como um dos grandes marcos dessa iniciativa, foram restaurados 25 hectares em 10 propriedades que enfrentavam passivos ambientais, demonstrando o impacto direto e transformador do projeto. Além disso, os produtores foram apresentados a cinco ferramentas de gestão inovadoras: a Plataforma @fazenda, o Quadro de Áreas, a Planilha de Gestão do Projeto, o Quadro de Gestão Visual, o Radar de Discussão, o @aparta, e o Quadro de Controle Reprodutivo, trazendo uma abordagem moderna e eficiente para a gestão das propriedades. As capacitações realizadas trouxeram uma visão integrada, conectando o diagnóstico inicial com o desenvolvimento de projetos produtivos e ambientais. O impacto foi palpável, com 270 visitas realizadas às propriedades apoiadas, e um dos grandes legados desse esforço foi a publicação da cartilha “Crédito Rural Assistido: adequação ambiental e intensificação produtiva”, que serve como guia prático para os produtores.

O projeto do IMAFLORA atuou no “Vale dos Esquecidos” na região do Araguaia, realizando a vetorização de todas as propriedades e o panorama das mesmas em relação a aplicação do Código Florestal. Houve a participação nesse projeto de 62 pessoas em cursos; 423 pessoas em dias de campo; 110 participantes em webinares com temáticas de regularização e intensificação da produção. Nesse projeto foi possível prospectar as propriedades aptas a se integrarem na Liga do Araguaia como fornecedores.

4.3.4.2 Eixo Soja Responsável

Na cadeia da soja responsável, o subprograma atuou estrategicamente na região do médio-norte de Mato Grosso, abrangendo áreas do bioma Cerrado e a faixa de transição entre o Cerrado e a Amazônia, regiões cruciais para o crescimento agrícola do estado. Com o cenário apontando para um aumento contínuo na produção de soja em Mato Grosso, o Subprograma buscou incentivar a certificação da soja, promovendo práticas que vão além da simples produção e que integram um compromisso com a sustentabilidade ambiental e a responsabilidade social.

A certificação da soja incentivada pelo Subprograma PS envolve a produção em condições ambientalmente corretas, com poluição minimizada e um gerenciamento eficiente dos resíduos. Isso inclui o monitoramento do uso, armazenamento, coleta e descarte de agroquímicos, bem como o controle de agentes biológicos utilizados nas lavouras. Além disso, as terras devem ter limites e direitos de uso claros e regularizados, garantindo a regularização fundiária.

Outro aspecto central da certificação é a produção livre de violações de direitos humanos, o que significa que o trabalho escravo ou análogo à escravidão, o trabalho infantil, o trabalho forçado, assim como a discriminação e o assédio são absolutamente proibidos. Todos os funcionários devem ser devidamente treinados para desempenhar suas funções com segurança e eficiência.

A certificação também carrega um forte compromisso com a preservação da biodiversidade, exigindo que a vegetação nativa, especialmente ao redor de nascentes e cursos d'água, seja preservada. A qualidade do solo é mantida e melhorada, com o objetivo de evitar erosões e garantir a sustentabilidade a longo prazo.

Ao longo dos projetos, foram realizados diagnósticos detalhados para avaliar o nível de conformidade das propriedades em relação às exigências das certificações. Esses diagnósticos resultaram na criação de planos de monitoramento para acompanhar o progresso das melhorias e identificar não-conformidades, garantindo que os produtores tivessem um acompanhamento contínuo. Além disso, foi prestada assistência técnica para a implementação de sinalização de segurança, a elaboração de 34 projetos estruturais e construtivos, e o desenvolvimento de sistemas para o gerenciamento de resíduos sólidos.

Os beneficiários tiveram a oportunidade de visualizar o status atual de suas propriedades em relação aos 73 critérios estabelecidos pela Federação Europeia de Fabricantes de Rações (FEFAC). Isso permitiu que eles identificassem claramente as áreas onde melhorias são necessárias, ajudando-os a traçar um caminho para a conformidade com os padrões internacionais.

Além disso, o projeto do CAT-Sorriso desempenhou um papel importante na capacitação de 498 trabalhadores em temas fundamentais como segurança do trabalho, manipulação de agroquímicos, gestão de resíduos e operação de máquinas, promovendo a conscientização e o desenvolvimento de práticas mais seguras e eficientes nas propriedades rurais.

Já no projeto da Aliança da Terra, 120 propriedades foram atendidas, e embora os maiores desafios estivessem relacionados às questões produtivas, 68% das propriedades apresentaram conformidade em relação aos critérios ambientais. O REM MT investiu R$ 1,1 milhão no projeto, o que gerou um forte engajamento por parte dos produtores na implementação das adequações sugeridas. Esse compromisso resultou em aproximadamente R$ 5 milhões em contrapartidas, evidenciando o alinhamento dos produtores com os objetivos de sustentabilidade e melhoria das condições produtivas.

Outro ponto de destaque foi a instalação de duas brigadas locais de incêndio, equipadas e estruturadas nos municípios de Campos de Júlio e Planalto da Serra. Essas brigadas não só receberam os equipamentos necessários, mas também capacitaram 186

funcionários e voluntários na prevenção e combate a incêndios florestais. Foram realizadas 77 ações, incluindo visitas técnicas e informativas às propriedades e à comunidade, além do reconhecimento de perímetros. O trabalho dessas brigadas foi fundamental, resultando em 17 combates diretos a incêndios na região.

4.3.4.2 Eixo Manejo Florestal Madeireiro Sustentável

A principal conquista do eixo de manejo foi a implementação do SISFLORA 2.0, um sistema essencial para garantir a rastreabilidade da madeira através da cadeia de custódia. Com esse sistema, todo o processo de movimentação da madeira, desde a extração até a comercialização, é acompanhado de maneira rigorosa, assegurando transparência e controle em cada etapa. O contrato para o desenvolvimento do SISFLORA 2.0 foi concluído no mês junho de 2024, com a entrega dos últimos ajustes, incluindo a criação de um inventário florestal offline, que permite o registro e controle das informações mesmo em áreas sem conexão à internet.

Para cada carga de madeira, são necessários diversos atos autorizativos, que garantem a legalidade e conformidade com as normas ambientais e de manejo sustentável. Esses elementos incluem:

- CAR (Cadastro Ambiental Rural)
- Licença Florestal, que autoriza a exploração sustentável da área.
- Autorização de Manejo, garantindo que o manejo florestal seja realizado de acordo com práticas sustentáveis.
- Licença da Indústria, referente ao local onde a madeira será processada.
- Cadastro no CC-SEMA
- Guia Florestal, documento que acompanha o transporte da madeira, certificando sua origem legal.

A implementação do SISFLORA 2.0 representa um avanço significativo no controle da cadeia produtiva da madeira de Mato Grosso.

Outros destaques do eixo de Manejo Florestal Sustentável (MFS) incluem o desenvolvimento de um Plano de Capacitações voltado para o Manejo Florestal de Impacto Reduzido, que já beneficiou mais de 98 profissionais liberais de campo. Esse plano abrange diversas áreas estratégicas, além de oferecer mais vagas para o curso de identificação botânica, expandindo o conhecimento sobre as espécies nativas e seu manejo.

As capacitações foram estruturadas de maneira abrangente, incluindo:

- Técnicas Pré-exploratórias: Foco na escolha e delimitação das áreas de manejo, abertura de trilhas, condução do inventário florestal, organização de dados e

confecção de mapas, essenciais para garantir que o manejo seja eficiente e minimamente impactante ao meio ambiente.

- Capacitação para Motosserristas: Envolvendo o treinamento em técnicas especiais de corte de árvores e segurança no manejo florestal, com ênfase nas Normas Regulamentadoras (NRs), que visam assegurar tanto a qualidade do trabalho quanto a segurança dos trabalhadores.
- Planejamento de Infraestruturas: Capacitação de operadores de máquinas pesadas como tratores de esteira, motoniveladoras e pás carregadeiras, além de técnicos e auxiliares envolvidos no planejamento dessas infraestruturas, essenciais para o bom funcionamento dos projetos de manejo florestal.
- Planejamento de Arraste de Toras: Capacitação de operadores de tratores florestais e profissionais técnicos para o planejamento dos ramais de arraste, garantindo eficiência no transporte de toras sem causar danos desnecessários ao ambiente.

Essas ações demonstram o compromisso do Subprograma com o desenvolvimento de uma força de trabalho qualificada no manejo florestal sustentável, assegurando que as práticas adotadas sejam de baixo impacto ambiental e que os profissionais estejam preparados para implementar as melhores técnicas disponíveis, sempre dentro dos padrões de segurança e eficiência.

Outra ação significativa do eixo de Manejo Florestal Sustentável (MFS) foi a revisão científica realizada pela UNEMAT no projeto apoiado pelo REM MT, no âmbito do eixo de inovação, que revisou a atual lista de espécies florestais utilizada no SISFLORA 2.0. A análise revelou que, dos 4.589 nomes registrados na base de dados, 2.271 nomes são aceitos e corretos, e, portanto, devem ser mantidos. No entanto, 1.862 nomes foram identificados como sinônimos, necessitando substituição, e 73 espécies serão reavaliadas para uma análise final e possível correção.

Além disso, o projeto possibilitou o apoio do REM MT à estruturação de dois laboratórios da UNEMAT, um voltado para ecologia e outro para morfologia e sistemática vegetal. Esses laboratórios foram equipados com estações de trabalho de última geração e equipamentos de campo, aprimorando a capacidade de pesquisa e inovação da universidade.

Outro avanço importante no projeto foi a revisão, atualização e identificação de mais de 5.300 amostras da coleção do Herbário da Amazônia Meridional, realizada por uma equipe de 10 especialistas. Durante a visita desses especialistas, foram feitas descobertas significativas, incluindo a identificação de novas ocorrências de espécies em Mato Grosso. Trata-se de espécies já conhecidas pela ciência, mas que ainda não tinham sua distribuição registrada no estado, o que amplia o conhecimento sobre a biodiversidade de Mato Grosso e contribui para a conservação e o manejo sustentável das florestas.

Adicionalmente, está em processo de elaboração uma série com 4 vídeos temáticos sobre MFS, abordando os seguintes temas:

- Fluxos e Procedimentos no Órgão Licenciador e Fundamentos do MFS
- Técnicas Pré-Exploratórias, tais como o microplanejamento, a confecção de mapas de trabalho, demarcação das unidades de trabalho, inventário florestal 100%, instalação de parcelas de monitoramento para o Inventário Florestal Contínuo (IFC) e o planejamento das infraestruturas.
- Técnicas Exploratórias, abordando o processo de exploração propriamente dito, incluindo como deve ser realizado o corte das árvores, planejamento do arraste das toras utilizando os mapas, as normas de cubagem no pátio e empilhamento de madeira, além de detalhar a cadeia de custódia.
- Técnicas Pós-Exploratórias, tais como a manutenção das infraestruturas, limpeza de cipós para melhorar a luminosidade, elaboração de relatórios para a SEMA, e monitoramento através das parcelas permanentes.

Ainda no âmbito do manejo florestal, o Programa REM MT foi convidado a integrar a Câmara Técnica do Plano de Desenvolvimento Florestal de Mato Grosso (PDEF/MT). Durante as reuniões realizadas, foram definidos objetivos temáticos e, dentro de cada um deles, propostas ações estratégicas voltadas para o avanço do manejo florestal sustentável no estado.

4.3.4.3 Eixo Inovação nas cadeias de commodities

No eixo de inovação em cadeias de commodities, o Subprograma PS identificou uma lacuna significativa entre o conhecimento gerado nas instituições de pesquisa e a realidade vivenciada no campo pelos produtores rurais. Essa desconexão impede que informações valiosas e inovações cheguem de maneira eficaz aos agricultores, limitando o potencial de avanço tecnológico e sustentabilidade. Para superar esse desafio, o principal objetivo deste eixo é estabelecer uma ponte entre a academia e o campo, facilitando o acesso dos produtores às inovações tecnológicas.

Com esse propósito, foram realizados mais de 180 eventos voltados à difusão de tecnologias inovadoras, abrangendo capacitações, oficinas, seminários, intercâmbios e dias de campo. Os principais temas abordados incluíram mercado e certificação de commodities, gestão de propriedades rurais, prevenção e combate a incêndios florestais, sistemas integrados de produção, plantio direto, tecnologias do plano ABC, recuperação de pastagens, uso de drones na agricultura, controle de qualidade de sementes, tecnologias agropecuárias, mercado de carbono e comercialização de sistemas sustentáveis.

No projeto realizado pela EMBRAPA, foram testados 35 consórcios de safrinha em dois sistemas: Sistema de Plantio Direto (SPD) e Integração Lavoura-Pecuária (ILP). Desses,

13 consórcios se mostraram mais indicados para o SPD e 22 para a ILP. A inovação foi evidente em 18 consórcios, com combinações inéditas ou novos materiais, alguns deles em fase de pré-lançamento pela Embrapa. Essas tecnologias foram amplamente divulgadas em eventos de grande relevância para o setor, como o Norte Show e o Show Safra, que contaram com a participação massiva de produtores rurais.

Além disso, o projeto capacitou 38 agentes multiplicadores de tecnologias, que agora podem disseminar essas inovações em suas respectivas regiões. O impacto do projeto também foi amplamente divulgado na mídia, com 126 inserções, incluindo matérias, séries de vídeos, reportagens em revistas e televisão. Um destaque foi a realização de uma *press trip* com seis jornalistas europeus, que visitaram a Fazenda Santana. Essa visita resultou na publicação de uma reportagem pela revista alemã Rural 21, que destacou os consórcios de safrinha de sucesso.

O projeto do IMA demonstrou que a diversidade funcional das espécies favorece a melhoria da qualidade do solo e aumenta a produtividade em solos empobrecidos no curto prazo. O projeto também identificou formas de economizar insumos com a simples mudança no momento da aplicação de adubos, como o potássio e o nitrogênio, passando da fase da lavoura para a fase da pastagem. O impacto do projeto também se estendeu às mídias sociais, onde o conceito de pastoreio rotatínuo (que ajusta a altura correta da pastagem para o consumo do gado, otimizando a taxa de lotação) foi amplamente difundido, resultando em 5.660 seguidores nos grupos Aliança SIPA e GPISI no Instagram.

Além disso, a propriedade referência do projeto adotou diversas tecnologias de biocontrole (BC), como três anos de uso de controle biológico de pragas. Esse projeto contribuiu para difundir o conceito de pastoreio rotatínuo, demonstrando que o simples ajuste da altura da pastagem pode aumentar a produtividade de carne.

Os resultados alcançados pelos projetos de inovação foram amplamente positivos. Entre eles, destacam-se:

- 20 produções científicas, incluindo livros, artigos, teses, TCCs e e-books.
- Envolvimento de 76 bolsistas e estagiários, que adquiriram experiência prática no campo da inovação agropecuária.
- Participação ativa de 68 mulheres, atuando em diversas áreas como campo, administração, laboratório e gestão, demonstrando um compromisso com a inclusão de gênero nas atividades do Subprograma.

4.3.4.4 Restauração ecológica

Considerando que a repartição de benefícios e a regularização ambiental são objetivos centrais do Programa REM MT, o Subprograma PS direcionou recursos para a restauração de Áreas de Preservação Permanente Degradadas (APPs) em propriedade de pecuária de corte. A técnica escolhida para a restauração ecológica foi a semeadura direta, conhecida como muvuca, que envolve a mistura e semeadura de diversas espécies de sementes diretamente no solo. Essa abordagem promove uma regeneração mais diversificada e eficiente.

No total, foram adquiridas mais de 5,2 toneladas de sementes, incluindo 38 espécies florestais e algumas de adubação verde, fundamentais para a melhoria do solo e a aceleração do processo de recuperação. O plantio foi estimado em 80 kg/ha, com um custo aproximado de R$ 13.000/ha, refletindo o investimento necessário para garantir uma recuperação ambiental de alta qualidade.

Essas áreas foram implantadas como projetos piloto, e o monitoramento será fundamental na fase 2 do programa para avaliar a eficácia da técnica ao longo do tempo.

Além disso, o Subprograma organizou 6 dias de campo, nos quais foram discutidas práticas de regularização ambiental e as técnicas de semeadura direta, oferecendo aos participantes uma oportunidade de aprendizado prático. No total, os projetos em andamento cobrem 168 hectares em processo de restauração, representando um avanço significativo para a sustentabilidade e conservação ambiental. A figura 42 apresenta algumas áreas dos projetos que estão em processo de restauração.



Figura 42. Áreas de Preservação Permanente em processo de restauração.

Em relação aos resultados dos indicadores do Subprograma PS (Figura 43), é possível verificar o impacto expressivo e abrangente em diversas frentes, promovendo o desenvolvimento sustentável no estado de Mato Grosso. Com 217 mil hectares de área de atuação em 52 municípios, o Subprograma alcançou 1.675 propriedades, direcionando esforços para o manejo de 92 mil hectares de áreas de baixo carbono e a restauração de 168 hectares de áreas degradadas.

Além disso, destaca-se o foco em boas práticas agrícolas com 44 mil hectares de soja em processo de certificação, refletindo o compromisso com a produção responsável e ambientalmente correta. A difusão de tecnologias foi outro ponto crucial, beneficiando mais de 6 mil pessoas por meio de capacitações e eventos técnicos, que promoveram o uso de práticas inovadoras e sustentáveis.

Com investimentos de R$ 23,9 milhões, o Subprograma conseguiu estruturar ações que integram soluções ambientais, econômicas e sociais, abrangendo inclusive 49 assentamentos rurais e promovendo uma agricultura mais inclusiva e sustentável. Ao alinhar suas ações com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), especialmente os ODS 2, 6, 8, 12, 13 e 15, o Subprograma reforça seu compromisso em combater a fome, promover o uso racional da água, incentivar o crescimento econômico sustentável, e proteger os ecossistemas e a biodiversidade.



Figura 43. Resultados dos indicadores do Subprograma PS e sua contribuição aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da ONU.

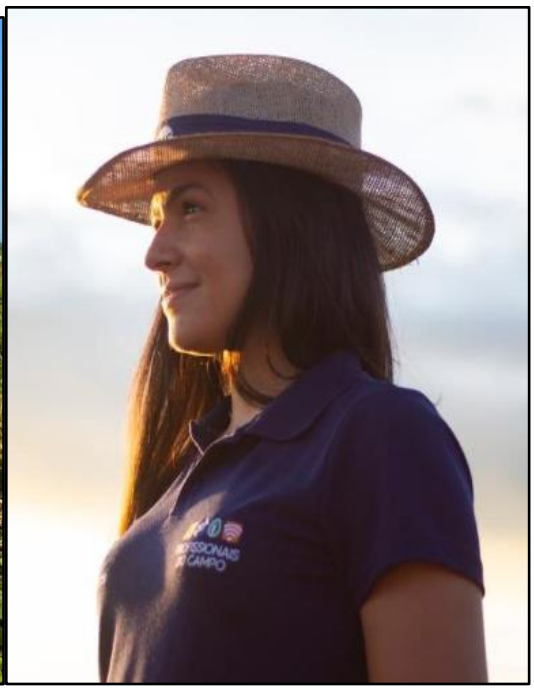

Beneficiários
Produção
Sustentável


























SEMA


SEMA
GROSSO




SEMA

4.4. Subprograma 4 – Fortalecimento Institucional e Políticas Públicas Estruturantes

4.4.1. Sistema Estadual de REDD+ da Política Estadual de Mudanças Climáticas do estado de Mato Grosso

O Conselho Gestor de REDD+ realizou duas reuniões em 2024, nos dias 24 de abril e 3 de maio, para discutir temas importantes relacionados à implantação da Fase II do Programa REM MT. As pautas dessas reuniões incluíram a aprovação do Primeiro Plano de Investimento (PDI) e a revisão do Manual Operacional (MOP) do programa.

Na reunião de abril, o PDI foi aprovado, enquanto na de maio foi apresentada uma versão atualizada do Manual Operacional, que incorporou as alterações de redação sugeridas pelos conselheiros. Essas modificações foram discutidas ponto a ponto, garantindo clareza e adequação do documento às necessidades do programa, e finalizou com aprovação do documento. Durante a reunião, os conselheiros tiveram a oportunidade de se familiarizar com o novo gestor financeiro, por meio de uma apresentação institucional realizada pela Fundação Amazônia Sustentável (FAS).

O Fórum Mato-grossense de Mudanças Climáticas (FMMC) realizou sua 2ª Reunião Ordinária em 14 de setembro de 2023. A pauta principal foi a apresentação do estudo denominado “Estimativas das Remoções de Gases de Efeito Estufa (GEE) provenientes da Vegetação Secundária e Reflorestamento nos Biomas Cerrado e Amazônia, no Estado de Mato Grosso". O estudo oferece insights sobre o papel da vegetação secundária e do reflorestamento na mitigação das emissões de gases de efeito estufa, contribuindo significativamente para o debate sobre sustentabilidade e mudanças climáticas no estado. Contratado pela The Nature Conservancy (TNC) e desenvolvido pela Agrosatélite, o estudo gerou discussões no fórum sobre como poderia ser utilizado pela SEMA e monitorado futuramente, com a possibilidade de replicar a metodologia para outros estados, como o Pará.

4.4.2. Monitoramento e controle do desmatamento, queimadas e incêndios florestais

4.4.2.1 Estudo Contrafactual para a Fase I do Programa REM

Com o objetivo de avaliar a eficácia das ações do Programa REM na redução do desmatamento durante a primeira fase do Programa REM foi contratado uma consultoria especializada, Agroícone, para elaborar o Estudo Contrafactual. O estudo teve por finalidade avaliar como seria a trajetória do desmatamento no Estado de Mato Grosso sem a implementação de ações do Programa REM.

Para o estudo foi utilizado o método no qual preconiza criar um Mato Grosso sintético, baseado nas informações de outros estados da federação que não receberam ou não implementaram ações de Programas de REDD+. Com base na modelagem foi possível afirmar que em termos de desmatamento evitado, os impactos nos anos de 2021 e 2022 foram estatisticamente significativos, representando, em média, 79,4 mil hectares por ano, totalizando cerca de 160 mil hectares de desmatamento evitados (Figura 44).

Em termos financeiros, esse desmatamento evitado equivaleria a aproximadamente R$152,97 milhões por ano, com base no preço médio de mercado de carbono para projetos REDD+, conforme o relatório anual do Ecossystem Marketplace.

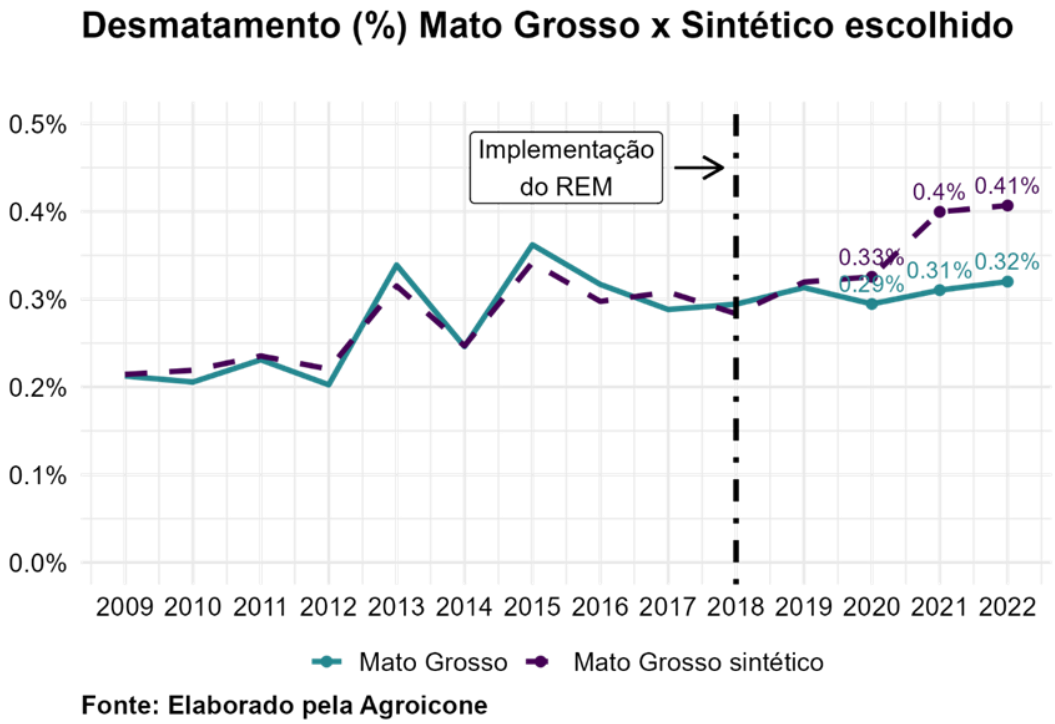


Figura 44. Desmatamento relativo de Mato Grosso e Mato Grosso Sintético.

Observa-se na figura (45), que no primeiro ano da intervenção, o Estado de Mato Grosso ainda registrou uma taxa de desmatamento em relação à área total superior à projeção Sintética. A partir de 2019, contudo, esse cenário passa a se alterar, se consolidando de forma mais intensa nos anos subsequentes. Ou seja, o impacto do REM se dá em termos de desmatamento evitado.

Os resultados dos investimentos do Programa REM nas ações de fiscalização para o período de 2019 a 2024, por meio do subprograma de Fortalecimento Institucional e

Políticas Públicas Estruturantes (FIPPE), para a estrutura física, aprimoramento do aparato de fiscalização e monitoramento, otimização de processos e o reforço na política de integração entre as instituições de combate ao desmatamento podem ser observados nas figuras (45 e 46).

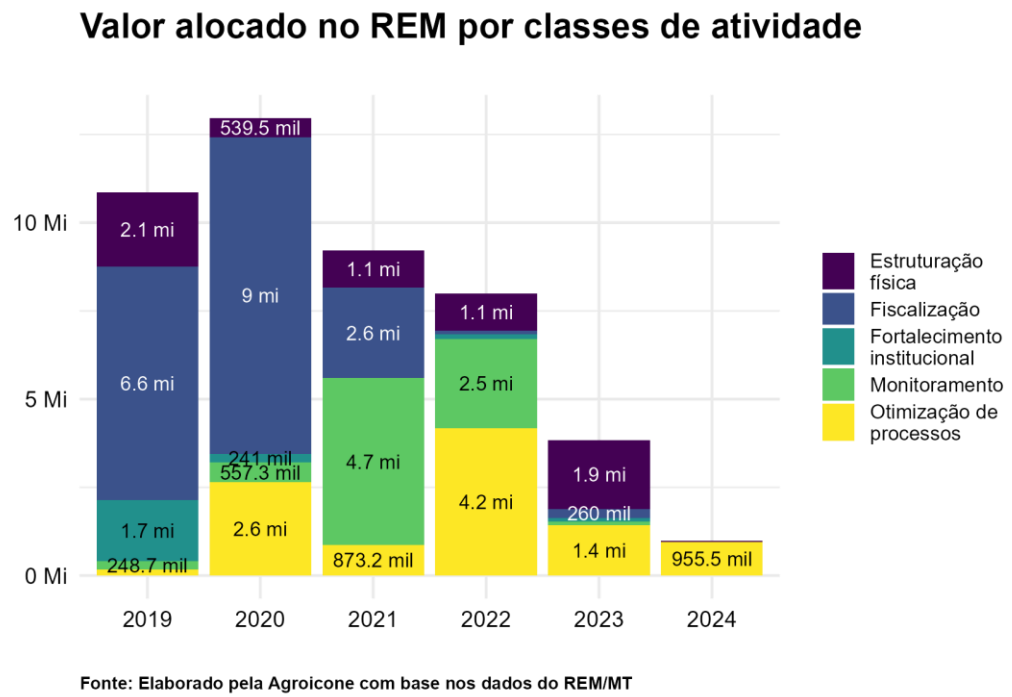


Figura 45. Evolução dos recursos disponibilizados pelo FIPPE/REM, por classe de atividades (em R$ milhões).

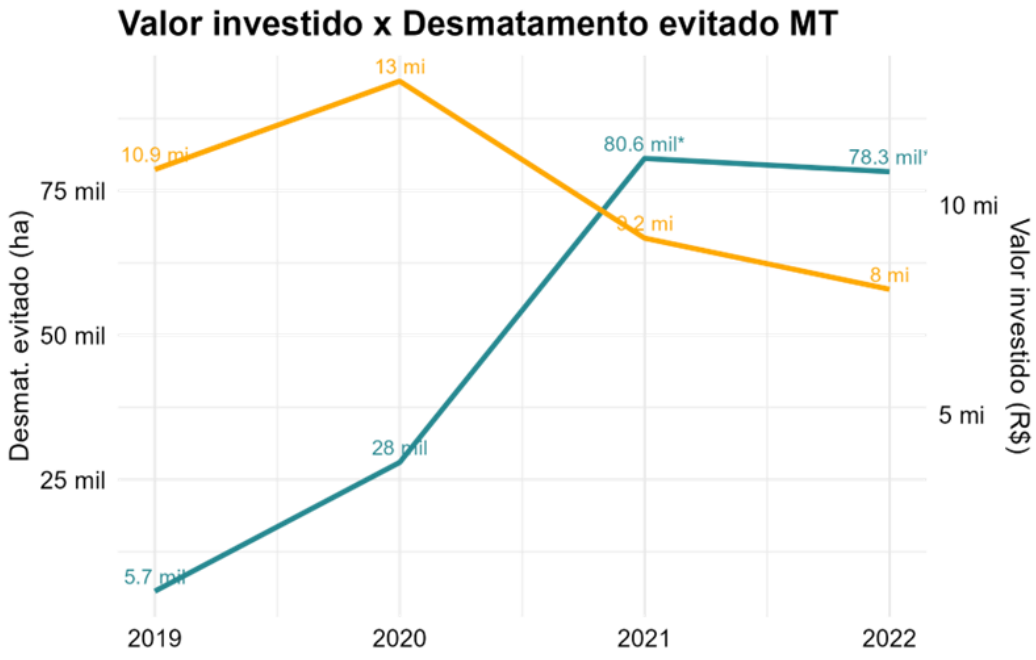


Figura 46. Valor investimento vs. desmatamento evitado MT.

4.4.2.2 Avanços do Mapa de Vegetação do Estado de Mato Grosso

Durante o período foram realizadas mais três campanhas de campo para checagem da vegetação em função da auditoria dos pontos de vegetação. O IBGE apontou inconformidades e lacunas de amostragem de campo, o que requereu a complementação de informações.

Outro apontamento da auditoria do IBGE, foi com relação a ocorrência (extensão) da Floresta Estacional Sempre Verde e da Floresta Ombrófila. Para sanar a dúvida, foram elaborados e encaminhados para o IBGE dois relatórios sobre a análise da vegetação da região Norte do Estado de Mato Grosso; um estudo sobre a similaridade florística da vegetação que ocorre na Bacia dos Parecis e outro, ampliado, compreendendo toda a região Norte do Estado. Os estudos mostraram diferenças entre as tipologias da Floresta Estacional Sempre Verde e da Floresta Ombrófila por meio da análise multivariada Indicator Species Analisis (Twinspan[3]). Todos os dados foram correlacionados com o clima e com o mapa de umidade de dossel (NDWI, Gao 1996[4]), ambos elaborados pela equipe do Mapeamento da Vegetação do Estado de Mato Grosso. Os resultados serão incorporados na auditoria do IBGE.

Atualmente, a equipe trabalha na auditoria dos polígonos, desenvolvendo os procedimentos para a verificação da interpretação das imagens, a definição dos polígonos e a classificação da tipologia atribuída e aguarda a visita dos técnicos do IBGE para finalizar a metodologia.

---

[3] Hill, M.O.; BUNCE, R.G.H. e SHAW, M.W., 1975. Indicator species Analysis, A Divisive Polythetic Method of Classification, and its Application to a Survey of Native Pinewoods in Scotland. Journal of Ecology, Vol. 63, nº2, pp 597-613.

[4] Gao, Bo Cai (1996). NDWI A Normalized Difference WaterIndex for Remote Sensing of egetation Liquid Water From Space. REMOTE SENS. ENVIRON. 58:257-266 ©Elsevier Science Inc., 1996.

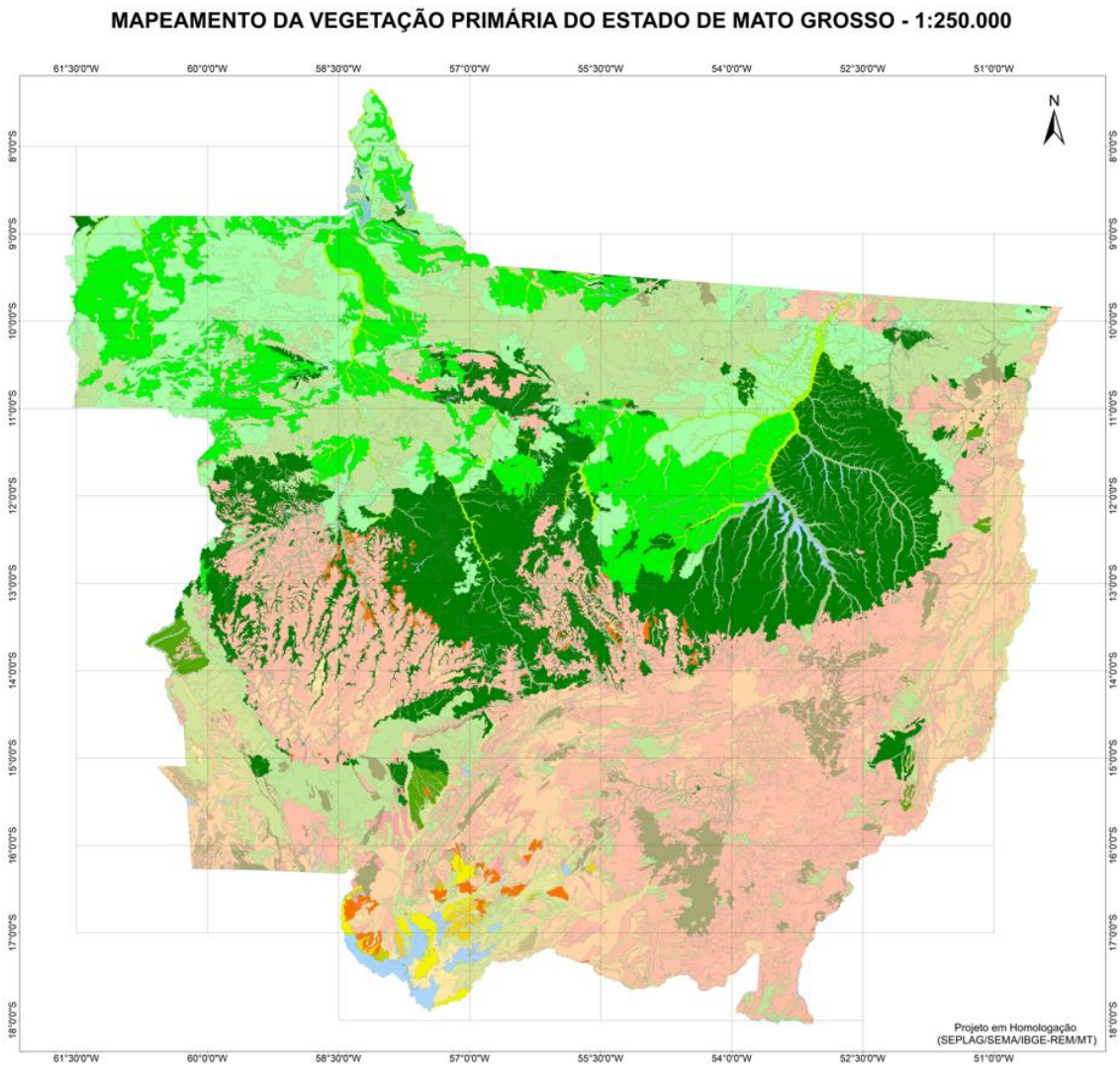


Figura 47. Mapa de Vegetação Primária do Estado de Mato Grosso, onde cada cor representa uma tipologia vegetal.

4.4.2.3 Obra de Reforma do Batalhão de Polícia Militar de Proteção Ambiental (BPMPA)

No período foi licitada a obra do Batalhão de Polícia Militar de Proteção Ambiental (BPMPA) no município de Várzea Grande. A execução da obra iniciou no final do mês de janeiro com previsão de execução em seis meses. Em junho de 2024 estava com o cronograma de execução sem atrasos e a obra estava em finalização. Foi investido o valor de R$1.621.076,37 e foi necessário fazer um aditivo de R$199.480,90, pois, no avanço da obra de reforma, surgiu uma demanda não prevista. Ainda para o Batalhão foi adquirido todo o mobiliário (mesas, cadeiras, armários, beliches, etc) para o novo prédio e equipamentos para a sala de situação (video wall, computadores, etc). A relevância da obra está na melhoria da qualidade e segurança do ambiente de trabalho do Batalhão e, espera-se que favoreça a melhor resposta nas ações de combate aos ilícitos ambientais (Figura 48).



Figura 48. Obra do Batalhão de Polícia Militar de Proteção Ambiental.

4.4.2.4 Obras de construção de Alojamentos para a Fiscalização no Interior do Estado de Mato Grosso

Foi licitado duas obras no interior do Estado em municípios com altos índices de desmatamento. Estava previsto a construção de alojamentos para as equipes de fiscalização do Estado, sendo uma ampliação da base da Polícia Militar no município de Matupá e outra de construção de prédio em alvenaria com dois pisos em Colniza. As duas licitações não tiveram êxito, pois as empresas de construção civil que encaminharam propostas não apresentaram a documentação necessária para habilitação ou apresentaram orçamento muito acima do planejado. Ambas as licitações foram canceladas e em função do prazo para a finalização da fase I do Programa REM, optou-se por transferir o recurso para a Fase II.

4.4.3. Fortalecimento de Políticas Públicas

4.4.3.1 Obra de Implantação de Sistema de Geração de Energia Elétrica Fotovoltaica

O Programa REM financiou obras para a Geração de Energia Elétrica Fotovoltaica para a Secretaria de Meio Ambiente do Estado de Mato Grosso. O projeto para a SEMA visa a geração de energia limpa, economia com a redução na conta de energia elétrica com o aproveitamento do estacionamento de veículos da Secretaria para a geração de

energia elétrica fotovoltaica. O investimento é de R$2.686.660,64 e prevê a homologação do sistema junto a operadora de energia elétrica do Estado e a instalação das placas solares no sistema CARPORT (Figura 49).



Figura 49. Implantação do Sistema de Geração de Energia Elétrica Fotovoltaica para a Secretaria de Estado de Meio Ambiente MT.

4.4.3.2 Livro sobre a Primeira Fase do Programa REM MT

Para registrar a atuação do Programa REM na primeira fase foi contratada consultorias para elaborar um livro sobre a percepção dos beneficiários sobre os projetos que chegaram nas diversas comunidades do Estado. A consultoria iniciou o trabalho em maio de 2024 para organizar o cronograma de trabalho e iniciar o levantamento de informações sobre o Programa REM. A conclusão do texto do livro é esperada para o mês de novembro de 2024.

4.4.3.3 Aquisições de bens para parceiros do Comando e Controle e Políticas Públicas

Foram realizadas diversas aquisições de bens incluindo mobiliário como beliches, cadeiras, mesas e armários, além de equipamentos como ar condicionados, notebooks, eletrodomésticos, cortinas entre outros itens essenciais para melhorar a infraestrutura das equipes de fiscalização e monitoramento. Esses recursos foram direcionados a órgãos como a SEMA, para o setor de fiscalização; INDEA, como apoio ao Laboratório de Tecnologia da Madeira; IBAMA, para a sala de situação; BPMPA, para o mobiliário da nova

sede; e FUNAI, para as bases de fiscalização em containers na Terra Indígena Sararé. Essas aquisições visam proporcionar melhores condições de trabalho e otimizar as operações de controle do desmatamento e proteção ambiental.

Tabela 1. Relação dos parceiros e valores dos bens/mobiliários adquiridos pelo Programa REM.

Órgão	**Valor**
BPMPA	R$ 212.032,03
FUNAI	R$ 68.204,00
IBAMA	R$ 67.245,00
INDEA	R$ 306.573,69
iPCI	R$ 3.807,00
SEMA	R$ 281.156,00
Total Geral	**R$ 939.017,72**

4.4.3.4 Capacitações, Seminários e Eventos realizados com apoio do FIPPE.

Durante o período foram realizados 02 seminários, 02 capacitações e 01 oficina de planejamento. Os seminários estão relacionados com o combate e controle ao desmatamento, sendo um de Políticas Públicas onde se buscou a troca de experiências entre os Estados do Bioma Amazônia (Acre, Pará, Mato Grosso) e o Governo Federal (IBAMA e Ministério do Meio Ambiente). O outro de caráter interno na SEMA foi realizado para apresentar os procedimentos de fiscalização ambiental da SEMA para os Conselheiros de Meio Ambiente do Estado (CONSEMA) com o objetivo de reduzir a anulação de autos de infração. As capacitações foram realizadas para os técnicos da SEMA, sendo uma sobre a identificação botânica de espécies do Cerrado e das Florestas Estacionais e a outra sobre a ferramenta Google Earth Engine para análise de dados geoespaciais. A oficina foi realizada para o planejamento do Subprograma de Fortalecimento Institucional e Políticas Públicas para a Fase II do Programa REM.



Figura 50. Seminário de Políticas Públicas Inovadoras, Comando e Controle e Mudanças Climáticas.

4.4.3.5 Apoio a Elaboração de Programa Estadual de Educação Ambiental de Mato Grosso

Foi contratada consultoria para a realização de oficina de Educação Ambiental e elaboração do Plano Estadual de Educação Ambiental (PEEA) no primeiro semestre de 2024. O FIPPE apoiou com a contratação do espaço e um consultor/moderador para a realização de 03 oficinas, registro e elaboração do Plano.



Figura 17. Debate no painel de Adaptação Climática. Créditos: SEMA-MT



Figura 18. Painel de Mitigação Climática em início de trabalho. Créditos: SEMA-MT.



Figura 19. Grupo debatendo a Política Estadual de Regularização Ambiental de Imóveis Rurais. Créditos: SEMA-MT



Figura 20. Debate no painel de Mitigação Climática. Créditos: SEMA-MT



Figura 21. Painel de Adaptação Climática em início de trabalho. Créditos: SEMA-MT.

Figura 51. Oficina de Educação Ambiental não Escolarizada nas Políticas de Mudanças Climáticas, para elaboração do Plano Estadual de Educação Ambiental (Relatório do Produto 05 da Consultoria).

4.4.4. Macro-estratégia para o desenvolvimento sustentável em MT

4.4.4.1. Principais avanços na gestão operacional do Programa REM MT

4.4.4.1.1. Governança

Em novembro de 2023, por meio de ato normativo, a SEMA criou a Unidade de Programas e Projetos Internacionais (UPPI). Em seguida, todo o quadro de servidores do Programa REM MT foi oficialmente transferido para essa unidade, mantendo-se sob a mesma coordenação do programa.

A partir do segundo semestre de 2023, em preparação para a Fase II do Programa REM MT, iniciaram-se as discussões sobre a revisão da estrutura de governança do programa. As alterações foram apresentadas e discutidas durante a 2ª Missão de Monitoramento do KfW, realizada em julho de 2024.

Entre as atualizações sugeridas, destacam-se mudanças na gestão estratégica, com mudança na participação de órgãos estaduais no Conselho Estadual de Gestão de REDD+ (CEGREM), como a Secretaria de Estado de Assistência Social e Cidadania (SETASC), que participará por meio da Superintendência de Assuntos Indígenas (SAI), que foi transferida da Casa Civil para a SETASC. Também foi incluída a participação da Secretaria Executiva do Instituto Estratégia - Produzir, Conservar e Incluir (iPCI).

Outra atualização importante ocorreu no Grupo de Coordenação do Programa, com a alteração da Consultoria do Programa, que passou de Internacional para Nacional. Além disso, a estratégia PCI, que anteriormente exercia a função de coordenador assistente, deixou essa posição, que havia sido estabelecida no início da implementação do Programa REM MT antes da criação do Instituto-PCI.

4.4.4.1.2. Coordenação geral do Programa

No período compreendido pelo relatório, o quadro de pessoal do programa passou por alterações, com redução nas equipes dos Subprogramas Produção Sustentável e Agricultura Familiar. Para minimizar a sobrecarga nas equipes foi realizada a redistribuição das atividades e integração das equipes dos dois subprogramas, a fim de evitar prejuízos ao monitoramento, e garantir o atendimento às demandas e o

gerenciamento dos subprogramas. A redução foi nos times técnicos e na coordenação do subprograma AFPCTs que ficou sob coordenação interina da Daniela Melo.

Desde fevereiro de 2024, para apoiar a coordenação, sobretudo na implementação do sistema de gestão de riscos, novo integrante foi contratado no quadro de servidores terceirizados do Programa.

Entre 2022 e 2023, o programa passou por uma consultoria de Avaliação de Meio Termo, que identificou diversas necessidades operacionais. Essas recomendações foram implementadas de forma sistemática. A seguir, estão listadas as recomendações da consultoria, acompanhadas das observações e lições aprendidas sobre sua implementação, ou não, pelo gestor financeiro:

1- Estruturar um processo sistemático de reporte, análise e solução dos problemas operacionais.
Consideração: O FUNBIO iniciou a implementação de um sistema de reporte mais robusto, mas não conseguiu superar todos os desafios na consolidação de uma análise contínua e solução ágil de problemas. Para o Gestor financeiro da Fase II, como lição aprendida, será crucial garantir a análise contínua e a solução ágil de problemas, não apenas na implantação técnica, mas também o acompanhamento rigoroso para identificar e corrigir falhas rapidamente.

2- Garantir que os procedimentos e critérios para compras e contratações estejam atualizados e compartilhados com todos os envolvidos.
Consideração: Os procedimentos foram revisados, mas a disseminação das atualizações aos times envolvidos foi parcial e houve dificuldade na plena compreensão dos critérios. A FAS enfrentará o mesmo desafio, e deverá garantir que os procedimentos e critérios estejam sempre atualizados e amplamente compartilhados com todos os envolvidos no processo para assegurar a transparência, a conformidade com as normas, mantendo uma comunicação clara sobre procedimentos evitando atrasos, erros e dificuldades operacionais.

3- Melhorar a alocação da capacidade de compras e contratações, e aprimorar o processo de planejamento de contratações e aquisições do FUNBIO, garantindo aderência ao planejamento e às sazonalidades das demandas.
Consideração: A equipe do FUNBIO fez ajustes na estrutura de compras e contratações para alinhá-la ao planejamento sazonal do Programa, realizou a agregação de demandas semelhantes para ganho de escala, mas ainda enfrentou dificuldades em solucionar todos os fluxos, o que resultou em gargalos durante os períodos de maior demanda. Essa situação destaca uma lição importante para o Gestor Financeiro, que é necessário um planejamento abrangente e flexível, capaz de antecipar os picos de demanda e minimizar os problemas nos processos de compras. A lição aprendida aqui reforça a necessidade de

prever adequadamente as variações sazonais e implementar mecanismos ágeis que garantam que a estrutura de compras responda de maneira eficiente às necessidades do Programa, especialmente nos momentos de maior exigência.

4- Corrigir as inconsistências nos registros de execução financeira – classificação de insumos, órgãos executores, despesas elegíveis – e ajustar os procedimentos de lançamento para eliminar as falhas nas informações financeiras. Consideração: O FUNBIO iniciou correções nas inconsistências financeiras, ajustou a classificação de insumos e despesas, mas não conseguiu atender o Programa com informações atualizadas da execução financeira, o atraso permaneceu em aproximadamente dois meses. A lição aprendida é que a integração de processos financeiros precisa ser mais ágil, com controles rigorosos para assegurar que as informações sobre a execução financeira estejam sempre atualizadas, evitando impactos negativos no andamento do Programa.

5- Aprimorar e fortalecer a estrutura (equipe, processos e instrumentos) para um acompanhamento mais próximo e contínuo das organizações executoras de projetos. Consideração: Embora tenha havido um fortalecimento parcial da equipe e dos processos, o acompanhamento contínuo das organizações executoras não atingiu o nível ideal, e a sobrecarga da equipe permaneceu um desafio devido ao aumento do número de projetos apoiados pelo Programa.

A lição aprendida é a necessidade de um planejamento robusto, com alocação adequada de recursos e tamanho de equipe compatível, a fim de evitar sobrecargas e assegurar um acompanhamento contínuo e próximo das organizações executoras, minimizando as dificuldades enfrentadas por elas na execução dos projetos apoiados pelo Programa.

6- Aprimorar as interfaces dos sistemas Cérebro garantindo o acompanhamento de todas as fases da solicitação de insumos e das prestações de contas na utilização dos recursos. Consideração: O FUNBIO ajustou parcialmente as interfaces dos sistemas, mas o acesso às funcionalidades por toda a equipe executiva permaneceu limitado. Para a fase 2, é uma prioridade a integração do sistema de gestão, garantindo que todas as fases sejam monitoradas de forma transparente e acessível, otimizando o fluxo de trabalho e a eficiência na gestão financeira e operacional do Programa.

7- Elaborar documentos que simplifiquem e traduzam as orientações de execução para os povos indígenas e povos tradicionais e suas organizações – MOP Indígena/PCT. Consideração: Esse objetivo não foi plenamente alcançado, embora algumas cartilhas foram desenvolvidas direcionadas especificamente para esse público. No decorrer do monitoramento dos projetos foram identificadas associações que apresentaram dificuldades para redigir seus próprios projetos, e algumas contempladas com projetos, apresentaram dificuldades em realizar o reporte das informações solicitadas nos sistemas

de monitoramento. A lição aprendida é que é essencial adaptar a linguagem e o formato dos documentos às realidades culturais, garantindo que as orientações sejam compreensíveis e acessíveis.

4.4.4.1.2. Gestão de Riscos Sociais e Ambientais

No segundo semestre de 2023, foi contratada consultoria para avaliação e revisão do Sistema Ambiental e Social (ESSA) do Programa REDD Early Movers (REM) Mato Grosso, através do Termo de Referência contratado por meio do KfW, no âmbito de preparação da Fase II do Programa REM MT. O documento tem como objetivo verificar o alinhamento e a conformidade do Programa REM MT com as Salvaguardas de Cancun, as Diretrizes e Política do Banco Mundial para pagamento por resultados, além dos marcos regulatórios nacionais e subnacionais, e normas pertinentes ao KfW.

Em outubro de 2023 foi entregue pela consultoria um plano de trabalho que previa: 1) Avaliação do Sistema Ambiental e Social (ESSA), e 2) Revisão da Estrutura de Gestão Ambiental e Social (ESMF). O planejamento previa uma visita de campo dos consultores em Mato Grosso para novembro de 2023 com o objetivo de levantamento e coleta de impressões sobre as ferramentas/teste piloto das ferramentas do ESMF revisadas e/ou incorporadas. A visita foi concretizada em fevereiro de 2024, ainda em fase preliminar de finalização das ferramentas e revisão dos riscos potenciais, essa atividade se desdobrou em reuniões entre os consultores e as equipes dos subprogramas entre fevereiro e junho de 2024.

Os produtos 2 e 3 foram entregues pela Consultoria contratada em junho de 2024 e estão em fase de ajustes após as considerações do KfW e SEMA, com treinamento nas ferramentas agendadas para início de outubro.

4.4.4.1.3. Consultoria Internacional / Nacional

Entre outubro de 2023 a junho de 2024, a Consultoria Internacional (2023) e Nacional (2024) manteve sua atuação estratégica e operacional atuando no apoio a elaboração de Termos de Referências (TdRs) e Especificações Técnicas (ET) para contratação/aquisição de serviços técnicos e solicitações, e no apoio à implementação do Programa REM MT Fase 2. Durante esse período, a CI/CN contribuiu com a revisão de documentos essenciais, como o Manual Operacional do Programa (MOP), em alinhamento com a SEMA-MT e a Fundação Amazônia Sustentável. Além disso, contribuiu na elaboração de pareceres técnicos e na condução de atividades de monitoramento das ações em andamento.

Apoiou a revisão da Matriz Lógica, atuando junto à Coordenação Geral e Subprogramas e prestou suporte para o contínuo desenvolvimento e implementação do Sistema GPWeb, garantindo a customização para as necessidades dos subprogramas.

Em maio, a CN participou na finalização do Plano de Investimentos (PDI), na elaboração de pareceres técnicos e no apoio aos subprogramas, especialmente os Subprogramas AFPCT e TI. Se manteve-se presente no acompanhamento da governança dos subprogramas e na finalização de contratos e consultorias da Fase 1, prevendo a extensão de alguns contratos até o final de 2024 para garantir a execução plena das atividades planejadas. Além disso, facilitou discussões sobre salvaguardas ambientais e sociais no contexto do Sistema de Gestão de Riscos Socioambientais (SGRSA), além do suporte à integração e comunicação entre os stakeholders do Programa.

A CN colaborou na organização e realização do intercâmbio entre lideranças indígenas do Mato Grosso e o Acre, com foco na troca de experiências sobre a formação de agentes ambientais indígenas. No mês de junho, a CN voltou sua atenção à implementação do Plano de Monitoramento, Avaliação e Aprendizagem (MEL), e apoio para implementação da segunda fase do Programa. Houve também o acompanhamento do Sistema de Gestão de Riscos Socioambientais (SGRSA), em colaboração nas oficinas de capacitação e à formulação de estratégias de governança indígena, com destaque para a facilitação da 12ª Reunião de Governança Indígena.

No final de junho, apoiou a Coordenação do Programa e coordenadores de Subprogramas na organização das apresentações da 7ª Missão de Monitoramento do KfW para a Fase 1 e a 2ª Missão de Monitoramento do KfW para a Fase 2 do Programa REM MT.

A CI também auxiliou na implementação de melhorias para o Sistema GPWeb, incluindo a revisão e atualização de indicadores para a Fase 2, com melhorias nas funcionalidades de monitoramento.

Essas atividades mostram que a CI tem sido crucial na facilitação e implementação contínua das atividades do Programa REM MT, contribuindo para a transição eficiente entre as fases e para a maximização dos impactos do programa, especialmente no contexto de preservação ambiental e inclusão social.

4.4.4.1.4. Comunicação

Entre os meses de julho de 2023 e julho de 2024, a equipe de comunicação do Programa REM MT realizou a produção de 86 matérias, o que representa uma média de 7 matérias por mês, que foram colocadas no site do programa e enviadas para os veículos

de imprensa. Esses releases geraram 1.235 matérias na mídia estadual e nacional, que mencionaram o Programa REM MT em seu conteúdo.

Foram realizadas 995 inserções em rádios no estado, compreendendo este como um dos meios de comunicação mais utilizados do contexto rural e nas terras indígenas em Mato Grosso, alcançando assim, públicos-alvos do programa.



Figura 52. Distribuição geográfica de veiculação sobre o Programa REM MT na mídia em 2024 (até o momento).

Nas redes sociais, a equipe de comunicação realizou a produção de 179 publicações, onde houve um aumento de 44% (+1.095) de seguidores na principal rede social, mostrando também, um aumento do alcance e interações com os conteúdos (Tabela 2).

Tabela 2. Interações e alcance das publicações nas redes sociais do Programa REM MT.

Canal de Comunicação	**Pessoas Alcançadas**	**Número de Interações com o Conteúdo**

Facebook	4.157	595
Instagram	77.078	4.524
Youtube	25.657	1.572

O Programa REM MT fez um investimento em um novo site, inaugurado em junho de 2024, que trouxe melhorias em interface, portfólio de projetos, plataforma de mapa de atuação e biblioteca. É previsto ainda, a incorporação desse novo site do REM MT no sistema da Sema MT, sob o URL “https://rem.sema.mt.gov.br/”, com apoio do setor de tecnologia da Sema MT.

A comunicação também realizou a contratação de serviços adicionais, como de agência de publicidade, prestadora de serviços na modalidade guarda-chuva. Com esse contrato, foi possível a elaboração de uma websérie sobre produtos da sociobiodiversidade, produzidos por projetos apoiados pelo Programa REM MT. Com ideia de impulsionar a popularidade dos produtos, foram escolhidos pequi, cumbaru e babaçu para compor os episódios da série que contou com a participação do Chef de Cozinha Mato-grossense, Ademir Gudri, para realizar receitas com os ingredientes coletados nas comunidades.

A série contou com transmissão na televisão local, a nível estadual, através da Record News Mato Grosso, e mais de 16,8 mil visualizações nas redes sociais do programa, além de um site landing page (https://nossossabores.remmt.com.br/) de divulgação.

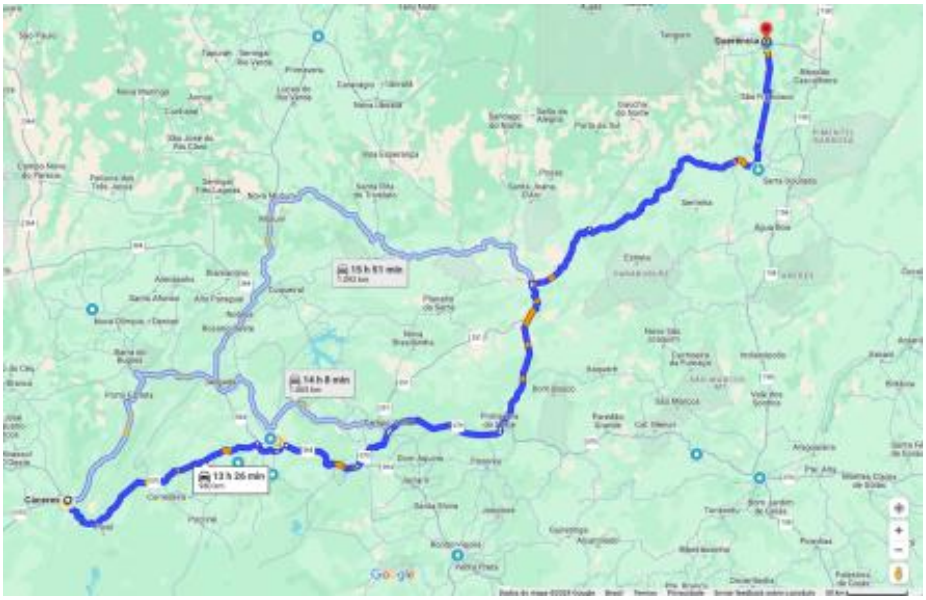


Figura 53. Segundo trecho do plano de viagem de produção dos episódios da websérie. Ao todo foram rodados 2.549 km pela equipe de filmagem.

Sob esse contrato também foi possível a elaboração e diagramação de cartilhas realizadas no âmbito de consultorias contratadas pelo Subprogramas Territórios Indígenas e uma em função do fortalecimento da Superintendência de Educação Ambiental e Atendimento ao Cidadão da Sema MT com título “Barraginhas: Tecnologia Social para a Agricultura Familiar”.

Em outro contrato na modalidade ‘guarda-chuva’ foram produzidos materiais gráficos e de promoção do programa em brindes e eventos. Foram montados kits personalizados, impressão de cartilhas e material de apoio à eventos, como ecobags, broches e canecas, com destaque para a impressão do material relacionado ao 1º Sumário de Informações do Cumprimento de Salvaguardas do Programa REDD Early Movers Mato Grosso (REM MT), (elaborado pela Coordenadoria de Mudanças Climáticas e REDD+ da SEMA MT) e Relatório Executivo 2023-2024.



Figura 54. Equipe da Sema MT com exemplares do 1º Sumário de Informações do Cumprimento de Salvaguardas do Programa REDD Early Movers Mato Grosso (REM MT).

4.4.4.2. Apoiar a Estruturação e Implementação da Estratégia Produzir, Conservar e Incluir - PCI

Importantes avanços marcaram o primeiro ano de atividades do Instituto PCI (iPCI) desde a abertura do CNPJ em junho de 2023 e a contratação do novo diretor executivo em

setembro. No total foram aprovados R$ 3,9 milhões em financiamento, sendo 56% de empresas privadas como o Walmart Foundation (R$ 1,76M), Amaggi (R$ 313,2 mil), Sainsburys (R$ 111,2 mil) e IDH (R$ 386,4 mil). O restante será pelo Programa REM (R$ 1,2 M) e pelo terceiro setor oriundos da TNC (R$ 110 mil). Os contratos de financiamento estão em fase de assinatura e as atividades operacionais e contratação de equipe estão previstas para iniciar em seguida.

Os Comitês de decisão do iPCI foram reativados incluindo o Comitê de Investimentos; de Monitoramento e de Regionalização e até o final do ano está prevista a primeira reunião de Assembleia Geral do iPCI bem como a criação do Conselho Fiscal. Também houve articulação política nas diferentes instâncias de governança municipal, estadual e nacional incluindo todas as prefeituras dos quatro Pactos Regionais da PCI totalizando onze municípios. Articulação com todas as secretarias de governo de relevância para o iPCI incluindo também dois encontros com o próprio vice-governador de Mato Grosso e articulação a nível nacional em Brasília com o Ministério de Meio Ambiente (MMA). O iPCI também participou de importantes fóruns e eventos internacionais como a COP 28; Oslo Tropical Forest Forum (OTFF); New York Climate Week e RTRS Global Strategic Planning na Suíça.

Principais atividades realizadas (nível tático-operacional):

- **Adesão de novos membros:** Quatro novas instituições aderiram formalmente ao Instituto PCI incluindo a Associação dos Criadores de Carne de Mato Grosso (ACRIMAT), Rede iLPF, Tropical Forest Alliance (TFA) e Pronatura Internacional. Adicionalmente, está em vias de adesão a instituição CAT Amigos da Terra, que por sua vez será deliberada na próxima reunião de Conselho de Administração;
- **Pactos regionais PCI:** Foi formalizado a criação de quatro novos Pactos PCI nos municípios de Alto Paraguai, Diamantino, Tangará da Serra e Juína. Nestes municípios foram criados grupos de governança e definição de metas da PCI específicas para cada município. Também foi realizado um evento de 50 pessoas com lideranças de todos os Pactos Regionais em Cuiabá para compartilhar experiências e planejar ações para 2024. Por fim, foi elaborado um guia com as diretrizes e regras de criação e funcionamento dos Pactos Regionais (em fase de publicação);
- **Monitoramento das metas:** Em resposta a demandas do Comitê de Monitoramento e parceiros da PCI, foi entregue em setembro de 2024 um estudo detalhado contendo a coleta de dados relativo a todos os 38 indicadores de meta da Estratégia PCI entre 2015 e 2022 para todos os 141 municípios de Mato Grosso. Os resultados deste trabalho foram apresentados em três eventos para mais de 60 pessoas. O trabalho teve como principal objetivo, subsidiar atores de governo, setor privado e sociedade civil sobre os municípios prioritários para avançar ações e políticas rumo à implementação das metas da Estratégia PCI até 2030.

- **REDD Jurisdicional:** Na COP 28 em Dubai o Governador Mauro Mendes formalizou a entrega da Carta Conceito de Mato Grosso para a diretora executiva do Padrão ART TREES que reconhece a alta integridade dos créditos de carbono jurisdicionais. Mais adiante em 2024 o Instituto PCI, SEMA e Earth Innovation Institute (EII) avançaram com a elaboração da minuta de lei que autoriza a constituição da Companhia Matogrossense de Ativos Ambientais S.A (CMAA) para realizar a comercialização de créditos de carbono de REDD Jurisdicional no estado. Espera-se que neste arranjo o Instituto PCI seja o gestor financeiro responsável pela repartição de benefícios de J-REDD no estado. Se os valores de alertas DETER forem próximos do PRODES 23/24 e num cenário de US$ 10/ton o estado tem o potencial de comercializar R$ 556 milhões apenas referente ao ano de 2023.
- **Projeto "Paisagens sustentáveis e inteligentes da região oeste de Mato Grosso":** No Pacto PCI Oeste, por meio do consórcio formado pelo iPCI, Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia (IPAM), Proforest e Produzindo Certo e com recursos do Land Innovation Fund (LIF), Consumer Goods Forum e Soft Commodities Fórum, importantes avanços marcaram o ano de 2024. Além da criação dos grupos de governança da PCI em Alto Paraguai, Diamantino, Tangará da Serra, outras ações de campo estão sendo entregues pelos parceiros tais como: Engajamento de propriedades para a primeira fase piloto de restauração de APPs em 50 hectares; negociação em 13 propriedades para implantar serviços de PSA para remunerar 4.000 hectares de áreas de ativo florestal em propriedades privadas; engajamento em 17 fazendas totalizando 92.972 hectares de área avaliadas no padrão RTRS e inseridas na "Plataforma Produzindo Certo"; elaboração de Salvaguardas Sociais para o projeto. Por fim, um Estudo de Carbono foi realizado para subsidiar o projeto com informações sobre fontes financeiras para continuidade das ações na região.

4.4.4.3 Monitoramento, Avaliação e Aprendizagem (MEL)

4.4.4.3.1 Monitoramento

O monitoramento dos subprogramas, está sintetizado nas tabelas a seguir, apresentando os indicadores, conforme o pactuado no MEL.

Tabela 3. Matriz de indicadores do Subprograma Agricultura Familiar, Povos e Comunidades Tradicionais**.**

EIXO	Indicador	Metas Subprograma	Metas pactuadas com os Projetos	Resultados alcançados até 2021	Resultados alcançados até 2023	Resultados alcançados 2024/1
Subprograma A1	**Número de famílias beneficiadas diretamente**	14.000 famílias	5.982 famílias	2.341 famílias	6.568* famílias	4.196 famílias** (11.686 pessoas beneficiadas diretamente)
Subprograma A2	**Número de hectares sob manejo de baixo carbono**	35.000 hectares	486.837 hectares	103.301 hectares	437.252 hectares	625.945 hectares
Eixo 1	**Área (ha) com plano de manejo florestal sustentável de PFNM**	50.000 hectares	440.990 hectares	111 hectares	129.807 hectares	605.950 hectares
Eixo 2	**Quantidade de sementes comercializadas pelas redes de sementes**	20 toneladas	45 toneladas	6,7 toneladas	32,1 toneladas	133 toneladas
Eixo 3	**Número de tecnologias de baixo carbono adotadas por cadeias de cultivos perenes, fruticultura e apicultura**	5 tecnologias	30 tecnologias	11 tecnologias	24 tecnologias	24 tecnologias
Eixo 4	**Número de associações e cooperativas de AF e PCT com projetos de melhoria implementados com êxito**	60 associações e cooperativas	71 associações e cooperativas	3 associações e cooperativas	75 associações e cooperativas	75 associações e cooperativas

Eixo 5	**Aumento da eficiência produtiva da pecuária leiteira (litros de leite/ha/ano) sem ampliação da área total (média)**	3.000 litros/ha/ano	2650 litros/ha/ano	-	587*** litros/ha/ano	dados inconsistentes
Eixo 6	**Número de boas práticas difundidas pela ATER e adotada por AF PCT**	15 boas práticas	15 boas práticas	15 boas práticas	15 boas práticas	47

*O indicador pode ter sobreposições de famílias devido às ações dos projetos em diferentes elos das cadeias produtivas.
** Em 2024, após a entrega final das informações pela EMPAER, houve uma conferência completa e detalhada em relação aos nomes e CPF dos beneficiários, e devido a duplicidade o número de famílias diminuiu entre os anos de 2023 e 2024.
***O indicador está em processo de levantamento de dados com todos os projetos.

Tabela 4. Matriz de indicadores do Subprograma Territórios Indígenas.

EIXO	Indicador	Metas Subprograma	Resultados alcançados 2021	Resultados alcançados 2022	Resultados alcançados 2023	Resultados alcançados 2024/1
Subprograma B1	**Número de povos beneficiados**	**22 Povos**	40 povos	40 povos	43 povos	43 povos
Eixo 1	**Número de organizações indígenas associadas ou em processo de associação à FEPOIMT**	**15 organizações associadas ou em processo de associação à FEPOIMT**	11 organizações associadas ou em processo de associação à FEPOIMT	11 associações	25 associações	33 associações filiadas à FEPOIMT

Eixo 1.4	**Número de projetos apoiados em política de mulheres e jovens indígenas**	**4 Projetos apoiados**	Ação não iniciada	04 projetos locais e 06 estruturantes com ações focadas em mulheres	04 projetos locais e 06 estruturantes com ações focadas em mulheres	04 projetos locais e 06 estruturantes com ações focadas em mulheres
Eixo 2.1	**Número de protocolos de consulta livre, prévia e informada (CLPI) elaborados**	**3 protocolos**	Ação não iniciada	Ação não iniciada	Realizada 1 Oficina de Assessoramento para a Elaboração de Protocolos	Realizada 1 Oficina de Assessoramento para a Elaboração de Protocolos
Eixo 2.2	**Número de reuniões ordinárias da Comissão de Governança do Subprograma Territórios Indígenas realizadas por ano**	**03 reuniões por ano**	02 reuniões realizadas	02 reuniões realizadas	02 reuniões realizadas	02 reuniões realizadas
Eixo 2.3	**Número de eventos de intercâmbios apoiados**	**3 eventos/ano**	3 eventos	3 eventos	5 eventos	06 eventos
Eixo 3.1	**Nº projetos locais apoiados pelo REM-MT (1 projeto estruturante apoiado em cada uma das sete regionais da FEPOIMT)**	**10 projetos locais e 1 projeto estruturante em cada uma das 7 regionais**	07 Projetos Estruturantes (61 Projetos Locais)	92 Projetos Locais e 08 projetos estruturantes	92 Projetos Locais e 08 projetos estruturantes	94 Projetos Locais 9 Projetos Estruturantes 1 Projeto FEPOIMT

Plano Emergencial	**Número de Organizações Indígenas fortalecidas nas 07 regionais indígenas, pelo Programa Emergencial de Enfrentamento a COVID-19**		33 organizações	33 organizações	33 organizações	36 organizações

Tabela 5. Matriz de indicadores do Subprograma Produção Sustentável.

EIXO	Indicador	Metas Subprograma	Resultados alcançados 2022	Resultados alcançados 2023	Resultados alcançados 2024/1
Subprograma C1	**Número de propriedades de até médio porte (até 15 módulos fiscais) beneficiadas pelo Programa**	10.500 propriedades	1.628 propriedades	1.668 propriedades	1.675 propriedades atendidas
Subprograma C2	**Número de hectares sob manejo de baixo carbono (reflorestamento, recuperação produtiva e recuperação de áreas degradadas)**	52.250 hectares	Recuperação produtiva: 88.621,91 ha Recuperação ambiental: 105,44 ha	Recuperação produtiva: 90.882,22 ha Recuperação ambiental: 167,61 ha	92 mil ha aprox.: Recuperação produtiva 91.563,69 ha Recuperação ambiental: 167,61 ha

Eixo 1.1	**Taxa de lotação (UA/ha) (bezerro) sem incorporação de novas áreas**	3,00 UA/ha	2,02 UA/ha (dado informado pela EMPAER) 1,68 UA/ha (dado informado pelo ICV) (linha base: 1,06 UA/ha)	2,02 UA/ha (dado informado pela EMPAER) 1,53 UA/ha (dado informado pelo ICV) 2,15 UA/ha (dado informado pelo ICV) (linha base: 1,06 UA/ha)	2,02 UA/ha (dado informado pela EMPAER) 1,53 UA/ha (dado informado pelo ICV) 2,15 UA/ha (dado informado pelo ICV) (linha base: 1,06 UA/ha)
Eixo 1.2	**Área (ha) de passivos ambientais recuperada e/ou em recuperação, em terras de beneficiários do Programa REM**	3.600 ha	93,24 ha	150,99 ha	150,99 ha
Eixo 2.1	**Área (ha) da produção com soja certificada, ou em processo de certificação**	100.000 ha de produção com soja certificada, ou em processo de certificação	53.968,53 ha	44.068,53 ha (algumas propriedades apresentaram inconformidades e foram excluídas)	44.068,53 ha (algumas propriedades apresentaram inconformidades e foram excluídas)
Eixo 2.2	**Área (ha) de passivos ambientais recuperada e/ou em recuperação, em terras de beneficiários do Programa REM**	2.000	12,2 ha	16,62 ha	16,62 ha

Eixo 3.1	**% de legalidade na exploração florestal em Mato Grosso**	80%	62%	63% (Fonte: Mapeamento da exploração madeireira em Mato Grosso – Agosto 2020 a Julho 2021)	69% (Fonte: Mapeamento da exploração madeireira em Mato Grosso – Agosto 2021 a Julho 2022)

Tabela 6. Matriz de indicadores do Subprograma Fortalecimento Institucional e Políticas Públicas Estruturantes**.**

EIXO	Indicador	Metas Subprograma	Resultados alcançados 2022	Resultados alcançados 2023	Resultados alcançados 2024/1
Subprograma D1	**D1- Número de instrumentos do sistema subnacional de REDD+ adaptados para integração ao sistema nacional**	02	02	02	02
Subprograma D2	**Taxa média quinquenal de desmatamento anual reduzida na Amazônia final Mato-grossense (em Km2)- 2020 a 2024**	Redução de 3% na média quinquenal do ano seguinte (2016-2020) duplicando essa taxa anualmente (2021: 6%, 2022: 12%, 2023: 24%)	16,2% de incremento na média quinquenal	21,7% de incremento na média quinquenal	Ano 2024 fecha em jun-2025
Subprograma D3	**Investimentos privados anuais para a produção sustentável de baixo carbono**	R$200 milhões anuais	R$ 1.417.489,00	R$20 milhões aprox.	R$70.497.650 (em 2023)

Eixo 1.1	**Sistema subnacional de REDD+ com salvaguardas implantado**	1	1 instrumento de salvaguardas finalizado	1	1
Eixo 2.1.3	**% de atendimento dos alertas de desmatamento das infrações identificadas pelas instituições de comando e controle em 2023, acima de 50 hectares**	80% de atendimentos dos alertas acima de 50 ha, até 2023	82,2%	94%	Ano 2024 fecha em dez-2024
Eixo 2.1.4	**% de áreas embargadas das infrações identificadas pelas instituições de comando e controle, com o sistema Planet**	100%	100% de áreas embargadas	100% de áreas embargadas	100% de áreas embargadas

REM
MATO GROSSO

cooperação alemã
DEUTSCHE ZUSAMMENARBEIT

giz Deutsche Gesellschaft für Internationale Zusammenarbeit (GIZ) GmbH

KFW

UK Government

FUNBIO

PCI

SEMA Secretaria de Estado de Meio Ambiente
Governo de Mato Grosso